



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL
CAMPUS CHAPECÓ
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTUDOS LINGÜÍSTICOS
CURSO DE MESTRADO EM ESTUDOS LINGÜÍSTICOS**

ALÂNA CAPITANIO

**POLÍTICA(S) DE LÍNGUAS EM EVENTOS INTERNACIONAIS SOBRE LÍNGUA
PORTUGUESA**

**CHAPECÓ
2014**

ALÂNA CAPITANIO

**POLÍTICA(S) DE LÍNGUAS EM EVENTOS INTERNACIONAIS SOBRE LÍNGUA
PORTUGUESA**

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Estudos Linguísticos da Universidade Federal da Fronteira Sul, como requisito para a obtenção do título de Mestre em Estudos Linguísticos, na Área de Concentração Linguística, Linha de Pesquisa Práticas Discursivas e Subjetividades.

Orientador: Prof. Dr. José Simão da Silva Sobrinho

CHAPECÓ
2014

UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL
Rua General Osório, 413D
CEP: 89802-210
Caixa Postal 181
Bairro Jardim Itália
Chapecó - SC
Brasil

DGI/DGCI - Divisão de Gestão de Conhecimento e Inovação

Capitania, Alana
Política(s) de Línguas em Eventos Internacionais
sobre Língua Portuguesa/ Alana Capitania. -- 2014.
133 f.:il.

Orientador: José Simão da Silva Sobrinho.
Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal da
Fronteira Sul, Programa de Pós-Graduação em Estudos
Linguísticos (PPGEL), Chapecó, SC, 2014.

1. Político. 2. Eventos Científicos. 3.
Mundialização/globalização. 4. Lusofonia. 5. Língua
Portuguesa. I. Sobrinho, José Simão da Silva, orient.
II. Universidade Federal da Fronteira Sul. III. Título.

ALÂNA CAPITANIO

POLÍTICA(S) DE LÍNGUAS EM EVENTOS INTERNACIONAIS SOBRE LÍNGUA
PORTUGUESA

Dissertação apresentada ao programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos
da Universidade Federal da Fronteira Sul – UFFS. Para obtenção do título de Mestre em Estudos
Linguísticos, defendido em banca examinadora em 27 / 11 / 2014.

Orientador (a): Prof. Dr. José Simão da Silva Sobrinho

Aprovado em: 27 / 11 / 2014

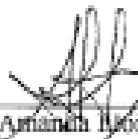
BANCA EXAMINADORA



Prof. Dr. José Simão da Silva Sobrinho – UFFS
(Presidente - Professor Orientador)



Prof. Dra. Angela Derlise Stübe – UFFS
(Membro Interno)



Prof. Dra. Amândia Regina Scherer – UFSC
(Membro Externo)

Prof. Dra. Mary Neiva Surdi da Luz – UFFS
(Membro Suplente)

Chapecó/SC, nov. 2014

AGRADECIMENTOS

Ao professor orientador, Dr. José Simão da Silva Sobrinho, pela acolhida, rigor teórico, confiança e incentivo para continuar minha trajetória acadêmica.

Às Professoras, Drs. Amanda Scherer e Angela Derlise Stube, pelas leituras cuidadosas e contribuições para o desenvolvimento da pesquisa no Exame de Qualificação.

Ao Laboratório Fronteiras e ao Grupo de Estudos em Análise de Discurso, pelas discussões teóricas.

Aos meus pais, pelo incentivo, apoio, exemplo, carinho e dedicação.

Ao Evair, pelo carinho e paciência.

Às colegas, Aline Ongaratto, Isabel Frantz, Raquel Rybandt, Tany Aline Folle, Rossaly Beatriz Chioquetta Lorenzet, pelo incentivo, carinho, leituras, trocas de livros, momentos de discussões, momentos de diversão.

Aos colegas de mestrado, pelo apoio e leituras compartilhadas.

Aos amigos e familiares, pela torcida.

À FAPESC, pela bolsa concedida.

RESUMO

Nesta pesquisa, buscamos compreender o funcionamento discursivo de eventos internacionais sobre Língua Portuguesa, organizados e promovidos pelo Instituto Internacional da Língua Portuguesa (IILP), a partir das textualizações disponíveis nas páginas eletrônicas destes eventos. Inscrevemo-nos na perspectiva teórico-metodológica da Análise de Discurso (AD), desenvolvida, sobretudo, a partir dos trabalhos de Michel Pêcheux e Eni Orlandi, articulada à História das Ideias Linguísticas (HIL). As perguntas norteadoras do trabalho foram: (i) que política(s) de línguas constitui sentidos sobre língua portuguesa nos eventos internacionais? (ii) que filiações de sentidos conformam a relação entre a unidade e a diversidade da língua portuguesa nos eventos analisados? Para desenvolver nosso gesto de interpretação, construímos um arquivo, com as textualizações recortadas das páginas eletrônicas de sete eventos internacionais, realizados entre os anos de 2010 (data do primeiro evento) e 2013. Concluímos que os eventos são conformados por sentidos constituídos pelo funcionamento dos imaginários da mundialização/globalização e da lusofonia. Os sentidos produzidos por estes imaginários constituem uma política de unidade, homogeneidade, universalidade da língua e dos Estados da Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP). A língua portuguesa é significada como una, igual em todos os países da CPLP, tendo como referência a língua do colonizador, silenciando os sentidos da descolonização linguística. Esses imaginários, porém, não se inscrevem sem equívocos, contradições, resistências produzidas pela diversidade linguística, pelo funcionamento do político que desestabiliza os sentidos de unidade.

Palavras-chave: Eventos Internacionais. Mundialização/globalização. Lusofonia. Língua Portuguesa

ABSTRACT

In this research, we aimed to comprehend the discursive functioning of international events of Portuguese Language, organized and promoted by International Institute of Portuguese Language, from the textualization available in the events' web site. We analyzed according to theoretical-methodological perspective of Discourse Analysis based on the work of Michel Pêcheux and Eni Orlandi, articulated to Linguistic History of Ideas. The questions that guided this work were: (i) what is the linguistic politics that constitute senses about Portuguese language? (ii) what sense affiliations do the events conform the relation between unit and diversity of Portuguese in the events analyzed? In order to develop our interpretation gesture, we constructed an archive with the textualization of the cutouts from seven scientific events' web site held between 2010 (date of the first event) and 2013. We concluded that the events are conformed by senses constituted by the function of globalization and the Lusofonia imaginaries. Senses produced by these imaginaries constitute a politic of unit, homogeneity, universality of language and of the States of Community of Countries of Portuguese Language (CPLP). Portuguese language is meant as united, equal in all countries of CPLP, having as reference the colonizer language, silencing the linguistic decolonization senses. These imaginaries, however, do not constitute without equivocal, contradictions, resistance produced by linguistic diversity, by the politic function that destabilize the unit senses.

Key-words: Internacional Events. Globalization. Lusofonia. Portuguese Language.

LISTA DE IMAGENS

Imagem 1 - “II Conferência internacional sobre o futuro da língua portuguesa”.....	25
Imagem 2 - Link “notícias”.....	26
Imagem 3 - Colóquio Internacional A Língua Portuguesa nas Diásporas.....	93
Imagem 4 - Colóquio Internacional A internacionalização da língua portuguesa.....	93
Imagem 5 - Colóquio Internacional A Diversidade Linguística nos Países da CPLP.....	96
Imagem 5 - Colóquio Internacional A Língua Portuguesa nas Organizações Internacionais.....	116

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Formações Imaginárias.....	58
---------------------------------------	----

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	14
2 A CONSTRUÇÃO DO OBJETO DISCURSIVO.....	18
2.1 DAS QUESTÕES TEÓRICO-METODOLÓGICAS.....	18
2.2 A CONSTITUIÇÃO DO ARQUIVO.....	22
2.2.1 Memória, arquivo e eventos científicos.....	22
2.2.2 O arquivo da pesquisa.....	28
2.2.3 A constituição do <i>corpus</i>.....	43
2.3 O FUNCIONAMENTO DOS EVENTOS CIENTÍFICOS COMO INSTRUMENTOS LINGÜÍSTICOS.....	48
2.4 EVENTOS CIENTÍFICOS E A CONSTITUIÇÃO DO IMAGINÁRIO DA MUNDIALIZAÇÃO/GLOBALIZAÇÃO.....	54
2.4.1 Discursos sobre língua portuguesa: da colonização à mundialização/globalização.....	54
2.4.2 A constituição do imaginário da mundialização/globalização.....	56
2.4.3 O imaginário da mundialização/globalização.....	59
3 EVENTOS CIENTÍFICOS, MUNDIALIZAÇÃO/GLOBALIZAÇÃO E UNIDADE IMAGINÁRIA DA LÍNGUA PORTUGUESA.....	70
3.1 O POLÍTICO E A(S) POLÍTICA(S) DE LÍNGUAS.....	70
3.2 MUNDIALIZAÇÃO/GLOBALIZAÇÃO E UNIDADE IMAGINÁRIA DA LÍNGUA PORTUGUESA.....	75
3.3 LÍNGUA E UNIVERSALIDADE: A CONSTITUIÇÃO DAS FRONTEIRAS EQUÍVOCAS DA MUNDIALIZAÇÃO/GLOBALIZAÇÃO.....	90
4 RESISTÊNCIA NA/DA LÍNGUA NOS EVENTOS INTERNACIONAIS SOBRE LÍNGUA PORTUGUESA.....	106
4.1 EFEITOS DE UNIDADE E DIVERSIDADE NA DETERMINAÇÃO DO NOME DA LÍNGUA.....	106
4.2 CONTRADIÇÃO CONSTITUTIVA DOS EVENTOS: ENTRE O NACIONAL E O MUNDIAL/GLOBAL, ENTRE A COLONIZAÇÃO E A DESCOLONIZAÇÃO LINGÜÍSTICA.....	116

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....124

REFERÊNCIAS.....127

1 INTRODUÇÃO

A organização de eventos científicos, como colóquios, seminários, congressos, encontros, é uma prática que faz parte de diferentes instituições, e dentro destas, dos diferentes campos de conhecimento. Esses eventos são espaços que se constituem, principalmente, pela produção e circulação do conhecimento. Como afirma Guimarães (2001, p. 15) “um encontro científico é uma ocasião em que a comunidade científica se reúne para fazer com que os resultados de seu trabalho sejam conhecidos pela sociedade”.

Michel Pêcheux, fundador da Análise de Discurso, na França, autor de um trabalho consistente e de militância, que considera o funcionamento da linguagem, a constituição dos sujeitos e dos sentidos, o político, além de divulgar muitos de seus trabalhos em revistas e em livros, também, participou de eventos científicos. Muitos foram os eventos nos quais apresentou seus trabalhos, bem como ouviu muitos outros que possibilitaram reflexões para compreender e desenvolver sua trajetória teórica.

Podemos citar alguns de seus textos apresentados em eventos científicos e que estão traduzidos em língua brasileira, como o texto “Papel da Memória”, apresentado no colóquio realizado na Escola Normal Superior de Paris e publicado das Atas da Mesa Redonda “Linguagem e Sociedade”. No Brasil, esse texto foi publicado no livro “Papel da Memória”¹, juntamente com outros textos, conforme Nunes (2010), quem o traduziu. Além destes, há outros traduzidos para o Brasil e que fazem parte do livro “Análise de Discurso: Michel Pêcheux”², organizado por Eni Orlandi, como o texto “Foi ‘Propaganda’ Mesmo que você disse?”, apresentado no *Colloque texte et institution*, em Montréal, em 1979, traduzido por Eni Orlandi, e “Ideologia – Aprisionamento ou Campo Paradoxal?”, texto de conferência pronunciada no encontro “Problemas das pesquisas em ideologia”, em 1982. As comunicações deste evento estão em “*Re-thinking Ideology, Argument-Sonderblatt 84, Berlin/W*”, 1983. A tradução para o Brasil foi feita por Carmen Zink (ORLANDI, 2012).

A partir dessas constatações, compreendemos que os eventos científicos são espaços em que sentidos são produzidos, constituídos e postos em circulação, portanto, compreendê-los se faz importante. Nessa perspectiva, esta pesquisa tem como objeto de análise o funcionamento discursivo de eventos internacionais específicos sobre língua portuguesa, organizados e promovidos

¹ NUNES, J. H. (org.). **Papel da Memória**. Campinas, SP: Pontes, 2010.

² ORLANDI, E. (org.) **Análise de Discurso Michel Pêcheux**. Textos escolhidos por: Eni Puccinelli Orlandi, 2 ed. Campinas, SP: Pontes, 2012.

pelo Instituto Internacional da Língua Portuguesa (IILP). Definimos os eventos científicos de abrangência internacional, organizados e promovidos pelo IILP, por envolverem a participação de Estados de colonização portuguesa que tiveram impostos, pelo processo de colonização, a língua do colonizador. Porém, consideramos que com o processo de descolonização linguística, esta língua transformou-se e constituiu-se em muitas outras conforme as condições de produção de cada Estado.

Analisamos as textualizações das páginas eletrônicas desses eventos, os quais funcionam como um arquivo de discursos *sobre* língua(s). Consideramos a língua sujeita a falha, aos deslizes, aos equívocos. Portanto, analisamos a constituição dos sentidos sobre língua(s) nesses eventos científicos, congressos e colóquios, a partir do que está disponível nas páginas eletrônicas dos mesmos.

Para desenvolver nosso gesto de interpretação, utilizamos o referencial teórico-metodológico da Análise de Discurso, fundada nos trabalhos de Michel Pêcheux e Eni Orlandi, entre outros, articulada à História das Ideias Linguísticas. Articulando esses dois campos de conhecimento, conforme faz Orlandi (2001) em seus trabalhos, consideramos o conhecimento sobre língua(s) como discurso sujeito ao equívoco, relacionando o político ao simbólico. Falar do político “é remeter para uma divisão no processo de produção dos sentidos, uma divisão da qual não se tem como escapar” (MARIANI, 2004, p. 42).

Buscando, por meio deste aparato teórico, analisar o funcionamento discursivo de eventos internacionais de língua portuguesa, delimitamos duas questões norteadoras da pesquisa: (i) que política(s) de línguas constitui sentidos sobre língua portuguesa nos eventos internacionais? (ii) que filiações de sentidos conformam a relação entre a unidade e a diversidade da língua portuguesa nos eventos analisados?

A partir dessas questões de pesquisa, lançamos nosso olhar ao material de análise constituído pelas textualizações das páginas eletrônicas de sete eventos internacionais sobre língua portuguesa, organizados e promovidos pelo Instituto Internacional da Língua Portuguesa (IILP). Esses eventos internacionais aconteceram entre os anos de 2010 e 2013, em diferentes países que fazem parte da Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP). Essa comunidade, conforme textualizações da sua página eletrônica, é uma organização que surgiu em 1996, constituída por países de colonização portuguesa e que possuem língua portuguesa como língua oficial. Esses países são: Angola, Brasil, Cabo verde, Guiné-Bissau, Moçambique, Portugal, São Tomé e Príncipe e Timor-Leste.

Em relação ao IILP, na página eletrônica³ deste, formula-se que a instituição caracteriza-se por ser um instituto da CPLP e um instrumento promotor da língua portuguesa com vistas a articular esforços técnicos, científicos e financeiros dos países da CPLP e desenvolver ações para a promoção da língua portuguesa. Esse instituto foi criado em 1999, na VI Reunião Ordinária do Conselho de Ministros da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) e tem sua sede na República de Cabo Verde.

Nessa esteira, para compreendermos como a(s) língua(s) é(são) significada(s) nas textualizações dos eventos internacionais sobre língua portuguesa, em condições de produção em que consideramos, como hipótese, o imaginário da mundialização/globalização funcionando como discurso dominante (ORLANDI, 2012a), dividimos o trabalho em três capítulos:

No **capítulo 2**, intitulado “A construção do objeto discursivo”, construímos e delimitamos o objeto de análise, o percurso teórico-metodológico, conforme os pressupostos teóricos da AD, mobilizando noções metodológicas basilares para esta etapa. Apresentamos a construção do arquivo da pesquisa, constituídos pelas textualizações das páginas eletrônicas de sete eventos internacionais sobre língua portuguesa, os quais constituem parte de um arquivo de discursos sobre língua(s) e como instrumentos linguísticos que institucionalizam determinados sentidos para/de língua(s). Por fim, trabalhamos a noção de formações imaginárias, como sustentação para desenvolvermos os sentidos que constituem o imaginário da mundialização/globalização.

No **capítulo 3**, “Eventos Científicos, Mundialização/globalização e Unidade Imaginária da Língua Portuguesa”, discursivizamos, primeiramente, considerações em relação à noção de político, esta que nos permite trabalhar a divisão dos sentidos, da(s) língua(s), os lugares de resistência. Por conseguinte, perscrutamos o modo como o imaginário da mundialização/globalização produz efeitos de sentidos de unidade planetária e universalidade da língua, dos Estados. Este imaginário da mundialização/globalização que se constitui, também, pelos sentidos do imaginário da lusofonia, significa língua portuguesa como a língua do colonizador, sendo a língua portuguesa do Brasil e dos outros países de colonização portuguesa, apenas variações desta língua do “velho império”.

No **capítulo 4**, “Resistência na/da Língua nos Eventos Internacionais sobre Língua Portuguesa”, compreendemos como sentidos resistem, pelo funcionamento do político, à unidade imaginária de uma única língua portuguesa. As filiações aos sentidos do imaginário nacionalista e da descolonização linguística constituem sentidos contraditórios e equívocos, que desestabilizam os

³Cf. Conforme página eletrônica do Instituto Internacional da Língua Portuguesa. Disponível em: <<http://www.iilp.org.cv/>>. Acesso em: 30 jan. 2014.

sentidos constitutivos dos imaginários da mundialização/globalização e da lusofonia. Comprendemos, a partir das análises deste capítulo, que o mesmo abriga o diferente, pelo qual o político movimenta-se.

A partir desse olhar político, considerando a linguagem em seu funcionamento, acreditamos que os eventos internacionais sobre língua portuguesa institucionalizam uma política de unidade linguística entre os Estados da CPLP. Essa política, que funciona pelas filiações de sentidos do imaginário da mundialização/globalização e imaginário da lusofonia, significam língua portuguesa como uma, una. Essa política, porém, não se constitui sem equívocos, contradições e resistências, produzidos pela diversidade da(s) língua(s) que desestabiliza a unidade imaginária.

2 A CONSTRUÇÃO DO OBJETO DISCURSIVO

2.1 DAS QUESTÕES TEÓRICO-METODOLÓGICAS

Para compreendermos o funcionamento discursivo de eventos internacionais sobre língua portuguesa, a partir das textualizações das páginas eletrônicas desses eventos, organizados e promovidos pelo Instituto Internacional da Língua Portuguesa, filiamo-nos à perspectiva teórico-metodológica da Análise de Discurso (AD), fundada, sobretudo, nos trabalhos de Michel Pêcheux e Eni Orlandi, articulada à História das Ideias Linguística (HIL). Nessa articulação, HIL e AD, consideramos, conforme Orlandi (2007a, p. 8), o político em sua relação com o simbólico, ou seja, o político como constitutivo da língua, o que nos permite analisar os discursos *sobre* a língua e praticar novas leituras de arquivo.

Consideramos, com Orlandi (2008, p. 44, grifo da autora), o discurso *sobre* como “uma das formas cruciais da institucionalização dos sentidos”, sendo “um lugar importante para organizar as diferentes vozes (dos discursos *de*)”. Além do discurso *sobre* ser um modo de institucionalizar os sentidos, complementamos com Venturini (2009) que se trata de um “discurso doutrinário” que impõe a realidade aos sujeitos de uma dada formação social, constituindo o discurso por uma aparência de homogeneidade e estabilidade.

Esta aparência, na verdade, apaga que o discurso não é estável nem homogêneo. Como afirma Orlandi (2012a), ele é sempre incompleto, um processo contínuo que não se esgota em uma situação particular, pois o que sempre temos são trajetos, pedaços, estados do processo discursivo. Conceituado por Pêcheux ([1969]⁴ 2010a) como “efeito de sentidos” (Ibidem, p. 81), o discurso é produzido a partir de determinadas condições de produção, as quais compreendem os sujeitos e a situação, bem como a memória, as filiações de sentidos.

Para compreendermos o funcionamento do discurso, concordamos com Orlandi (2012c) que é necessário considerarmos sua historicidade, sua exterioridade. Como pontua a autora (2012b), a historicidade não é a história refletida no texto e sim a historicidade do texto em sua materialidade, trabalhando os sentidos nele. O texto funciona como unidade de análise, “unidade que se estabelece, pela historicidade, como unidade de sentido em relação à situação” (Ibidem, p. 69). A natureza da

⁴ A data entre colchetes refere-se à primeira edição da obra na língua original, a outra data é a da edição consultada.

unidade do texto, dessa forma, é linguístico-histórica pelo fato de organizar a relação da língua com a história.

Subsumindo essa reflexão, compreendemos as páginas eletrônicas dos eventos internacionais sobre língua portuguesa como textos, fatos de linguagem que nos possibilitam compreender a constituição, a produção e a circulação dos discursos *sobre* língua portuguesa. Podemos dizer, nessa direção, que os textos funcionam como objetos simbólicos (ORLANDI, 2012b, p. 72) nos quais podemos observar o trabalho da linguagem, o discurso, o jogo da língua, a produção de sentidos.

Como objetos simbólicos, os textos constituem-se, também, como objetos de interpretação. Com Orlandi (2012c, p. 21), compreendemos que “não há sentido sem interpretação” e que toda interpretação é um “gesto”, gesto este que acontece porque o espaço simbólico se marca pela incompletude e pela relação com o silêncio. Assim, a interpretação constitui-se como “o lugar próprio da ideologia, e é ‘materializada’ pela história” (Ibidem, p. 18).

Dito de outro modo, a autora afirma que a interpretação acontece de algum lugar da história, da sociedade e tem uma direção a qual chamamos de política. Por isso, podemos sempre compreender a textualização do político no gesto de interpretação. O político é “o fato de que o sentido é sempre dividido, tendo direção que se especifica na história, pelo mecanismo ideológico de sua constituição” (Ibidem, p. 21-22).

Para compreendermos, por meio de nosso “gesto de interpretação” (Ibidem, p. 18), como os textos das páginas eletrônicas dos eventos internacionais, enquanto objetos simbólicos, produzem sentidos se faz necessário trabalharmos com determinados procedimentos metodológicos, conforme formulados por Orlandi (2012c), os quais são fundamentais na AD, tais como o trabalho com fatos, com recorte e com a ordem da língua.

Um dos procedimentos fundamentais, como apontamos, é o trabalho com fatos ao invés de dados. A noção de fatos nos possibilita o trabalho com o processo de produção da linguagem, com o funcionamento discursivo, compreendido como atividade estruturante de um discurso determinado por um falante e interlocutor determinados, com finalidades específicas (Idem, 2011a, p. 125), e com o acontecimento linguístico, em que a “língua se constitui em objeto de uma enunciação política” (ZOPPI-FONTANA, 2009, p. 2).

Consideramos que “não existem dados enquanto tal, uma vez que eles resultam já de uma construção, de um gesto teórico” (ORLANDI, 2012c, p. 38). Dessa forma, trabalhamos conforme a autora, com fatos os quais atestam o trabalho da interpretação de seus sentidos, interpretação que considera o linguístico, o social, o histórico. Essa afirmação faz com que não trabalhem com a

noção de fato conforme o quadro teórico do Naturalismo, que o considera como objeto, produto, encontrado naturalmente na língua, no qual é possível separar a relação entre processo e produto, sendo o produto os dados. Os fatos, afirma Orlandi (2012b, p. 70), nos permitem compreender o funcionamento do texto, como objeto simbólico.

Outra questão metodológica importante está na diferença necessária entre ordem e organização. Importa-nos, seguindo Orlandi (2012c, p. 45), o trabalho com “a ordem da língua, enquanto sistema significante material, e a da história, enquanto materialidade simbólica”. Entendemos, conforme a autora, que não nos é relevante compreender as construções sintáticas, por exemplo, a relação entre sujeito e predicado, mas o que essa organização sintática nos permite compreender dos mecanismos de produção de sentidos em funcionamento na ordem significante. Interessa-nos a ordem simbólica da língua, o trabalho da língua com a sua exterioridade, capaz de equívoco, de deslize, de falha, lugares os quais podemos observar os efeitos materiais da língua, que é passível de jogo, na história.

Para passarmos da organização da língua para a constituição da ordem significante, a autora pontua que é importante considerar o que esta organização indica em relação ao real da língua, à falha, ao real da história, à contradição. Concordamos com Pêcheux e Gadet ([1991] 2012a) que o real é o impossível, aquilo que não podemos tocar, que não se aprende e nem se ensina, mas está sempre produzindo efeitos. Deparamo-nos com ele, compreendido nos atos falhos, no equívoco, no lapso. O real da língua é “cortado por falhas, atestado pela existência do lapso, do *Witz* e das séries associativas que o desestratificam sem apagá-lo” (Ibidem, p. 55). Assim, essa passagem da organização para a ordem se faz a partir dos princípios teóricos fundamentais que consideram a dispersão do sujeito e a não evidência dos sentidos, pelo trabalho com os gestos de interpretação.

Nessa orientação, desenvolvendo nosso gesto de interpretação, construímos um arquivo de textualizações das páginas eletrônicas dos eventos internacionais sobre língua portuguesa, organizados e promovidos pelo Instituto Internacional da Língua Portuguesa. Compreendemos o arquivo, no sentido amplo, como “campo de documentos pertinentes e disponíveis sobre uma questão” (PÊCHEUX, [1982] 2010b, p. 51). O arquivo, nos diz Mariani (2010, p. 87), é “discursividade em estado latente”, constituindo-se como um lugar movediço que se deixa afetar pelo real da língua e o real da história. Por meio do nosso gesto de interpretação, podemos analisar da textualidade do arquivo política(s) de línguas que constitui sentidos para língua portuguesa nas textualizações dos eventos internacionais que discutem esta(s) língua(s).

Nesse arquivo, produzimos os recortes discursivos que permitiram a construção do *corpus*. Trabalhamos metodologicamente com recorte e não com segmentação do texto porque, com Orlandi

(1984, p. 14), consideramos o segmento apenas uma unidade/frase do sintagma. O recorte resulta de teoria, é uma construção, não sendo automático, nem pré-determinado. O recorte constitui-se como unidade discursiva, um fragmento da situação discursiva que determina as “formações discursivas diferentes, porque esses recortes representam momentos diferentes do processo histórico” (Ibidem, p. 17).

Compreendemos, a partir de Pêcheux ([1975] 2009, p. 147, grifos do autor), a formação discursiva como “aquilo que, numa formação ideológica dada, isto é, a partir de uma posição dada numa conjuntura dada, determinada pelo estado da luta de classes, *determina o que pode e deve ser dito*”. Isso significa que as palavras, proposições, etc., recebem seu sentido conforme a formação discursiva em que são produzidas, não havendo um único sentido para as palavras, expressões, proposições, pois “os sentidos são determinados ideologicamente” (ORLANDI, 2012b, p. 43).

A partir desses recortes, produzimos montagens discursivas, que consideramos como “momentos de interpretações enquanto atos que surgem como tomadas de posição, reconhecidas como tais, isto é, como efeitos de identificação assumidos e não negados” (PÊCHEUX, [1983] 2012a, p. 57). A partir da análise das montagens discursivas, compreendemos os imaginários que constituem política(s) de línguas para língua portuguesa em meio a outras possíveis.

Para isso, construímos o percurso de análise, partindo da superfície linguística, o texto, no processo chamado de dessuperficialização, pelo qual construímos o objeto discursivo. Fuchs e Pêcheux (2010) explicam que a superfície linguística é, em sua maioria, a sequência oral ou escrita, superior à frase. Este seria o objeto empírico, afetado pelos esquecimentos-ilusões n. 1 e 2, ou seja, “um ‘discurso’ concreto” (Ibidem, p. 181). O objeto discursivo seria, assim, a passagem da superfície linguística de um discurso concreto para um objeto teórico, resultante de uma análise linguística que propõe anular a ilusão-esquecimento n. 2, ilusão que faz com que pensemos que o dizer só pode ser dito daquela forma e não de outra.

Na análise do objeto discursivo, relacionamos as formações discursivas às formações ideológicas e compreendemos o processo discursivo. O processo discursivo é “o resultado da relação regulada de *objetos discursivos* correspondentes a *superfícies linguísticas* que derivam, elas mesmas, de condições de produção estáveis e homogêneas” (Ibidem, 2010, p. 181). Esse processo resulta da dessintagmatização que anula a ilusão-esquecimento n. 1, em que o sujeito tem a ilusão de ser origem do seu dizer, quando, na verdade, retoma dizeres já ditos e esquecidos.

Portanto, o gesto de interpretação que desenvolvemos se constituiu na articulação entre o dispositivo teórico, constitutivo da teoria à qual nos filiamos, AD e HIL, e o dispositivo analítico construído por nós, conforme o material de análise e os objetivos da pesquisa.

2.2 A CONSTITUIÇÃO DO ARQUIVO

2.2.1 Memória, arquivo e eventos científicos

Compreendemos as textualizações das páginas eletrônicas dos eventos internacionais sobre língua portuguesa como um arquivo que constitui sentidos *sobre* língua(s). Este arquivo funciona na estabilização de sentido na memória discursiva, ao mesmo tempo em que silencia outros sentidos inscritos em outras filiações de memória, produzindo a legitimação, a institucionalização, a circulação de determinados dizeres *sobre* língua(s).

Entendemos, a partir de Pêcheux ([1983] 2010c), a memória como estruturação de materialidade discursiva que funciona em uma dialética da repetição e da regularização, de modo que a memória “seria aquilo que, face a um texto que surge como acontecimento a ler, vem restabelecer os ‘implícitos’ [pré-construídos]” que sua leitura necessita. Conforme Scherer e Taschetto (2005), os implícitos residem na memória discursiva, sendo “ausentes por sua presença, disponíveis em um registro oculto, encontráveis na ‘regularização’ sob a forma de remissões, de retomadas e de efeitos de paráfrase”.

A regularização, segundo as autoras, se apoia sobre o reconhecimento do que é repetido, sendo esse reconhecimento da ordem do formal e constituído de um jogo de força, este fundador. Essa regularização discursiva é “sempre suscetível de ruir sob o peso do acontecimento discursivo novo” (PÊCHEUX, [1983] 2010c, p. 52), fazendo com que sempre haja um jogo de força na memória, sob o choque de acontecimento. Esse jogo de força objetiva manter uma regularização pré-existente com os implícitos que ela veicula, até absorvê-los, ou eventualmente dissolvê-los.

Nesse viés, Pêcheux (Ibidem) formula que a memória não pode ser considerada homogênea, com bordas que a contornem, mas constituída por divisões, deslocamentos, rupturas, conflitos de regularização, de retomadas e esquecimentos. A memória não reproduz frases escutadas no passado, mas as reconstitui por meio da paráfrase, considerada como algo do dizer que se mantém. Como afirmam Scherer e Taschetto (2005, p. 122), “a memória suposta pelo discurso é sempre reconstruída na enunciação”, de modo que a enunciação deve ser considerada como “operações que regulam a retomada e a circulação do discurso”.

Nessa perspectiva, compreendemos que a memória é constituída de esquecimentos, de sentidos não ditos, a não serem ditos, de silêncios. Quando dizemos, silenciemos outros sentidos possíveis, esquecemos que o que falamos já foi dito, pontua Orlandi (2010a). O esquecimento

constitutivo da memória, assim, é importante para que os sentidos possam vir a se tornar outros, de modo que o falante, ao dizer, interpreta e se posiciona em relação a uma memória de dizer (Idem, 2003a, p. 15). Além de ser constitutiva de esquecimento, concordamos com Scherer e Taschetto (2005), que a memória constitui-se por tudo o que pode deixar marcas dos tempos disjuntados que vivemos, as quais nos permitem a todo o momento fazer surgir e reunir temporalidades passadas, presentes e que estão por vir.

A memória que se constitui de esquecimentos, tem seu modo de funcionamento como interdiscurso, memória que é historicidade, movimento, abertura de sentidos. Pêcheux ([1975] 2009) compreende que “*toda formação discursiva dissimula, pela transparência do sentido que nela se constitui, sua dependência com respeito ao ‘todo complexo com dominante’ das formações discursivas, intrincando no complexo das formações ideológicas*” (Ibidem, p. 149, grifos do autor). O interdiscurso seria o “todo complexo com dominante” das formações discursivas, sendo estas consideradas regionalizações do interdiscurso, o qual se constitui pelos já-ditos.

Além da memória que funciona pelo esquecimento, o interdiscurso, há também a memória que funciona pelo dever de guardar, arquivar, lembrar. Como nos diz Orlandi (2003a), o arquivo, memória institucionalizada, arquivada, estabiliza sentidos, produz efeito de fechamento que repousa sobre o realizado que deve ser dito. Enquanto no interdiscurso existe uma voz que fala sem nome, no arquivo fala a voz comum, de todos (dividida).

Interpretamos que essa “voz comum, de todos”, no arquivo, se constitui a partir de certas instâncias do poder, como afirmam Romão, Leandro-Ferreira e Dela-Silva (2011), sejam essas instâncias “poder dizer, poder ordenar, poder fazer circular e poder produzir ressonâncias a partir de uma instituição tida como oficial” (Ibidem, 2011, p. 11). Para as autoras, o arquivo é selecionado, recortado, organizado por uma instituição antes de ser apresentado ao sujeito leitor.

As textualizações das páginas eletrônicas dos eventos internacionais sobre língua portuguesa constituem-se como um arquivo selecionado, recortado, organizado por uma instituição, neste caso, o Instituto Internacional da Língua Portuguesa, com a ajuda de outras instituições, conforme o local em que o ocorre a realização do evento. Este arquivo encontra-se disponível, “arquivado” na *web*, constituindo-se como um arquivo digital.

Dias (2005) argumenta que as textualizações dos *sites*, *blogs*, *home pages*, etc. constituem a rede de arquivos da *web* que pode ser alimentada frequentemente, caracterizando-se pela fluidez e pela possibilidade de sempre ser outra. Como assinala a autora, “São arquivos que se constituem de modo aberto, passíveis de desconstrução, e cuja natureza define-se pela própria estrutura fluida e não-linear da Internet, pela estrutura em teia” (Ibidem, p. 45).

Este arquivo digital caracteriza-se por ter um modo diferente de circulação, se comparado com o arquivo impresso. Como compreendemos com Orlandi (2012a), os meios em que circulam os dizeres não são neutros, sendo a instância da circulação o lugar em que os dizeres se mostram.

Pensar o modo de circulação deste arquivo é compreender que a produção do discurso consiste em diferentes momentos de igual relevância, como nos apresenta Orlandi (2012a). Temos o momento da sua constituição, a partir da memória do dizer, que faz intervir o contexto histórico-ideológico mais amplo. O momento da sua formulação, em condições de produção e enunciação específicas, por fim, o momento da sua circulação que acontece em determinada conjuntura e segundo certas condições.

As páginas eletrônicas dos eventos internacionais sobre língua portuguesa, como um “meio” de circulação de dizeres sobre língua, fazem parte da constituição da “rede de arquivo da *web*”. Dito de outro modo, este arquivo constitui uma parte de um “grande arquivo da *web*”, grande arquivo que, conforme Romão, Leandro-Ferreira e Dela-Silva (2011), se mantém sob o imaginário da completude, sustentado pela impossibilidade de delimitar e quantificar os arquivos “arquivados” na rede.

Embora não possamos delimitar e quantificar os arquivos que estão na *web*, entendemos que a instituição responsável pelas páginas eletrônicas dos eventos internacionais sobre língua portuguesa produz um recorte, delimita o arquivo que constitui essas páginas. Esse recorte pode ser compreendido quando observamos que há determinadas textualizações constituindo as páginas eletrônicas desses eventos, bem como determinados *links* que nos levam a determinadas páginas eletrônicas e não a outras.

Podemos analisar este funcionamento, conforme imagem da página eletrônica de um dos eventos, que faz parte do arquivo da pesquisa. Esse evento, denominado “II Conferência Internacional sobre a Língua Portuguesa no Sistema Mundial”, realizado em outubro de 2013, em Lisboa, Portugal, foi organizado pelo Instituto Internacional da Língua Portuguesa, em parceria com outras instituições, como o Instituto Camões, Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP). A primeira edição deste evento, “I Conferência Internacional A Língua Portuguesa no Sistema Mundial”, foi realizada em Brasília, Brasil, no ano de 2010. Vejamos a figura:

Imagem 1: “II Conferência internacional sobre o futuro da língua portuguesa”.



Fonte: www.conferenciaalp.org

Na imagem temos a página intitulada “início”, na qual encontramos *links* que dão acesso a outras páginas relacionadas às textualizações do evento (documentos, temas, programação), bem como *links* que abrem outras páginas, não sendo aquelas relacionadas diretamente ao evento, como o link “notícias”, no qual encontramos reportagens, entrevistas que tematizam língua portuguesa.

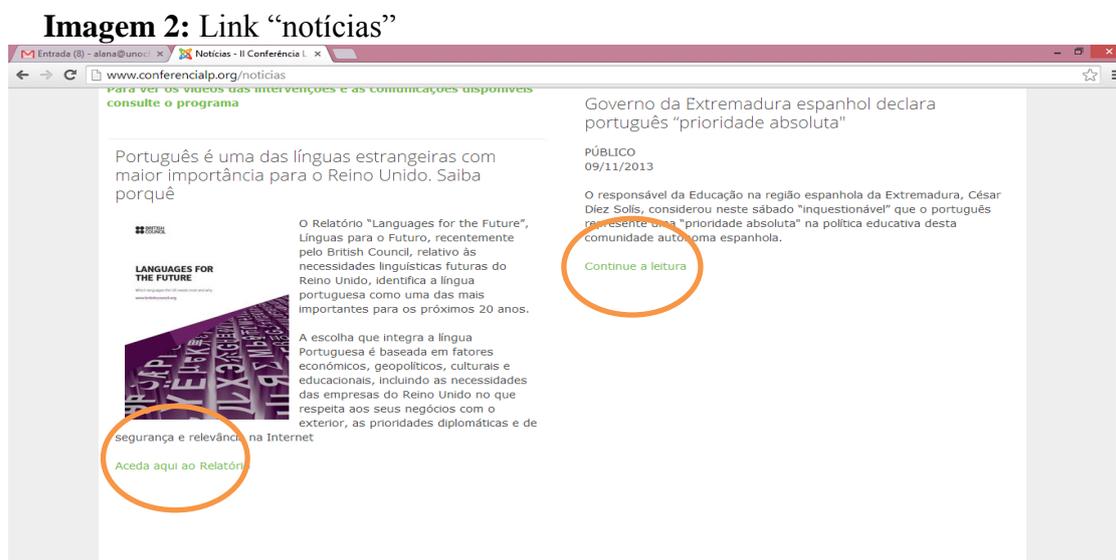
Compreendemos que esses outros *links* não relacionados diretamente ao evento funcionam produzindo recortes, delimitando determinadas páginas (sentidos) que nos levam a outras, que podem ser “acessadas”. Essas páginas que podem ser “acessadas” produzem e constituem determinados sentidos sobre língua(s) e silenciam outros possíveis, não desejáveis nas condições de produção que visam à difusão, à internacionalização, à projeção internacional de língua portuguesa.

Romão (2007), ao compreender o discurso eletrônico, afirma que a internet constitui-se como “uma cadeia globalizada de arquivos digitalizados, interconectados e dispostos em *links* organizados em endereços fixos” de modo que há “recorte e seleção de certos textos, imagens e informações que instalam sentidos na internet e estão autorizados a entrar na rede de arquivos e aceitos para circular” (Ibidem, p. 2). Isso pode ser compreendido nas páginas eletrônicas dos eventos internacionais sobre língua portuguesa, nas quais determinados *links* “estão autorizados” a fazer parte do arquivo destas páginas.

Morello (2003) nos apresenta uma importante discussão sobre os sentidos que podem ser atribuídos em torno do funcionamento discursivo do *link*. O *link* é compreendido não apenas como um recurso técnico, mas também como “*fato discursivo estruturador do processo de escrita do conhecimento, em suas relações possíveis*”. O *link* produz sentidos, estabiliza circuitos e fixa evidências (Ibidem, p. 121, grifos da autora).

Ainda, segundo a autora, um *link* constitui-se por uma lógica contraditória de abertura/fechamento de sentidos, visto que fecha um sentido em um texto, porém dá abertura para um sentido outro que ali faltou. O *link*, assim, “é decorrência dos processos de linearização dos sentidos, marcando a tensão específica de pontuar e deslocar outros sentidos para que *um* possa ser dito” (Ibidem, p. 124, grifos da autora).

Para melhor visualizar esse funcionamento, explicitado por Morello (2003), apresentamos outra imagem da página do *link* “notícias”. Nesta página, encontramos o título da(s) notícia(s), pequeno resumo introdutório desta(s) notícia(s) ou um recorte do texto, data de publicação, imagens e os *links* (destacados pelos círculos: “Continue a leitura”, “Aceda aqui ao Relatório”) que levam a outras páginas:



Fonte: Página eletrônica www.conferenciaalp.org/noticias

Nesta página, intitulada “notícias”, há o recorte de duas textualizações (notícias) que tratam sobre língua portuguesa. Ao mesmo tempo em que temos na página eletrônica “notícias” o fechamento desta página, temos a abertura para outra, uma abertura que é regulada por Instituições, pelo Instituto Internacional da Língua Portuguesa, ou seja, não é qualquer abertura, ela é instituída, recortada, delimitada.

Este recorte, feito pela instituição organizadora do evento, institui, delimita, arquiva determinados sentidos de língua portuguesa que constituem essas páginas eletrônicas. Esses sentidos silenciam, apagam, “calam”, conforme Romão (2007, p. 2), outros tantos sentidos na internet os quais são “desprezados e eliminados, pois ao falar X, sempre calamos Y”.

A partir dessa compreensão, podemos afirmar que “O arquivo, assim desenhado, joga com a fronteira entre a ilusão de o tudo reunir e o reconhecimento do furo que não é possível arrebatar todos os campos de documentos sobre uma dada questão” (Romão, Leandro-Ferreira e Dela-Silva, p. 19). Este arquivo seleciona o que pode ou deve ser dito, arquivado sobre língua portuguesa, produzindo apenas a ilusão de tudo reunir, quando na verdade, delimita, impõe o que pode e não pode ser reunido sobre língua.

O que é reunido é delimitado pelas condições de produção em que esse arquivo se constituiu, produzindo determinados sentidos que podem ser ditos sobre língua, silenciando outros, os quais não deixam de produzir seus efeitos. Conforme as autoras (2011), o arquivo se constitui em uma conjuntura sócio-histórica, na qual determinadas interpretações podem ser feitas como únicas, enquanto outras são apagadas, não ditas, ficando no jogo entre o que pode e deve ser dito, o que pode e deve ser arquivado.

E como se constitui o sujeito por esse arquivo recortado, delimitado, arquivado na *web*? É-nos importante, primeiramente, compreender como consideramos o sujeito discursivamente. Em concordância com Orlandi (2012a), afirmamos que o sujeito se constitui como posição-sujeito no discurso. Ao inscrever-se à língua na história, o indivíduo é interpelado em sujeito pela ideologia, processo que resulta na forma-sujeito histórica, a forma-sujeito capitalista. O sujeito, dessa forma, é sempre assujeitado, sendo o processo de assujeitamento condição para tornar-se sujeito, capaz de compreender, produzir e interpretar sentidos.

Com Romão (2007) que na “malha digital” o sujeito é compreendido como sujeito do discurso em relação a um poder. O sujeito afetado pela navegação em um arquivo organizado anteriormente movimenta-se na rede do já-dado, já-dito, já-traçado por outro(s) sujeito(s), fazendo com que o poder dos acessos e dos acessamentos limite-se “ao gesto de inscrever-se em locais que já foram autorizados, previamente lidos e nos quais palavras foram acomodadas e postas em discurso” (Ibidem, p.2).

Nessa perspectiva, concordamos com a autora que há um limite dado a priori com relação aos arquivos eletrônicos, já que são organizados por sujeitos constituídos pelos esquecimentos-ilusões (PÊCHEUX, [1975] 2009) que recortam, selecionam, delimitam apenas determinados sentidos sobre dada questão, os quais são determinados pelas condições de produção, não sendo quaisquer um. As páginas eletrônicas dos eventos internacionais sobre língua portuguesa são organizadas por Instituições que produzem um limite, um recorte entre o que constitui as páginas e o que permanece no silêncio.

Retornando à noção de poder, a compreendemos a partir de Althusser (1985), ao avançar “à teoria marxista” do Estado em que desenvolve uma distinção entre poder de Estado e aparelho de Estado, e os aparelhos ideológicos de Estado. Os aparelhos repressivos de Estado englobam Governo, a administração, exército, a polícia, tribunais, etc., e funciona, predominantemente, por meio da violência, enquanto que, os aparelhos Ideológicos de Estados (AIE) funcionam, predominantemente, pela ideologia, sendo estes os AIE jurídico, familiar, político, sindical, de informação, cultura.

Atendo-nos aos AIE, entendemos que o que unifica a diversidade dos AIE é a ideologia dominante, ou seja, um poder constituído em determinada(s) instituição(ões), conforme determinadas condições de produção. Quando nos referimos ao conceito de poder, compreendemos a partir disso que Althusser formula em relação à ideologia dominante, que organiza um poder, uma unidade. O autor salienta que a ideologia da classe dominante se torna dominante pelo “estabelecimento dos AIE, onde esta ideologia é realizada e se realiza” (Ibidem, p. 106).

Para o autor, que desenvolve duas teses sobre ideologia, “A ideologia representa a relação imaginária dos indivíduos com suas condições reais de existência” (Ibidem, p. 85). Isso significa, para o autor, que a ideologia é uma relação imaginária dos sujeitos com as relações reais em que vivem. A segunda tese consiste em “a ideologia tem uma existência material” (Ibidem, p. 88), ou seja, a ideologia existe sempre em um aparelho e em sua(s) prática(s).

2.2.2 O arquivo da pesquisa

O arquivo que delimitamos para esta pesquisa constitui-se das textualizações das páginas eletrônicas de sete eventos internacionais sobre língua portuguesa, organizados e promovidos pelo Instituto Internacional da Língua Portuguesa. Compreendemos, com Petri (2002), que a delimitação desse arquivo constituiu-se de um gesto de leitura particular que é um gesto de interpretação. Ao delimitarmos este arquivo, “nos apropriamos de *gestos de leituras subjacentes* ao arquivo que lemos pela primeira vez, porque estes gestos estão lá, constituindo o já-dito” (Ibidem, p. 123, grifos da autora).

Nessa perspectiva, “o arquivo nunca é dado *a priori*, em uma primeira leitura, seu funcionamento é opaco” (GUILHAMOU; MALDIDIER, 2010, p. 162). O arquivo se constitui em um processo que envolve nosso gesto de interpretação, nosso gesto de leitura, pelo qual produzimos recortes e delimitamo-lo conforme nossos objetivos, tema, perguntas de pesquisa.

Subsumindo este modo de reflexão sobre a constituição do arquivo, apresentamos o arquivo da pesquisa. Este arquivo é composto por documentos disponíveis na *web*, mais especificamente, nas páginas eletrônicas dos eventos internacionais sobre língua portuguesa, sendo um arquivo digital. Dessa forma, analisamos o funcionamento discursivo dos eventos internacionais a partir do que está disponível e arquivado nas páginas eletrônicas desses eventos.

As textualizações foram recortadas das páginas eletrônicas de sete eventos internacionais sobre língua portuguesa, organizados pelo Instituto Internacional da Língua Portuguesa. Esses eventos aconteceram entre os anos de 2010 e 2013 em diferentes países de colonização portuguesa. Os eventos são:

- (a) I Conferência internacional sobre o futuro da Língua Portuguesa no sistema mundial;
- (b) Colóquio internacional de Maputo – A diversidade Linguística nos países da CPLP;
- (c) Colóquio internacional da Praia – A Língua Portuguesa nas Diásporas;
- (d) Colóquio internacional de Luanda – A Língua Portuguesa nas organizações internacionais;
- (e) Colóquio internacional de Guaramiranga – A língua Portuguesa na Internet e no Mundo Digital;
- (f) Colóquio Internacional – A internacionalização da Língua Portuguesa: Concepções e Ações;
- (g) II Conferência internacional sobre o futuro da Língua Portuguesa no sistema mundial.

Esses eventos, como já afirmamos, foram organizados, principalmente, pelo Instituto Internacional da Língua Portuguesa - IILP, com o apoio de outras instituições, conforme a localidade do evento. O IILP⁵, considerado como organismo promotor da língua portuguesa, foi criado em 1999, na VI Reunião Ordinária do Conselho de Ministros da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), tendo sua primeira sede instituída na República de Cabo Verde.

Esse instituto, instituição da CPLP, goza de personalidade jurídica e é dotada de autonomia científica, administrativa e patrimonial. A CPLP, conforme trabalho desenvolvido por Branco (2013), também, é caracterizada como uma organização internacional que se configura por ser

⁵Cf. Informações retiradas da página eletrônica do Instituto Internacional da Língua Portuguesa. Disponível em: <<http://www.iilp.org.cv/>>. Acesso em: 30 jan. 2014.

espaço-de-direitos sustentados pelo discurso jurídico internacional, que a torna uma personalidade jurídica. O espaço de direito é um espaço simbólico organizado, sustentado e determinado pelo “discurso jurídico a partir do discurso do Estado de direito ocidental moderno que corresponde ao sujeito de direito: ideia de que sujeito e espaço se *con-formam* no mesmo movimento, na e pela língua” (BRANCO, 2013, p. 206-207, grifo da autora).

O IILP⁶, enquanto instituição da CPLP, conforme formulado em sua página eletrônica, tem a vocação de articular esforços técnicos, científicos e financeiros dos países da CPLP para a promoção da língua portuguesa, desenvolvendo ações como órgão colegiado desses países. As atividades que o IILP desenvolve são planejadas conforme orientações gerais do Conselho Científico, formado pelas Comissões Nacionais dos Estados Membros, e do Comitê de Concertação Permanente da CPLP. Segundo o *link* “apresentação”, na sua página eletrônica, o IILP

representa de forma paritária as oito nações da Comunidade de Países da Língua Portuguesa (CPLP) – Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné Bissau, Moçambique, Portugal, São Tomé e Príncipe e Timor Leste. O Instituto é um instrumento para a gestão comum da Língua Portuguesa, envolvendo todos os Estados Membros da CPLP. O IILP promove um contato mais estreito entre os países e suas equipas técnicas, permitindo a execução de uma política linguística consensuada. As atividades do IILP são planejadas conforme orientações gerais do Conselho Científico, formado pelas Comissões Nacionais dos Estados Membros, bem como do Comitê de Concertação Permanente da CPLP⁷.

O IILP, a partir do que é textualizado na citação, retirada para página eletrônica oficial desse instituto, configura-se por ser a instituição que trata, mais especificamente, das questões em torno da língua portuguesa para a CPLP. As ações tomadas pelo IILP estão diretamente ligadas ao que é decidido pelos membros da CPLP, ou seja, o IILP é um “instrumento” da CPLP que tem seus objetivos focados para a “gestão comum da Língua Portuguesa”. Conforme o que consta na página eletrônica oficial da CPLP, esta comunidade tem três objetivos, sendo um destes “A materialização de projectos de promoção e difusão da língua portuguesa”⁸. O IILP é a instituição responsável por traçar ações para este objetivo, sendo os eventos científicos um modo de materialização desses projetos.

⁶Cf. Informações retiradas da página eletrônica do Instituto Internacional da Língua Portuguesa. Disponível em: <<http://www.iilp.org.cv/>>. Acesso em: 25 jan. 2014.

⁷ Cf. Informações retiradas da página eletrônica do Instituto Internacional da Língua Portuguesa. Disponível em: <<http://www.iilp.org.cv/>>. Acesso em: 20 jul. 2014.

⁸Cf. Informações retiradas da página eletrônica da Comunidade de Países de Língua Portuguesa. Disponível em: <<http://www.cplp.org/id-46.aspx>>. Acesso em: 20 jul. 2014.

Para compreendermos o funcionamento dos eventos científicos, analisamos algumas marcas linguísticas da citação sobre este instituto. Consideramos, com Orlandi (1994a, p. 302), as marcas linguísticas como pistas, “construções com efeitos de caráter ideológico”. Para compreender esses efeitos é necessário desenvolver nosso gesto de interpretação, por meio do dispositivo teórico e analítico.

Na citação, recortamos a marca linguística “instrumento” e “gestão comum da língua portuguesa”. Conforme formulado na discursividade, essa instituição funciona como um “instrumento” para a “gestão comum da língua portuguesa”. Questionamo-nos o que significa para uma instituição internacional, constituída por membros de diferentes países da CPLP fazer a “gestão comum da língua portuguesa”?

Em primeiro lugar, podemos compreender que a marca “da língua portuguesa” delimita que há apenas uma língua portuguesa. A marca “da” funciona produzindo efeitos de homogeneidade e unidade de uma língua falada nas “oito nações da Comunidade de Países da Língua Portuguesa (CPLP) – Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné Bissau, Moçambique, Portugal, São Tomé e Príncipe e Timor Leste”.

Por conseguinte, este instituto visa “gestão comum” desta “língua portuguesa”. Gerir uma língua seria, deste modo, determinar, delimitar, instituir certo sentido para esta língua, bem como silenciar, apagar outros sentidos indesejáveis. Ao dizer “gestão comum ‘da’ Língua Portuguesa”, silencia-se que a língua portuguesa não é uma nem una, apagamos que a língua se constituiu de formas diferentes em cada país de colonização portuguesa.

A marca linguística “comum” está em relação à marca linguística “política linguística consensuada”, de modo que a “gestão comum” da língua visa “uma política linguística consensuada” por aqueles que fazem parte das “Comissões Nacionais dos Estados Membros, bem como do Comitê de Concertação Permanente da CPLP”.

Branco (2013), ao analisar o discurso da CPLP, afirma que o discurso desta comunidade iguala os países pela língua, “ao homogeneizar o que é diferente, define-o dentro da diferença, sem mencionar o político e o histórico” (Ibidem, p. 187). Assim, as questões de língua e de território estão imbrincadas que, ao dizer “comunidade”, “comum” produz-se um imaginário de consenso, “a ilusão de sentidos legitimados por todo um grupo” (Ibidem, p. 187).

Esse grupo, afirma a autora, eleito por uma democracia que tem como lema “o poder do povo, pelo povo e para o povo” (Ibidem, p. 189) visa domesticar, conter, tornar completos os sentidos de língua portuguesa, esquecendo-se de “avisar aos ‘seus Povos’ que iriam decidir fundar

uma comunidade que os representaria nacional e internacionalmente, decidindo sobre as políticas públicas de língua, de ensino” (Ibidem, p. 189).

Essa questão do consenso, “política linguística consensuada”, pontua Orlandi (2010b), traz em si, segundo suas definições no campo das ciências sociais, a noção de unidade, ligação que une a sociedade. A produção do consenso, apoiada na prática da opinião pública, constitui-se como um ideal para solucionar os conflitos sociais, linguísticos econômicos, “pela instituição de um ‘nós’ coletivo sobre o qual desenha políticas que atendam às aspirações e sentimentos compartilhados pelos indivíduos e grupos que integram a sociedade” (Idem, 2003a, p. 7).

Compreendemos, desse modo, que a marca “gestão da língua” significa estabelecer, delimitar um consenso, “um nós coletivo” para “a” língua portuguesa. Determinados sentidos de língua são constituídos por “um nós”, “nós” que envolve “Comissões Nacionais dos Estados Membros” e “Comitê de Concertação Permanente da CPLP”. Compreendemos que as questões de língua portuguesa, pensando sua projeção, difusão, internacionalização, são decididas não mais pelo Estado, mas por Institutos, conselhos, comitês que representam estes Estados e que são incumbidos de cuidar da “gestão comum da língua portuguesa”, de instituir uma política de línguas que visa à unidade dos Estados e da língua.

A partir dessa compreensão sobre o IILP, instituição organizadora dos eventos científicos, e CPLP, a qual o IILP é vinculado, descrevemos separadamente as textualidades, a organização, as características de cada um dos eventos citados. Essa descrição se faz necessária para compreendermos o nosso gesto de leitura que nos conduziu a produzir determinados recortes discursivos, os quais constituem o *corpus*. A descrição dos eventos científicos baseou-se nas textualidades disponibilizadas nas páginas eletrônicas dos mesmos.

Essas textualidades constituem-se de:

- **Cartazes de divulgação dos eventos:** imagens utilizadas na divulgação do evento;
- **Caderno de Resumos e Currículos/Caderno de Resumos:** cadernos constituídos pelos currículos dos participantes de mesas-redondas e o resumo do trabalho por eles apresentados, bem como pelo resumo dos trabalhos das comunicações individuais;
- **Textos apresentados em mesas-redondas:** texto em forma de artigo apresentado nas mesas-redondas, os quais contam com o resumo no caderno de resumos e currículos;
- **Programação:** programação completa constando o nome dos participantes, das mesas-redondas, dos trabalhos apresentados, das instituições. Essa configuração

pode variar, de modo que em algumas programações encontramos o nome do participante e da instituição que o mesmo representa ou o nome do participante e do trabalho apresentado;

- **Sessões de trabalho e/ou Temas do Evento:** são constituídos pelos tópicos a serem contemplados nas mesas-redondas, conferências, comunicações individuais;
- **Cartas:** formuladas conforme conclusões dos eventos, com recomendações ao IILP e à “II Conferência Internacional sobre o futuro da Língua Portuguesa no Sistema Mundial”;
- **Circular:** texto de apresentação do evento, contendo normas para inscrição de trabalhos, valores de inscrições, temas estabelecidos, parágrafo introdutório sobre o evento;
- **“Plano de Ação de Brasília para a promoção, a Difusão e a Projeção da Língua Portuguesa”:** documento produzido no primeiro evento “II Conferência Internacional sobre a Língua Portuguesa no Sistema Mundial”, em 2010, e que serviu de base para as discussões dos eventos seguintes;
- **Apresentação dos eventos:** pequeno texto introdutório sobre os eventos, localizado na principal página eletrônica de cada evento;
- **Palestras de abertura, conferências e discursos de Ministros:** textos proferidos em palestra ou sessões de abertura do evento, em conferências, principalmente, por ministros e diretor executivo do IILP;
- **Conclusões:** texto com conclusões feitas a partir das discussões e trabalhos apresentados no evento (tem a mesma finalidade que as “Cartas”);
- **Agenda Cultural:** programação contendo um resumo do funcionamento das atividades culturais, objetivo dos momentos culturais proporcionados, as atividades culturais, apresentações, exposições, filmes, músicas.

Nas próximas páginas, nos atemos a descrever os sete eventos internacionais sobre língua portuguesa, para melhor compreendermos a organização, os nomes dos eventos, a localização, as suas configurações.

I Conferência internacional sobre o futuro da Língua Portuguesa no sistema mundial

O evento “*I Conferência internacional sobre o futuro da Língua Portuguesa no sistema mundial*” foi realizado entre os dias 25 e 31 de março de 2010, no Palácio Itamaraty, em Brasília, Brasil, copresidida pelo Brasil, país-sede, e por Portugal, sendo atual presidente da CPLP, no ano de 2010. Este evento foi organizado em duas etapas. A primeira etapa, nos dias 25, 26 e 27 de março, constituiu-se por debates, intercâmbio de ideias, trocas de experiências entre representantes da sociedade civil dos Estados membros da CPLP e a participação de delegações governamentais dos países dessa comunidade. Foram convidados a participar, também, como Estados observadores associados, a Guiné Equatorial, as Ilhas de Maurício e o Senegal. Reuniram-se escritores, professores, acadêmicos, editores, jornalistas e outros profissionais os quais o evento considerou diretamente vinculados à difusão da língua.

A segunda etapa do evento realizou-se nos dias 29, 30, 31 de março, consistindo em uma reunião das delegações governamentais dos países da CPLP. Os Estados membros tinham como objetivo, nesta etapa, discutir propostas passíveis de compor um programa de ações da Comunidade para cumprimento dos objetivos fixados pelos Chefes de Estado e de Governo da CPLP na “Declaração sobre a Língua Portuguesa” (VII Cimeira, Lisboa, 25 de julho de 2008). Depois desta reunião, no dia 31 de março, foi realizada uma Reunião Extraordinária do Conselho de Ministros da CPLP, durante a qual os Chanceleres analisaram estratégias e ações para a projeção desta língua portuguesa, a partir do que foi discutido na conferência.

Paralelamente à conferência, foi organizada uma semana cultural de língua portuguesa. A programação desta semana envolveu a exposição “Língua Viagem – em português todos se encontram”, mostra de cinema, apresentações musicais e encontros de escritores, com participação dos Estados membros da CPLP. A exposição sobre língua portuguesa foi no Palácio Itamaraty e os demais eventos no Centro Cultural Banco do Brasil, em Brasília (CCBB DF), aberto ao público geral, sem necessidade de inscrição de participação.

Retomando a primeira etapa do evento, nesta etapa houve a organização de cinco sessões de trabalho, nas quais foram discutidos os seguintes tópicos gerais:

- (a) Fortalecimento do ensino da língua portuguesa
 - (a.1) Fortalecimento do ensino da língua portuguesa para estrangeiros
 - (a.2) Cooperação educacional e cultural para o ensino da língua portuguesa no espaço da CPLP

- (b) Difusão pública da língua portuguesa
 - (b.1) Ampliação da difusão da língua portuguesa nos meios de comunicação de massa
 - (b.2) Valor econômico e cultural da difusão da língua portuguesa
- (c) Projeção da língua portuguesa em foros multilaterais
- (d) Estado de desenvolvimento do Acordo Ortográfico
- (e) Participação da sociedade civil na projeção da língua portuguesa
- (f) Importância da língua portuguesa nas diásporas

O evento se organizou em torno de cinco sessões de trabalho, com a participação diversificada de membros. Participaram ministros, embaixadores, professores, presidentes de associações, secretário de Estado de Ensino, reitor de universidade, consultor.

As sessões abordaram temas como o fortalecimento do ensino de língua portuguesa para estrangeiros e nos países da CPLP; difusão da língua em meios de comunicação; a valorização econômica e cultural da língua; a projeção da língua portuguesa em organizações internacionais, regionais; o andamento do Acordo Ortográfico; a participação da sociedade civil na projeção da língua portuguesa.

Destas sessões de trabalho, a página eletrônica do evento não disponibilizou nenhuma textualidade. Encontramos na página do evento a programação, apresentação do evento, agenda de trabalho com as sessões, agenda cultural, na qual há a relação dos filmes, músicas, documentários, literatura, que integraram o evento. Além disso, no link “documentos”, tivemos acesso ao texto “Plano de Ação de Brasília para a promoção, a Difusão e a Projeção da Língua Portuguesa”, juntamente com a “Resolução sobre o Plano de Ação de Brasília para a promoção, a Difusão e a Projeção da Língua Portuguesa”, feito no último dia do evento, 31 de março.

Este plano contempla as discussões realizadas durante o evento e foi utilizado como referência nos eventos seguintes. Este plano é dividido nos seguintes tópicos: i. Estratégias de implantação da língua portuguesa nas organizações internacionais; ii. Estratégias de Promoção e Difusão do Ensino da Língua Portuguesa; iii. Estado de Desenvolvimento do Acordo; iv. Difusão Pública da Língua Portuguesa; v. Importância da língua portuguesa nas diásporas; vi. Participação da sociedade civil.

Ainda, neste evento, ficou acordada a organização da “II Conferência Internacional sobre o Futuro da Língua Portuguesa”, realizada no ano de 2013. Antes dessa segunda edição, foram organizados mais cinco colóquios em preparação a esta conferência, tomando as questões postas no

“Plano de Ação de Brasília para a promoção, a Difusão e a Projeção da Língua Portuguesa” como norteadoras do trabalho.

Colóquio Internacional de Maputo – A Diversidade Linguística nos Países da CPLP

O evento “*Colóquio Internacional de Maputo – A Diversidade Linguística nos Países da CPLP*” aconteceu de 12 a 14 de setembro de 2011, na sala de conferências do Ministério da educação, em Maputo, Moçambique. Conforme formulado na textualidade “apresentação”, o evento objetivou a troca de experiências entre autoridades e representantes de organizações dos Estados-Membros da CPLP, especialistas, entidades, pesquisadores acadêmicos os quais já desenvolveram metodologia de ensino que vise à gestão da pluralidade linguística nos Estados-Membros.

As discussões durante o evento foram sobre os direitos linguísticos expressos na legislação, os processos de oficialização de línguas minorizadas, as experiências de educação plurilíngue, formação docente para este tipo de educação, as oportunidades que a presença de outras línguas trazem para os Estados-Membros e sua população, bem como seu valor econômico.

A página eletrônica do evento disponibilizou o texto de apresentação do evento, imagens do evento, programação e a “Carta de Maputo”, texto no qual há recomendações, provenientes das discussões durante o evento, para que sejam debatidas na “II Conferência Internacional sobre o Futuro da Língua Portuguesa no Sistema Mundial”. Não há disponibilidade de textos das mesas e conferências em anais ou caderno de resumos.

O evento foi dividido em conferências e cinco mesas, com a participação de especialistas em Linguística, professores de universidades e faculdades, representantes de institutos, como Instituto de Língua Mirandesa, de Portugal, Instituto de Investigação e Desenvolvimento em Política Linguística – IPOL, do Brasil, representantes de ministérios, como da cultura, da educação.

As mesas envolveram diferentes temáticas, principalmente, sobre as políticas linguísticas. As temáticas versavam sobre as experiências em educação bilíngue e plurilíngue e a formação dos professores para esses contextos; políticas de oficialização e reconhecimento da diversidade linguística; a preparação das línguas nos espaços da CPLP para novos usos; políticas linguísticas dos crioulos do português; programas de pluralidade linguística das organizações internacionais.

Colóquio internacional da Praia – A Língua Portuguesa nas Diásporas

O “*Colóquio internacional da Praia – A Língua Portuguesa nas Diásporas*” foi realizado nos dias 28, 29 e 30 de novembro de 2011, na cidade de Praia, Cabo Verde. Este foi o segundo colóquio organizado em preparação à II Conferência Internacional sobre o Futuro da Língua Portuguesa. Este evento contou com a presença de vários especialistas que apresentaram experiências sobre o ensino do português no exterior, principalmente, em contextos de diásporas.

Neste evento, na textualidade “programação”, temos como visualizar o nome dos trabalhos apresentados, juntamente com os dos apresentadores, contudo, não consta a instituição que o apresentador representa, com exceção dos conferencistas. As mesas têm como temática o português nas Diásporas; ações oficiais para o português nas Diásporas; Oferta do ensino do português nas Diásporas; experiências nacionais em língua portuguesa e nas Diásporas; práticas e perspectivas do português no Oriente; o português como língua de herança.

Na página eletrônica do evento, encontramos disponível, além da programação, texto de apresentação do evento, “Carta da Praia”, com recomendações ao IILP decorrentes das discussões durante o evento, caderno de resumos, o qual aparece pela primeira vez desde o primeiro evento, com o resumo dos trabalhos apresentados e currículo dos participantes, texto discurso de encerramento proferido pelo Ministro da Cultura de Cabo Verde.

Colóquio Internacional de Guaramiranga – A língua Portuguesa na Internet e no Mundo Digital

O “*Colóquio Internacional de Guaramiranga – A língua Portuguesa na Internet e no Mundo Digital*” foi o segundo evento organizado pelo IILP que o Brasil recebeu, na cidade de Guaramiranga, no Ceará, entre os dias 23 e 26 de abril de 2012. Participaram do evento especialistas do setor governamental ligados às instituições públicas de gerenciamento da internet e da informação, especialistas do setor privado, envolvidos no desenvolvimento do mercado da internet e de suas ferramentas, pesquisadores acadêmicos envolvidos com o assunto.

Este evento contou com a parceria da UNILAB – Universidade Federal para a Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, do Conselho Nacional de Educação, do Ministério da Educação, do Itamaraty, da Secretaria de Cultura do Estado do Ceará e da Universidade Federal do Ceará. Além disso, o evento foi transmitido ao vivo pela internet, contando com a participação de internautas.

O evento foi organizado em seis mesas, mesa de abertura, conferência de abertura, exposição de cordéis e artesanatos do Ceará, apresentações culturais locais. Houve, além de especialistas dos países membros da CPLP, a participação de pesquisadores provenientes de instituições da República Dominicana e dos Estados Unidos.

As mesas tinham como temáticas ciência e formação Científica para o Português Digital; A língua portuguesa na internet: próximos desenvolvimentos; A língua portuguesa digital e a Informação; ações governamentais para o português na internet; o vocabulário comum da língua portuguesa; propostas e projetos para o português digital no século XXI.

Na página eletrônica desse evento encontramos a “Carta de Guaramiranga”, na qual há recomendações ao IILP e os Estados-Membros da CPLP quanto ao assunto debatido durante o evento, o caderno de currículo e resumos das apresentações e apresentadores, a programação e texto de apresentação do evento. Não há disponíveis textos completos dos trabalhos apresentados.

Colóquio internacional – A Língua Portuguesa nas organizações internacionais

O terceiro Colóquio, “*Colóquio internacional – A Língua Portuguesa nas organizações internacionais*”, aconteceu de 3 a 5 de julho de 2012, em Luanda, Angola. Participaram do evento representantes, especialistas, gestores do setor cultural e linguístico que tinham como foco a situação do português nas Nações Unidas, no Mercosul, no Fórum de Macau, na União Europeia, entre outras organizações. O evento visou a troca de experiências sobre a legislação para a presença das línguas nos blocos, bem como contou com a presença de gestores de políticas de língua nas organizações diplomáticas, como a ONU.

O evento contou com três conferências, sendo uma proferida por conferencista francês. Além disso, houve discussões em cinco mesas, com a participação de embaixadores, professores, representantes de institutos. As mesas tinham como temas: o português nas Organizações Econômicas Regionais, como o MERCOSUL; o português nas Organizações Econômicas Regionais; as organizações plurilíngues e as relações com outras línguas; tecnologias e instrumentos linguísticos para a presença do Português nos Organismos Internacionais; a internacionalização da língua portuguesa e as organizações internacionais.

Na página eletrônica deste evento, há disponível o texto de apresentação, a “Carta de Luanda”, com as considerações sobre as discussões do evento, programação, texto da conferência magistral “As línguas nas Nações Unidas: história, legislação, práticas e perspectivas”, texto de

discurso do Ministro das Relações Exteriores da Angola, texto da mesa 3: “As organizações plurilíngues e as relações com outras línguas”.

Colóquio Internacional – A internacionalização da Língua Portuguesa: Concepções e Ações

Este evento, “*Colóquio Internacional – A internacionalização da Língua Portuguesa: Concepções e Ações*”, foi também realizado no Brasil, na UFSC - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC, entre os dias 6 e 8 de março de 2013. O IILP contou com a colaboração da Anpoll, Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Letras e Linguística, para a organização do evento.

A ANPOLL, conforme Pfeiffer (2012), é uma associação instituída por uma relação com o Estado, funcionando como política científica, que se justifica pela pós-graduação, expandida pelo sentido de pesquisa. Isso a diferencia da ABRALIN (Associação Brasileira de Linguística) e do GEL (Grupo de Estudos Linguísticos), os quais funcionam como um modo de produzir visibilidade para a própria área da Linguística e daquilo que se faz nesta área, no Brasil.

Podemos compreender o modo como a ANPOLL se constitui enquanto uma política linguística pela própria organização deste evento, que se diferencia dos outros eventos que o IILP organizou. Além das mesas-redondas e conferências, houve a possibilidade de submissão de trabalhos para comunicações individuais, espaço que não tinha em eventos anteriores. Pesquisadores podiam submeter trabalhos tanto como proposta de mesa-redonda ou comunicação individual. As propostas podiam ser escritas em língua portuguesa, espanhola ou inglesa.

O evento buscou articular pesquisadores, agentes públicos e entidades que se dedicam à questão da internacionalização do português, com o objetivo de discutir as concepções que hoje orientam as políticas de internacionalização da língua portuguesa e as ações em andamento para o avanço do português no cenário internacional das línguas, ampliando o debate em preparação à II Conferência Internacional sobre o futuro da língua portuguesa no sistema mundial. Também, pretendeu-se chamar a atenção da comunidade acadêmica brasileira quanto à “II Conferência Internacional sobre o Futuro da Língua Portuguesa no Sistema Mundial”. Este evento não constava no planejamento do IILP, como os outros colóquios.

A participação de brasileiros foi majoritária, principalmente nas comunicações individuais, nas quais pesquisadores de diversas universidades brasileiras estiveram presentes. Além desses, pesquisadores da China, Argentina, Portugal, Moçambique, Timor-Leste participaram.

As mesas-redondas e as comunicações individuais deveriam ter relação com as temáticas determinadas pelo evento. Os temas eram os seguintes: a. Política Linguística b. A língua na internet e no mundo digital c. A língua nas organizações internacionais d. A língua nas diásporas e nas emigrações internacionais e. Línguas da ciência e produção científica e acadêmica em língua portuguesa f. A língua e o mundo editorial g. Ensino de PLE, proficiência e certificação h. Formação Universitária, educação linguística e intercâmbio internacional.

Foram oito mesas-redondas, com as seguintes denominações: A promoção internacional institucional do português; A língua Portuguesa e suas perspectivas para o século XXI; Ensino-aprendizagem e a formação de professores de português como língua estrangeira em contexto de internacionalização; Gestão da língua, ensino e internacionalização do português; A disciplina de língua portuguesa na escola brasileira ao longo dos séculos XIX e XX: contribuições para entender sua história; A internacionalização da língua portuguesa na era digital; Educação e internet para a internacionalização do português: experiências e projetos do Brasil.

Na página eletrônica do evento, encontramos o texto da “circular”, as normas para submissão de trabalho, as inscrições, o caderno de resumo das mesas-redondas e comunicações individuais, artigo da mesa-redonda “A língua Portuguesa e suas perspectivas para o século XXI”, intitulado “Desafios para a promoção e a internacionalização da língua portuguesa” de Ataliba T. de Castilhos, documento síntese do evento e a sua programação.

II Conferência internacional sobre o futuro da Língua Portuguesa no sistema mundial

A “II Conferência internacional sobre o futuro da Língua Portuguesa no sistema mundial” foi realizada nos dias 29 e 30 de outubro de 2013, em Lisboa, Portugal. Este evento foi sendo preparado e planejado por meio dos colóquios organizados pelo IILP nos anos anteriores. Participaram pesquisadores dos países membros da CPLP, além da Polônia, China, Espanha, Estados Unidos, Holanda, França. Entre os participantes encontram-se professores pesquisadores, ministros de Estados, representantes de institutos.

A configuração deste evento é similar ao “Colóquio Internacional A Internacionalização da Língua Portuguesa: concepções e ações”. Os interessados podiam inscrever trabalhos em mesas-redondas e comunicações individuais, conforme os seguintes temas: i. Ciência e Inovação; ii. Internacionalização; iii. Ensino e Formação; iv. Diversidade Linguística: Políticas; v. Vocabulários Ortográficos; vi. Educação e Desenvolvimento.

O evento foi organizado em doze mesas-redondas denominadas: Plano de Ação de Brasília; Ciência e Inovação; Diversidade Linguística: Políticas; Portal do Professor de Português Língua Estrangeira; Políticas de Língua na Galiza; Internacionalização e Indústrias Culturais; Ensino e Formação; Projetos e Produtos; Os Vocabulários Ortográficos Nacionais e o Vocabulário Ortográfico Comum; Educação e Desenvolvimento; Ensino de Língua Portuguesa na China; Ensino de Língua.

Com relação às comunicações livres, foram organizadas quatorze com os seguintes títulos: Formação de Professores (Instrumentos e Estruturas); Política, *Media* e Cultura; Leitura e Escrita no Ensino da Língua; Materiais para o Ensino da Língua Portuguesa; Tecnologias no Ensino e na Ciência; Língua Portuguesa como Língua Adicional; Variantes Linguísticas; Ensino de Língua Portuguesa como Língua Não Materna; Os Vocabulários Ortográficos Nacionais e o Vocabulário Ortográfico Comum; Ensino de Língua Portuguesa na China; Ensino de Língua; Formação de Professores; Questões linguísticas.

Desta conferência, podemos encontrar na página eletrônica do evento os resumos dos trabalhos de apresentações individuais, de mesas-redondas, conferências, texto de palestra de abertura do evento, texto de intervenção do Ministro de Estado e Negócios Estrangeiros de Portugal, texto com conclusões do evento, bem como a programação, contendo o nome do participante, do trabalho, sigla da instituição e país.

Os Eventos: alguns apontamentos

A partir do que descrevemos sobre a organização, a configuração dos eventos internacionais, atendo-nos aos nomes dos eventos, aos títulos das comunicações, apresentações, mesas-redondas, temas, compreendemos que há uma delimitação, um recorte das “coisas-a-saber” (PÊCHEUX, 2012a, p. 34) sobre língua portuguesa em circulação nos eventos internacionais.

Para Pêcheux ([1983] 2012a), as coisas-a-saber representam tudo o que arrisca faltar à felicidade do “sujeito pragmático”; são “conhecimentos a gerir e a transmitir socialmente”, ou seja, “descrições de situações, de sintomas e de atos (a efetuar ou evitar) associados às ameaças multiformes de um real do qual ‘ninguém pode ignorar a lei’” (Ibidem, p. 35). O “real” é atribuído pelo autor como “o impossível”, outro tipo de saber o qual “não se reduz à ordem das ‘coisas-a-saber’” e que existe produzindo sentidos (Ibidem, p. 43).

As coisas-a-saber, continua o autor, não são jamais visíveis, mas sempre tomadas em redes de memória as quais dão lugar a filiações identificadoras e não a aprendizagens por interação. As coisas-a-saber coexistem com objetos inscritos em uma filiação não sendo produtos de uma aprendizagem. Nessa perspectiva, as coisas-a-saber sobre língua portuguesa que estão em circulação nos eventos internacionais são constituídas em redes de memória, em filiações de sentidos.

As coisas-a-saber sobre língua portuguesa que circulam nos eventos internacionais são delimitadas, recortadas, selecionadas, constituindo determinadas filiações de memória. As coisas-a-saber sobre língua portuguesa são definidas, delimitadas por meio dos temas propostos pelo evento e pelos participantes convidados. É o evento que produz determinados recortes das coisas-a-saber que podem circular nos eventos e de quem tem autoridade para apresentar essas coisas-a-saber.

No primeiro evento, “I Conferência internacional sobre o futuro da Língua Portuguesa no sistema mundial”, o convite da participação da sociedade civil no evento foi feito pelo Ministério das Relações Exteriores, ministério que delimitou quem participaria ou não do evento. Nos outros quatro colóquios, previstos no cronograma do IILP, “Colóquio internacional de Maputo – A diversidade Linguística nos países da CPLP”, “Colóquio internacional da Praia – A Língua Portuguesa nas Diásporas”, “Colóquio internacional – A Língua Portuguesa nas organizações internacionais”, “Colóquio internacional de Guaramiranga – A Língua Portuguesa na Internet e no Mundo Digital”, não há em nenhum lugar da página eletrônica a opção de inscrição de apresentação de trabalhos nos eventos. Isso nos leva a compreender que da mesma forma que no primeiro evento, determinadas pessoas foram convidadas a participar, não sendo quaisquer uma.

Essa configuração de evento, com convidados escolhidos, delimitados, mudou com a inclusão de mais um colóquio, além daqueles que estavam no plano de ações do IILP, o “Colóquio Internacional – A internacionalização da Língua Portuguesa: Concepções e Ações”. Esse evento foi organizado em parceria com a ANPOLL – Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Letras e Linguística, no Brasil.

Este colóquio buscou maior participação dos pesquisadores brasileiros e de pesquisas brasileiras sobre língua portuguesa, abrindo a oportunidade de inscrição para os que tinham pesquisas conforme as temáticas estabelecidas. O evento, também, delimitou e definiu quem poderia ou não participar, mas em comparação com os outros colóquios, houve maior abertura, pois poucos foram os convidados selecionados. Para a inscrição de trabalhos, foram convidados pesquisadores com título de doutor da área de Língua Portuguesa, Literaturas de Língua Portuguesa,

Linguística, Linguística Aplicada, Ciência Política e afins e/ou gestores de organismos ligados à promoção da língua portuguesa.

O último evento, “II Conferência internacional sobre o futuro da Língua Portuguesa no sistema mundial”, teve uma configuração semelhante ao organizado em parceria com a ANPOLL, com temas estabelecidos e a possibilidade de inscrição de trabalho. Também, participaram pessoas convidadas, sem a necessidade de fazer a inscrição.

Diante o exposto, de sete eventos que constituem o arquivo da pesquisa, cinco tiveram a participação de pessoas convidadas a apresentarem seus trabalhos, conforme temática delimitada pelo evento. Nos outros dois eventos houve a possibilidade de inscrição para apresentações de trabalhos, conforme temáticas estabelecidas pela organização do evento e conforme a titulação do participante, como foi o caso do último evento realizado.

Interpretamos que os eventos internacionais determinaram, delimitaram, recortaram as coisas-a-saber sobre língua portuguesa que constituíram e circularam nos eventos. Mas há sempre o real funcionando, produzindo sentidos que não se controlam, que escapam à memória, filiando-se em outras redes de sentido.

2.2.3 A constituição do *corpus*

A partir da constituição do arquivo, conforme apresentado no tópico anterior, o próximo passo desta pesquisa foi delimitar o *corpus*. Conforme Mazière (2007), o *corpus* não é um conjunto estanque de textos, mas “um conjunto sem fronteira no qual o interdiscurso, exterior, irrompe no intradiscurso [formulação]” (Ibidem, p. 61). Isso nos permite, conforme a autora, considerar o *corpus* como “rede de memória” constituída por aberturas que permitem reconfigurações, mudanças no *corpus* ao longo das análises.

Delimitamos o *corpus* da pesquisa observando o eixo da formulação dos sentidos. Conforme Orlandi (2012b, p. 32), há uma relação entre a constituição do sentido (já-dito) e sua formulação (o que está se dizendo). A constituição, o que chamamos de interdiscurso, são todos os dizeres já ditos e esquecidos que constituem nosso dizer. A formulação, o intradiscurso, é aquilo que estamos dizendo em um momento dado, em determinadas condições.

A formulação é “atualização da memória discursiva” que se faz materialmente pela textualização (ORLANDI, 2012a, p. 11). Na formulação, continua a autora, o sujeito diz o que diz,

se assume autor, representa-se na origem de seu dizer com sua responsabilidade; a linguagem ganha vida, a memória se atualiza, os sentidos se decidem, o sujeito se mostra e se esconde.

Atendo-nos à formulação, “posto de escuta” (Ibidem, p. 15), por meio de nosso gesto de interpretação, produzimos recortes (ORLANDI, 1984), unidades discursivas, que resultaram em um *corpus* de montagens discursivas. Esse *corpus* seguiu como critério de recorte os objetivos e tema da pesquisa. Como salienta Orlandi,

Atualmente, considera-se que a melhor maneira de atender à questão da constituição do corpus é construir montagens discursivas que obedecem a critérios que decorrem de princípios teóricos da análise de discurso, face aos objetivos da análise, e que permitam chegar à sua compreensão. Esses objetivos, em consonância com o método e os procedimentos, não visa a demonstração, mas a mostrar como um discurso funciona produzindo (efeitos de) sentidos (2012b, p. 63).

Recortamos textualidades que resultaram em montagens discursivas nas quais se formulam sentidos de unidade e diversidade para língua portuguesa, bem como o apagamento dessa relação contraditória. Por meio disso, pudemos compreender a(s) política(s) de línguas que constitui sentidos para língua portuguesa.

O *corpus* é constituído por textos escritos e por imagens constituídas de cartazes de divulgação dos eventos. O arquivo e, conseqüentemente, o *corpus* da pesquisa são constituídos por uma diversidade de textualidades que faz parte da própria configuração dos eventos científicos. Organizamos as textualidades as quais fazem parte do *corpus* e das quais fizemos recortes.

Da “I Conferência Internacional sobre a língua portuguesa no sistema mundial”, recortamos as textualidades:

- Agenda Cultural;
- Plano de Ação de Brasília para a Promoção, a Difusão, e a Projeção da Língua Portuguesa.

Da “II Conferência Internacional sobre a língua portuguesa no sistema mundial”, recortamos as textualidades:

- Conclusões do evento;
- Palestra de abertura do evento “Por uma língua portuguesa a caminho da afirmação mundial”;
- Intervenção do Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros de Portugal, na sessão de abertura do evento;

- Resumo dos temas para submissão de trabalhos em mesas-redondas e comunicações individuais.

Do “Colóquio Internacional A língua Portuguesa na Internet e no mundo Digital”, recortamos a textualidade:

- Caderno de Currículos e Resumos eletrônicos.

Do “Colóquio Internacional A Língua Portuguesa nas Diásporas”, recortamos os textos verbais e não verbais:

- Caderno de Currículos e Resumos eletrônicos.
- Imagem do cartaz de divulgação do evento.

Do “Colóquio Internacional A Diversidade Linguística nos Países da CPLP”, recortamos texto não verbal:

- Imagem do cartaz de divulgação do evento.

Do “Colóquio Internacional A Língua Portuguesa nas Organizações internacionais”, recortamos os textos:

- Caderno de Currículos e Resumos eletrônicos;
- Discurso do ministro das relações exteriores de Luanda;
- Trabalho “O fórum de cooperação económica e comercial entre a China e os países de língua portuguesa – “Fórum de Macau”, apresentado na mesa 3: “As organizações plurilíngues e as relações com outras fónias”;
- Imagem do cartaz de divulgação do evento.

Do “Colóquio A internacionalização da língua portuguesa: concepções e ações” fizemos recortes do:

- Caderno de resumos;
- Circular 1: chamada de trabalhos;
- Imagem do cartaz de divulgação do evento.

Nos cadernos de resumos, fizemos recortes discursivos de alguns dos resumos. As referências de todas as textualidades que compõem o *corpus*, especificando, inclusive, os resumos recortados dos cadernos de resumos, encontram-se conforme lista:

AGENDA cultural. In: I Conferência Internacional sobre a língua portuguesa no sistema mundial. **Agenda Cultural**. Brasília, Brasil, 2010. Disponível em: <http://www.conferenciapl.itamaraty.gov.br/pt-br/agenda_cultural.xml> Acesso em: 05 jun. 2013.

BENTO RIBEIRO M. F. S. Desenvolvimento de novas tecnologias em português. In: Colóquio Internacional A língua Portuguesa na Internet e no mundo Digital. Guaramiranga, Brasil, 2012. **Caderno de Currículos e Resumos eletrônico**. Disponível em: <http://www.iilp.org.cv/images/imagem_meus/coloquio/Coloquio_3/ColoquioGuaramiranga/Resumo%20Palestrantes.pdf> Acesso em: 05 jun. 2013.

CANTEROS, A. Lusofonia ao sul: imigração e experiências culturais. In: Colóquio Internacional A Língua Portuguesa nas Diásporas. **Caderno de Currículos e Resumos eletrônico**. Praia, Cabo Verde, 2011. Disponível em: <http://www.iilp.org.cv/images/imagem_meus/coloquio/Coloquio_2/ColoquiodaPraia/Caderno%20de%20Resumos.pdf> Acesso em: 05 jun. 2013.

CASTILHO, A. Desafios para a promoção e internacionalização da língua portuguesa. Mesa-redonda: a língua portuguesa e suas perspectivas para o século XXI. In: Colóquio A internacionalização da língua portuguesa: concepções e ações. **Caderno de Programação e Resumos eletrônico**. Florianópolis, SC, Brasil, 2013. Disponível em: <http://anpoll.org.br/evento/coloquio-internacional-lingua-portuguesa-2013/wp-content/uploads/sites/2/2013/02/Caderno_de_Programacao_e_Resumos.pdf> Acesso em: 15 set. 2013.

CHICOTI, G. R. P. Discurso do ministro das relações exteriores de Luanda. **Discurso**. In: Colóquio Internacional A Língua Portuguesa nas Organizações internacionais. Luanda, Angola, 2012. Disponível em: <<http://www.centrofsd.org/coloquiomirex/paginas/discursos.html>> Acesso em: 05 jun. 2013.

CIRCULAR chamada de trabalho. In: Colóquio A internacionalização da língua portuguesa: concepções e ações. **Circular 1**. Florianópolis, SC, Brasil, 2013. Disponível em: <http://anpoll.org.br/portal-novo/wp-content/uploads/2012/10/Coloquio-Internacional_-Chamada-de-trabalhos-1.pdf> Acesso em: 15 set. 2013.

CONTRIBUTOS da sociedade civil. In: II Conferência Internacional sobre a língua portuguesa no sistema mundial. **Conclusões**. Lisboa, Portugal, 2013. Disponível em: <http://www.conferencialp.org/files/contributos_soccivil.pdf> Acesso em: 10 nov. 2013.

CORREIA E SILVA, A. Por uma língua portuguesa a caminho da afirmação mundial. In: II Conferência Internacional sobre a língua portuguesa no sistema mundial. **Palestra de abertura**. Lisboa, Portugal, 2013. Disponível em: <http://www.conferencialp.org/files/acsilva_lpafirmao.pdf> Acesso em: 10 nov. 2013.

CORREIA, M.; FERREIRA, J. P.; ALMEIDA, G. M. B. Vocabulário Ortográfico Comum da Língua Portuguesa, p. 19. In: Colóquio Internacional A língua Portuguesa na Internet e no mundo Digital. **Caderno de Currículos e Resumos eletrônico**. Guaramiranga, Brasil, 2012. Disponível em:

<http://www.iilp.org.cv/images/imagem_meus/coloquio/Coloquio_3/ColoquioGuaramiranga/Resumo%20Palestrantes.pdf> Acesso em: 05 jun. 2013.

CORREIA, M. A Internacionalização da Língua Portuguesa: o papel do VOC. In: Colóquio Internacional A internacionalização da língua portuguesa: concepções e ações. **Caderno de Programação**. Florianópolis, SC, Brasil, 2013. Disponível em:

<http://anpoll.org.br/evento/coloquio-internacional-lingua-portuguesa-2013/wp-content/uploads/sites/2/2013/02/Caderno_de_Programacao_e_Resumos.pdf> Acesso em: 15 set. 2013.

GAMA, J. P. O fórum de cooperação económica e comercial entre a China e os países de língua portuguesa – “Fórum de Macau”. In: Colóquio Internacional A língua portuguesa nas organizações internacionais. **MESA 3: As organizações plurilíngues e as relações com outras fonias**. Luanda, Angola, 2012. Disponível em: <

<http://www.iilp.org.cv/index.php/component/content/article?id=17>> Acesso em: 20 jul. 2013.

MACHETTE, R. Intervenção do Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros. In: II Conferência Internacional sobre a língua portuguesa no sistema mundial. **Sessão de abertura**. Lisboa, Portugal, 2013. Disponível em: <

http://www.conferencialp.org/files/discurso_mne_2conf.pdf > Acesso em: 10 nov. 2013.

MIGUEL, A. J. A Inter: A grande Caravela da Lusofonia na Era Digital Caderno A língua portuguesa na internet. In: Colóquio Internacional A língua Portuguesa na Internet e no mundo Digital. **Caderno de Currículos e Resumos eletrônico**. Guaramiranga, Brasil, 2012. Disponível em:

<http://www.iilp.org.cv/images/imagem_meus/coloquio/Coloquio_3/ColoquioGuaramiranga/Resumo%20Palestrantes.pdf> Acesso em: 05 jun. 2013.

OLIVIER, M. Os Caminhos da Língua Portuguesa na África do Sul. In: Colóquio Internacional A Língua Portuguesa nas Diásporas. **Caderno de Currículos e Resumos eletrônico**. Praia, Cabo Verde, 2011. Disponível em:

<http://www.iilp.org.cv/images/imagem_meus/coloquio/Coloquio_2/ColoquiodaPraia/Caderno%20de%20Resumos.pdf> Acesso em: 05 jun. 2013.

PLANO de Ação de Brasília para a Promoção, a Difusão, e a Projeção da Língua Portuguesa. In: I Conferência sobre o futuro da Língua Portuguesa no sistema mundial. Brasília, DF, Brasil, 2010. Disponível em: <<http://www.conferenciapl.itamaraty.gov.br/pt-br/documentos.xml>> Acesso em: 05 jun. 2013.

TEMAS do evento. In: II Conferência Internacional sobre o futuro da língua portuguesa no sistema mundial. **Temas**. Lisboa, Portugal, 2013. Disponível em: < <http://www.conferencialp.org/2013-09-19-10-24-24/tema5> > Acesso em: 10 nov. 2013.

THOMÉ-WILLIAMS, A. C. Perspectivas sobre o ensino do português brasileiro nos Estados Unidos. Uma visão histórica e tendências da atualidade. In: Colóquio Internacional A Língua Portuguesa nas Diásporas. **Cadernos de resumos e currículos eletrônicos**. Praia, Cabo Verde, 2011. Disponível em: <<http://www.iilp.org.cv/index.php/component/content/article?id=14>> Acesso em: 05 jun. 2013.

SILVA, K. A. Observatório de políticas linguísticas para o ensino-aprendizagem e para a formação de professores de português como língua estrangeira em contexto de internacionalização. In: Colóquio A internacionalização da língua portuguesa: concepções e ações. **Caderno de Programação**. Florianópolis, SC, Brasil, 2013. Disponível em: <http://anpoll.org.br/evento/coloquio-internacional-lingua-portuguesa-2013/wp-content/uploads/sites/2/2013/02/Caderno_de_Programacao_e_Resumos.pdf> Acesso em: 15 set. 2013.

SILVA, R. T. Novas territorialidades construídas em língua portuguesa no espaço de Macau. . In: Colóquio Internacional A Língua Portuguesa nas Diásporas. **Caderno de Currículos e Resumos eletrônico**. Praia, Cabo Verde, 2011. Disponível em: <http://www.iilp.org.cv/images/imagem_meus/coloquio/Coloquio_2/ColoquiodaPraia/Caderno%20de%20Resumos.pdf> Acesso em: 05 jun. 2013.

A partir dessa constituição de *corpus*, produzimos os recortes discursivos (Rd) os quais nos possibilitaram compreender o modo como os eventos internacionais sobre língua portuguesa conformam a relação entre unidade e diversidade da língua. Por meio desse *corpus*, compreendemos as redes de memória, as filiações de sentidos que constituem um imaginário à língua portuguesa.

2.3 O FUNCIONAMENTO DOS EVENTOS CIENTÍFICOS COMO INSTRUMENTOS LINGUÍSTICOS

Nosso trabalho inscreve-se na perspectiva teórico-metodológica da Análise de Discurso, conforme fundada nos trabalhos de Michel Pêcheux e Eni Orlandi, articulada à História das Ideias Linguísticas (HIL). Compreendemos, com Nunes (2008), que essa articulação não acontece de modo interdisciplinar ou complementar, cada um desses dois campos teóricos tem seus próprios métodos que, a partir do contato entre eles e das questões que um coloca ao outro, há ressonâncias de um no outro.

A HIL iniciou, no Brasil, com Eni Orlandi e seu grupo de pesquisadores, na Unicamp, na década de 1980, com o projeto intitulado “Discurso, Significação, Brasilidade”, com colaboração científica do pesquisador Sylvain Auroux, da França. Este projeto, afirma Orlandi (2001), aliava a

história da construção do saber metalinguístico com a história da constituição da língua nacional, objetivando trazer contribuições para se trabalhar a questão da língua em um país de colonização. Assim, o trabalho de Auroux veio a colaborar com o da pesquisadora Eni Orlandi, pois se tratava da história do conhecimento metalinguístico em uma perspectiva inscrita na História da Ciência.

Nunes (2008) afirma que um ponto de contato da articulação desses dois campos de saberes está nessa visão histórica da ciência, principalmente, das ciências da linguagem. Pensar em ciências da linguagem, no plural, é compreender os estudos da linguagem em sua diversidade no tempo e no espaço. Compreender ciências da linguagem no plural é, conforme Orlandi (2013, p. 16-17), considerar na HIL e na AD a ética e o político como princípios que fundamentam a vida social. O político seria “o lugar de disputa dos princípios que regem a vida social em suas diferenças, sendo ele próprio a prática dessas diferenças” (Ibidem, p. 17).

Fazer história das ideias linguísticas nos permite trabalhar com a história do conhecimento sobre a linguagem no Brasil e a especificidade de um olhar interno à ciência da linguagem, pontua Orlandi (2001). Colocamo-nos como especialistas da linguagem quanto à história do conhecimento sobre a linguagem, não trabalhando como historiadores, com um olhar externo a essas questões.

A AD nos possibilita, nesta articulação com a HIL, analisar os discursos *sobre* a língua, permitindo praticar novas leituras de arquivo. Isso significa, afirma Orlandi (2001), que quando produzimos nossos gestos de interpretação, organizamos, também, um arquivo dessa história que fica à disposição para novas leituras de outros estudiosos. Isso porque a AD se constitui como uma forma de leitura que leva em consideração a historicidade dos sujeitos e dos sentidos e os discursos em suas diferentes condições de produção, fazendo com que conceitos e teorias, obras, autores, instituições, periodizações recebam um tratamento específico, não se tratando apenas de localizar determinada obra, mas sim de observar e descrever o funcionamento discursivo desta (NUNES, 2008).

Desse modo, concordamos com Guimarães (2004), quando dizemos que fazer história das ideias significa constituir, por meio de um método próprio, uma temporalidade. Constituir uma temporalidade é desautomatizar narrativas cronológicas e relatos tornados oficiais e “estabelecer procedimentos de identificação de acontecimentos por sua temporalidade”. Consideramos o acontecimento como “aquilo que faz diferença na sua própria ordem”, que produz uma temporalidade própria (Ibidem, p. 12-13).

Não nos interessa estabelecer uma cronologia, mas compreender como o sentido se constitui e, assim, sua temporalidade. Como afirma Nunes (2008), as pesquisas que articulam HIL e AD consideram a historicidade dos sentidos, os diferentes domínios das ciências da linguagem, questões

de espacialidade e temporalidade do conhecimento, as formas de autoria, os funcionamentos institucionais, os acontecimentos.

Nessa articulação AD e HIL, consideramos, também, como importante o trabalho com os instrumentos linguísticos. O conceito de instrumento linguístico foi desenvolvido, primeiramente, por Auroux ([1992] 2009), nos seus trabalhos vinculados ao laboratório da História das Ideias Linguísticas, na França, na obra *La révolution technologique de la grammatisation*, a qual foi traduzida para o português por Eni Orlandi, em 1992.

Auroux ([1992] 2009) desenvolve o conceito de instrumento linguístico em relação com o conceito de gramatização. Para o autor, a gramatização é “o processo que conduz a *descrever* e a *instrumentar* uma língua na base de duas tecnologias, que são ainda hoje os pilares de nosso saber metalingüístico: a gramática e o dicionário” (Ibidem, p. 65, grifos do autor). Os instrumentos linguísticos constituem-se por gramáticas e dicionários, os quais ajudariam na “competência linguística” do falante:

A gramática não é uma simples descrição da linguagem natural; é preciso concebê-la também como um instrumento linguístico: do mesmo modo que um martelo prolonga o gesto da mão, transformando-o, uma gramática prolonga a fala natural e dá acesso a um corpo de regras e de formas que não figuram juntas na competência de um mesmo locutor. Isso é ainda mais verdadeiro para acerca dos dicionários: qualquer que seja minha competência lingüística, não domino certamente a grande quantidade de palavras que figuram nos grandes dicionários monolíngues que serão produzidos a partir do final do Renascimento. Isso significa que o aparecimentos dos instrumentos linguísticos não deixa intactas as práticas linguísticas humanas (Ibidem, p. 70).

Para o autor, gramatizar é construir um instrumento, instrumento que aumenta e muda capacidade linguística do falante, é construir protocolo que os sujeitos podem utilizar em sua atividade de produção linguística. Uma língua gramatizada consiste, assim, de “uma língua instrumentada que dispõe de referências e normas” (Ibidem, p. 126).

Esses dois conceitos, “instrumento linguístico” e “gramatização”, construídos e formulados por meio das pesquisas desenvolvidas por Auroux ([1992] 2009), ajudaram a pensar na constituição da língua brasileira, na articulação teórica AD e HIL. Foi pelo processo de gramatização e da construção de instrumentos linguísticos que os gramáticos e lexicólogos brasileiros institucionalizaram a língua brasileira.

Para melhor compreendermos esses processos, refletimos com Guimarães e Orlandi (2001), para quem há quatro períodos diferentes da gramatização brasileira do português. O primeiro período começa com a colonização e segue até a expulsão dos Holandeses. O Português, nesse momento, era falado por poucos, predominando a língua geral.

O segundo período vai de 1654 a 1808, terminando com a chegada da família real portuguesa no Brasil. A Língua Portuguesa, nesse período, se expandiu com o aumento de portugueses e africanos no Brasil, e as línguas indígenas perderam espaço, principalmente depois que o Marquês de Pombal institucionalizou o ensino da Língua Portuguesa como obrigatório nas escolas.

O terceiro período principia com a chegada da família real portuguesa ao Brasil e segue até 1826, ano em que a Língua Portuguesa torna-se oficialmente a língua nacional do Brasil. Nesta época, criou-se a imprensa no Brasil e fundou-se a Biblioteca Nacional, os quais contribuíram para “um efeito de unidade do Português no Brasil” (Ibidem, p. 23).

Quanto aos três primeiros períodos, Orlandi e Guimarães (2001) afirmam que, neles, temos a Língua Portuguesa de Portugal *no* Brasil, institucionalizada pelo colonizador. O Português era aquele falado em Portugal e ensinado no Brasil, por meio das gramáticas e dicionários feitos por gramáticos e lexicólogos portugueses. Contudo, isso muda no quarto período, que principia quatro anos depois da Independência do Brasil, em 1826. Neste momento, inicia a gramatização brasileira do Português, na qual gramáticos brasileiros produziram gramáticas conforme o Português *do* Brasil.

Para pensar em todo esse processo de gramatização brasileira do português e a construção de instrumentos linguísticos, na articulação entre o campo teórico da AD e da HIL, no Brasil, o conceito de “instrumento linguístico” passou por deslocamentos. Conforme Silva Sobrinho (2013), no momento em que o conceito de instrumento linguístico passou a ser trabalhado na relação com outros conceitos do campo teórico da AD, outros sentidos constituíram-se para este conceito. Houve em funcionamento deslocamentos, transferências de sentidos para que o conceito se adequasse aos outros conceitos da teoria a qual passou a constituir.

Concordamos com o autor que isso acontece porque “todo conceito tem historicidade”, já que se constitui pela relação com outros conceitos de uma determinada prática teórica e “configurado pelas práticas políticas e ideológicas da formação social na qual essa prática teórica tem existência” (Ibidem, p. 309).

Ao ser formulado por Auroux ([1992]2009), este conceito consistia de uma “acepção fortemente instrumental” que aumentaria a “competência linguística” do sujeito falante (Ibidem, p. 311). Ao deslocar para o campo teórico da AD em articulação com a HIL, conforme desenvolvidas no Brasil, com o objetivo de refletir sobre a produção do conhecimento linguístico, os instrumentos linguísticos passam a ser considerados, afirma Silva Sobrinho (2013), como objetos simbólicos.

Os instrumentos linguísticos são considerados, conforme Orlandi (2013), como objetos linguísticos históricos que dão forma às relações sociais; “eles enformam a relação do sujeito com outros sujeitos e com a formação social, significando dessa forma, essas relações sociais” (Ibidem, p. 182). Sendo considerados objetos simbólicos, consideramo-los em seu funcionamento e não em seu produto. Para Silva Sobrinho (2013), esse deslocamento permitiu a articulação entre “o saber institucionalizado sobre a língua e a história da sociedade, bem como entre esse saber sobre a língua e a língua nacional, colocando em relação a unidade e a diversidade em face do Estado” (Ibidem, p. 312).

Subsumindo este modo de reflexão, ou seja, os deslocamentos, deslizamentos do conceito de instrumento linguístico, consideramos, com Silva Sobrinho (2013), além das gramáticas e dicionários, o funcionamento do Museu da Língua Portuguesa como um instrumento linguístico, bem como os eventos científicos que analisamos os quais institucionalizam sentidos de língua que constituem determinada(s) política(s) de língua(s).

O Museu da Língua Portuguesa, formula o autor, e incluímos os eventos científicos que analisamos, enquanto instrumentos linguísticos se constituem da necessidade de outras formas de tecnologias, além da gramática e do dicionário, na sociedade a qual se constituem historicamente. Outros modos de instituir, instrumentar, constituir, formular, circular sentidos surgem para suprir essa necessidade. Como afirma Petri,

tratar de instrumentos linguísticos, hoje, é trazer à baila uma série de objetos que funcionam no interior do processo de instrumentação da língua, tais como: livros didáticos, dicionários de especialidades e ou de regionalismos, sites da internet, Museu da Língua Portuguesa, diferentes materiais publicitários, etc. (2012, p. 29).

Os eventos científicos, funcionando como instrumentos linguísticos, constituem, formulam e circulam determinados sentidos de língua portuguesa, materializando determinada(s) política(s) de línguas. Eles funcionam como uma tecnologia da(s) língua(s), não se constituindo como um processo de gramatização, no sentido de descrever a língua. Os eventos internacionais sobre língua portuguesa, por meio do arquivo que constituem, estabilizam uma memória à língua, delimitam sentidos, organizam, instituem e circulam imaginário à língua.

Desse modo, os eventos internacionais sobre língua portuguesa constituem-se, também, por aquilo que é apagado, silenciado, mas não deixa de produzir sentidos. O silêncio, assim, é a possibilidade de trabalhar o(s) sentido(s), nos eventos científicos, em sua contradição constitutiva, a qual, conforme Orlandi (2007b, p. 24), situa-se “na relação do ‘um’ e do ‘múltiplo’, a que aceita a

reduplicação e o deslocamento que nos deixam ver que todo discurso sempre se remete a outros discursos”.

Temos conhecimento de duas pesquisas que analisam o funcionamento discursivo de eventos científicos na perspectiva teórico-metodológica na qual este trabalho se inscreve. Orlandi (2002) dedica-se em analisar os congressos da área de linguística no Brasil, realizados pelo Grupo de Estudos Linguísticos (GEL, São Paulo), Associação Brasileira de Linguística (Abralin) e Associação Nacional de Pós-Graduação em Letras e Linguística (Anpoll). Já Mariani e Medeiros (2007) analisam congressos de Linguística sobre a língua falada, realizados em 1956 e 1958, no processo de formulação e circulação das ideias linguísticas durante o governo JK.

Orlandi (2002) afirma que os congressos servem para diversos fins vinculados à produção intelectual. Compreende que existem diferenças com relação ao alcance e a modalidade dos congressos das associações Abralin, GEL e Anpoll. As diferenças estão vinculadas ao modo como as associações se constituem e administram as relações de seus membros com as ciências da linguagem. Como um modo de institucionalização de relações de saberes, esses congressos são lugares de divulgação, representação e legitimação da Linguística, dando visibilidade a esta e aos trabalhos feitos em âmbito nacional e nas relações internacionais. A autora salienta, também, que os eventos do GEL e da Abralin têm um caráter mais formador, enquanto que os da Anpoll configuram-se como formuladores de políticas científicas e de implementação da produção.

Mariani e Medeiros (2007), em suas análises, buscam compreender as motivações e repercussões, em relação à organização de uma política linguística, de dois importantes congressos realizados na conjuntura do governo JK. Os congressos são considerados como espaços de enunciação que levam à produção e à organização de um modo de conhecimento sobre a língua fluida. Conforme as autoras, também podem ser pensados como “resultado de políticas de sentido inscritas na língua de tal forma que ‘surge a necessidade’ de um lugar institucionalizado – os congressos - para ‘domesticar’ direções dessas políticas” (Ibidem, p. 131).

Em relação aos eventos científicos que analisamos, conferências e colóquios, diferenciam-se, de certa forma, daqueles analisados pelas autoras citadas. Os eventos que constituem o arquivo da pesquisa foram organizados pelo Instituto Internacional da Língua Portuguesa, instituição que se configura pela filiação à Comunidade de Países de Língua Portuguesa. Participaram desses eventos, representantes de todos os países-membros da CPLP, entre outros países. Esses eventos se constituem por determinadas “coisas-a-saber” (PÊCHEUX, [1983] 2012a) sobre a internacionalização da língua portuguesa, instrumentalizando um imaginário à língua, à sua internacionalização, projeção, difusão.

E é nessa questão que tanto esses eventos que analisamos e os que as autoras analisam aproximam-se. Os eventos internacionais sobre língua portuguesa instrumentalizam um imaginário para a língua, institucionalizam esses sentidos que são postos em circulação. Compreendemos o imaginário como a “produção de uma interpretação particular que apareceria, no entanto, como a interpretação necessária e que atribui sentidos fixos às palavras, em um contexto histórico dado” (ORLANDI, 2012c, p. 65). Esses sentidos instituídos, instrumentalizados para língua portuguesa constituem uma memória a língua, significam-na.

2.4 EVENTOS CIENTÍFICOS E A CONSTITUIÇÃO DO IMAGINÁRIO DA MUNDIALIZAÇÃO/GLOBALIZAÇÃO

2.4.1 Discursos *sobre* língua portuguesa: da colonização à mundialização/globalização

A institucionalização da Língua Portuguesa, no Brasil, iniciou com o processo de colonização linguística, desenvolvido por Portugal, a partir do século XVI, o qual enlaça língua e nação em um projeto único. A colonização linguística, para Mariani (2004) é da ordem do acontecimento, porque produz modificações em sistemas linguísticos que vinham se constituindo separados e provoca uma organização no funcionamento das línguas. É resultante de um processo histórico “de encontro entre pelo menos dois imaginários linguísticos constitutivos de povos culturalmente distintos” que se encontram “em condições de produção tais que uma dessas línguas – chamada de língua colonizadora – visa impor-se sobre a(s) outra(s), colonizada(s)” (Ibidem, p. 28).

A língua portuguesa, afirma a autora, foi instituída e imposta no Brasil, em detrimento das línguas indígenas que existiam neste país. Essa imposição foi institucionalizada pelo ato político nomeado *Diretório dos Índios*, produzindo um efeito de homogeneidade linguística, pela imposição de uma língua e proibição do uso de qualquer outra, durante 40 anos. Esse Diretório foi engendrado por Marquês de Pombal, em meados do século XVIII, como um modo de oficializar a língua portuguesa como uma das instituições nacionais portuguesas e de silenciar a língua geral e seus falantes. Assim, a língua portuguesa com sua memória filiada ao latim, enquanto língua do príncipe, foi posta como língua oficial a ser escrita e falada na colônia, amparada por este ato político-jurídico do *Diretório dos Índios*.

Esse processo de colonização linguística produziu discursos que silenciaram a diversidade linguística do Brasil, diversidade constituída pela diferentes línguas indígenas. Esse apagamento produzido pelo imaginário da colonização linguística, afirma Mariani (2004, p. 26), foi instituído

em torno de uma ideologia de que existia um *déficit* tanto na língua indígena, pela inexistência de três fonemas F, R e L, como a ausência do poder religioso, administrativo, jurídico e real na colônia.

Outro modo de silenciamento da diversidade linguística brasileira aconteceu pela forma como se construiu um conhecimento sobre as coisas do Brasil, seus habitantes e suas línguas, pontua Mariani (2004, p. 93). No processo de colonização, existia uma necessidade de se construir uma transparência da forma como as coisas eram nomeadas. Para que houvesse transparência, silenciavam-se as posições discursivas que não eram portuguesas, apagando o sujeito que nomeava. Podemos afirmar que a colonização linguística lidava com a diversidade linguística apagando-a, silenciando as línguas e os indígenas: a língua era errada e os indígenas não civilizados.

Contudo, ao passo que a colonização linguística foi imposta, outro processo se inscreveu produzindo deslocamentos, modificações que constituíram outra língua, diferente da língua de Portugal. Esse processo é compreendido como descolonização linguística, no qual a “língua faz sentido em relação a sujeitos não mais submetidos a um poder que impõe uma língua sobre sujeitos de uma outra sociedade, de um outro Estado, de uma outra Nação” (Ibidem, p. 172).

Com o processo de descolonização linguística, a língua portuguesa se tornou outra língua, a língua brasileira, historicizada no Brasil. A língua do Brasil é diferente da língua de Portugal e dos outros países de colonização portuguesa. Concordamos com Orlandi (2009a) que

Com a colonização, o domínio português defrontou-se com realidades e povos muito diversos em seus costumes e suas línguas. Disso resultou que, deslocando-se no espaço e no tempo, novas memórias discursivas locais foram gestadas de forma que houve uma historicização da língua portuguesa que assim sofreu os efeitos da memória local. (Ibidem, p. 159).

Por meio do processo de gramatização brasileira da língua portuguesa, a partir do século XIX, resultando na construção de gramáticas e dicionários produzidos no Brasil, por gramáticos e lexicólogos brasileiros, Orlandi (2013) afirma que é garantida a unidade da nossa língua. Temos, assim, a consolidação do Estado brasileiro, do sujeito nacional com sua língua própria visível na gramática.

Com a língua portuguesa instituída como língua nacional e oficial do Brasil, compreendemos que as discussões sobre esta (a língua) na conjuntura contemporânea não são mais as mesmas que do século XIX e início do XX, quando se discutia a constituição da língua do Brasil. Os investimentos políticos do Estado sobre língua que estão prevalecendo hoje têm como objetivos a promoção e difusão desta língua portuguesa no sistema mundial. É sobre essas questões que nossa

pesquisa se detém, buscando compreender os discursos sobre língua portuguesa que constituem sentidos em condições de produção estabelecidas pelos processos contemporâneos de mundialização/globalização.

No século XXI, “nossas questões passam pela mundialização e seus efeitos nas políticas de estados nacionais” (Idem, 2012d, p. 24). Tomando essa afirmação como hipótese de trabalho, buscamos compreender os sentidos produzidos sobre língua portuguesa nessas condições de produção, pela análise do modo como o imaginário da mundialização/globalização constitui sentidos de unidade (imaginária) e de diversidade dessa(s) língua(s).

Compreendemos que cada país de colonização portuguesa tem sua língua portuguesa, com sua unidade (imaginária) necessária em relação ao Estado, e sua diversidade concreta pensada em relação aos falantes. As oito línguas portuguesas possuem sua unidade, necessária para os Estados, bem como sua diversidade em relação aos que falam essa língua. Compreender a relação entre unidade e diversidade é considerar que cada país colonizado por Portugal tem sua língua constituída, instituída que representa o Estado e seus sujeitos.

2.4.2 A constituição do imaginário da mundialização/globalização

Para compreendermos como se constitui o imaginário da mundialização/globalização, fazemos uma pausa para compreender, primeiramente, a noção de imaginário. Para desenvolvermos os sentidos de imaginário, os conceitos de ideologia, de discurso, de formações imaginárias se fazem presentes.

Orlandi (2012a) assinala que o discurso é o lugar de observação da articulação entre língua e ideologia, de modo que se constitui como a materialidade específica da ideologia. A ideologia se refere ao fato de que “a língua não é transparente e que há injunção à interpretação” (Ibidem, p. 110). Dito de outro modo, a ideologia pode ser compreendida como “a direção nos processo de significação, direção essa que se sustenta no fato de que o imaginário que institui as relações discursivas (em uma palavra, o discursivo) é político” (Idem, 2008, p. 43).

Assim, afirma Orlandi (1994b), não existe relação direta entre a linguagem e o mundo, mas funciona a ilusão de que existe, por causa do imaginário. O imaginário, capaz de determinar transformações nas relações sociais e de construir práticas, é produtor do efeito de transparência da linguagem, a ilusão de que poderíamos atravessar as palavras para atingir seus conteúdos. Contudo,

a linguagem não é transparente e sim há um efeito de transparência produzido pelo imaginário, bem como um efeito de evidência.

Segundo a autora, em referência a Serconvissh (1977), “a dimensão imaginária de um discurso é sua capacidade para a remissão de forma direta à realidade”, por isso o efeito de evidência (Ibidem, p. 57). A ideologia representa, nesse viés, a saturação, o efeito de completude que produz esse efeito de evidência, que é sustentado sobre o já-dito, os sentidos institucionalizados, considerados “naturais”. Por meio da ideologia há a transposição de certas formas materiais em outras, ou seja, há simulações, de modo que não há a ocultação de sentidos, mas o apagamento do processo de sua constituição (Idem, 2012c).

Assim, a ideologia não é uma ideia, um costume, mas uma prática que se materializa nas formações ideológicas. A ideologia, afirma Orlandi (2012b), produz evidências subjetivas nas quais se constituem o sujeito e os sentidos. Essas evidências ocultam o processo de interpelação, fazendo o sujeito acreditar ser causa de si, bem como mascaram o caráter material do sentido das palavras e dos enunciados, sendo o sentido, então, determinado pelas posições daqueles que as empregam, posições estas referentes às formações ideológicas. O sujeito, como já afirmamos, constitui-se como posição-sujeito no discurso.

O caráter material dos sentidos, conforme Pêcheux ([1975] 2009, p. 146) refere-se ao “todo complexo das formações ideológicas”, sendo que estas “possuem um caráter ‘regional’ e comportam posições de classe” (Ibidem, p. 132). Isso faz com que o sentido de uma palavra, preposição etc., afirma o autor, não exista em si mesmo e sim determinado pelas posições ideológicas que estão em jogo no processo sócio-histórico. A formação ideológica é o que constitui e determina a formação discursiva, esta que numa conjuntura dada “determina *o que pode e deve ser dito*” (Ibidem, p. 147, grifos do autor). O sentido de uma palavra se constitui em cada formação discursiva, nas relações que essa palavra mantém com outras palavras. O autor também afirma que palavras, preposições, etc., literalmente diferentes podem “ter o mesmo sentido”, no interior de uma formação discursiva.

Resumindo “*as palavras, preposições, expressões, proposições, etc., mudam de sentido segundo as posições sustentadas por aqueles que as empregam*” de modo que adquirem seu sentido em relação a essas posições, ou seja, conforme às formações (Ibidem, p. 146-147, grifos do autor). Podemos compreender essas posições, que são posições-sujeito no discurso, pelo trabalho com os “processos discursivos”, que designam “o sistema e relações de substituição, paráfrase, sinonímia, etc., que funcionam entre elementos linguísticos – ‘significantes’ – em uma formação discursiva dada” (Ibidem, p. 148).

Levando em consideração que o discurso é “efeito de sentidos’ entre os pontos A e B” (Idem, 2010a, p. 81), compreendemos que os pontos A e B designam lugares determinados na estrutura de uma formação social, como o lugar do “professor”, do “aluno”, etc. Esses lugares estão representados nos processos discursivos, funcionando como “uma série de formações imaginárias que designam o lugar que A e B atribuem cada um a si e ao outro, a imagem que eles se fazem de seu próprio lugar e do lugar do outro” (Ibidem, p. 81).

Podemos observar a organização que Pêcheux ([1969] 2010a) nos traz para compreender as formações imaginárias:

Quadro 1: Formações imaginárias

Expressão que designa as formações imaginárias	Significação da expressão	Questão implícita cuja “resposta” subentende a formação imaginária correspondente
A $\left\{ \begin{array}{l} I(A) \\ \quad A \\ I(B) \\ \quad A \end{array} \right.$	Imagem do lugar de A para o sujeito colocado em A	“Quem sou eu para lhe falar assim?”
	Imagem do lugar de B para o sujeito colocado em A	“Quem é ele para que eu lhe fale assim?”
B $\left\{ \begin{array}{l} I(B) \\ \quad B \\ I(A) \\ \quad B \end{array} \right.$	Imagem do lugar de B para o sujeito colocado em B	“Quem sou eu para que ele me fale assim?”
	Imagem o lugar de A para o sujeito colocado em b	“Quem é ele para que me fale assim?”

Fonte: Pêcheux([1969] 2010a, p. 82).

Para o autor (2010a, p. 82), todo o processo discursivo supõe a existência dessas formações imaginárias apresentadas, constituídas pelos “já ouvido” e “já dito”. Nas formações imaginárias é que repousam os mecanismos de funcionamento do discurso, sendo estes relações de sentidos, relações de força e antecipação.

Conforme Orlandi (2012b) o mecanismo de relações de sentidos significa que todo discurso se relaciona com outros discursos. O mecanismo de antecipação compreende que todo sujeito tem a capacidade de colocar-se no lugar que seu locutor ouve suas palavras, antecipando, assim, a seu interlocutor quanto ao sentido que suas palavras produzem. Quanto à noção relação de forças, refere-se ao fato de que o lugar a partir do qual fala o sujeito é constitutivo do que ele diz. Por exemplo, as palavras do professor significam de modo diferente das palavras do aluno.

Quando exemplificamos, utilizando o professor e o aluno, não estamos dizendo sobre os sujeitos físicos nem os seus lugares empíricos, ou seja, como estão inscritos na sociedade. Estamos considerando suas imagens que resultam de projeções. Essas projeções, afirma Orlandi (2012b), são o que permitem passar das situações empíricas (lugares do sujeito) para as posições dos sujeitos no

discurso. Por isso, nas relações discursivas, são as imagens que constituem as diferentes posições, que fazem com que o que funcione no discurso não seja o professor empiricamente, mas o professor enquanto posição discursiva produzida pelas formações imaginárias.

Nessa perspectiva, a autora salienta que o imaginário faz necessariamente parte do funcionamento da linguagem, assentando-se no modo como as relações sociais se inscrevem na história e são regidas, em nossa sociedade, por relações de poder. A imagem do professor, do aluno, por exemplo, “não caem do céu”, mas constituem-se no confronto do simbólico com o político, pelos processos que ligam discursos e instituições.

Subsumindo este modo de reflexão sobre o imaginário, questionamos os sentidos que constituem o imaginário da mundialização/globalização. Do mesmo modo que Pêcheux ([1975] 2009, p. 18, grifos do autor) questiona as “*evidências fundadoras* da ‘Semântica’”, tentando elaborar as bases de uma teoria materialista, questionamos as evidências que constituem os sentidos formulados sobre mundialização/globalização, por meio do gesto de interpretação, que se faz “entre a memória institucional (arquivo) e os efeitos da memória (interdiscurso)” (ORLANDI, 2012c, p. 68).

2.4.3 O imaginário da mundialização/globalização

Neste tópico, buscamos compreender a constituição do imaginário da mundialização/globalização. Há muitos trabalhos sobre mundialização, globalização em diferentes campos de conhecimento e com olhares postos para diferentes questões, como economia, cultura, redes. Compreendemos que há diferentes modos de significar/ler mundialização/globalização, constitutivos por diferentes teorias. Não há um sentido único, o que temos são gestos de interpretação (ORLANDI, 2012c, p. 18) os quais se filiam a determinadas redes de memórias.

Outra questão que se coloca como importante tem referência à denominação ora “mundialização” ora “globalização”. A partir de Orlandi (2012e), compreendemos que o que há são políticas de línguas funcionando quando escrevemos globalização ou mundialização, não sendo uma questão de divergências conceituais. Segundo a autora, “quando escrevo globalização não há questão a ser posta, quando escrevo mundialização meu computador aponta uma questão ortográfica: grifos em vermelho”, uma vez que em Inglês “não há forma de se dizer mundialização. Diz-se globalização” (ORLANDI, 2012e, p. 6).

Ortiz (2000), em sua obra *Mundialização e Cultura*, na qual busca compreender questões sobre o mercado econômico e cultural, distingue essas duas denominações. Para se referir a processos econômicos e tecnológicos, o autor utiliza o termo globalização, e para o domínio específico da cultura, utiliza mundialização.

Retomamos Orlandi (2012e) ao afirmar que estas denominações são constitutivas de política de línguas, uma vez que uma delas causa estranhamento, um grifo em vermelho, que o programa *Word* produz, programa utilizado no Brasil, mas desenvolvido em um país em que a língua é inglesa. A questão não se coloca apenas por não existir a denominação “mundialização” em língua inglesa, mas por existir um estranhamento que o programa do computador aponta, controla. E a questão sobre mundialização/globalização se coloca frente à língua logo em seus nomes.

Para compreendermos os sentidos que constituem o imaginário de mundialização/globalização, é importante compreendermos, primeiramente, os sentidos que constituem “nação”, “Estado” e “Estado-Nação”, visto que consideramos com Pêcheux e Gadet ([1981] 2010) a língua como uma questão de Estado. Essas noções serão importantes para compreendermos os sentidos de língua portuguesa que tocam as questões de internacionalização, de projeção mundial, de difusão da língua que ultrapassam as fronteiras geográficas de Estado-Nação, em que há a evidência do surgimento de uma “comunidade internacional” (ORLANDI, 2011b).

Ortiz (2000) considera o Estado como “máquina político-administrativa, instituição que detém o monopólio da violência sobre um território determinado” (ORTIZ, 2000, p. 43). Já a nação constitui-se como “um espaço integrado a um poder central” em que há “a existência de um ideal comum partilhado por todos” (Ibidem, p. 43-44).

A nação é considerada a primeira afirmação da mundialidade porque “rompe com o isolamento local” (Ibidem, p. 45), de modo que os homens deixam de se definir pela sua territorialidade imediata para se transformarem em franceses, ingleses, alemães. Há na cultura nacional um grau de desterritorialização que libera os indivíduos do peso das tradições regionais as quais são geograficamente enraizadas. Nesse sentido, a nação se constitui historicamente através da modernidade, que está associada à racionalização da sociedade, em seus níveis econômico, político e cultural. A sociedade, assim, é “um conjunto desterritorializado de relações sociais articuladas entre si” (Ibidem, p. 50), que não pode ser contida no interior das fronteiras nacionais.

Anderson (2008) já apresenta outro modo de compreender a nação. Para o autor, a nação é “uma comunidade política imaginada”, imaginada como sendo limitada e soberana. (Ibidem, p. 32). Para o autor, a nação é imaginada porque os membros nunca terão contato ou nunca ouvirão falar da maioria de seus companheiros; é limitada porque a maioria delas possui fronteiras finitas, mas

elásticas, para além das quais existem outras nações; é soberana visto que o conceito nasceu em uma época na qual o Iluminismo e a Revolução estavam destruindo a legitimidade do reino dinástico hierárquico de ordem divina; por fim, a nação é comunidade imaginada porque, mesmo existindo desigualdade e exploração efetivas, a nação é concebida como “uma camaradagem horizontal” (Ibidem, p. 34) uma fraternidade que se constitui de um “nós” coletivo, de pertencimento. A nação, conforme o autor, se assoma de um passado imemorial e segue rumo a um futuro ilimitado, sendo concebida como uma comunidade sólida percorrendo constantemente a história.

A possibilidade de imaginar uma comunidade surgiu historicamente quando três concepções culturais antigas perderam domínio sobre a mentalidade dos homens, primeiro na Europa Ocidental e depois em outros lugares. A primeira concepção era a ideia de que uma determinada língua escrita oferecia acesso privilegiado à verdade. A segunda concepção era de que a sociedade se organizava abaixo dos centros elevados, sendo estes monarcas que governavam por uma espécie de graça cosmológica. A terceira refere-se a uma concepção de temporalidade, na qual as origens do mundo e dos homens eram essencialmente as mesmas.

O autor complementa afirmando que o que tornou possível imaginar as novas comunidades foi uma interação explosiva entre um modo de produção e de relações de produção, este o capitalismo, uma tecnologia de comunicação, a imprensa, e a diversidade linguística humana. A língua tem um papel crucial nessas condições, pois tem a capacidade de gerar comunidades imaginadas.

Castells (2010), que também apresenta uma discussão sobre mundialização/globalização, pensando na sociedade em rede, faz uma crítica ao que Anderson (2008) formula sobre nação como comunidade imaginada. Para o autor, a noção de “comunidades imaginadas” é óbvia ou empiricamente inadequada. As nações devem ser definidas como “*comunidades culturais construídas nas mentes e memória coletiva das pessoas por meio de uma história e de projetos políticos compartilhados*” (CASTELLS, 2010, p. 69, grifos do autor). O autor continua afirmando que o quanto essa história deve ser compartilhada para que uma coletividade se transforme em nação varia conforme contextos e períodos, da mesma forma que variam os ingredientes que induzem à formação dessas comunidades. Assim, as nações não parecem “comunidades imaginadas” construídas a serviço do poder, elas são produzidas por meio dos esforços de uma história compartilhada.

A compreensão de nação enquanto “comunidade” perpassa em outros trabalhos, como o de Di Renzo (2005) a partir da leitura que faz de Thiesse. A autora formula que no século XVIII, época

em que se percebe a ideia política de nação sustentando várias lutas, a nação era concebida, também, como “uma grande comunidade unida” (Ibidem, p. 32) que se fazia forte pelo povo e não pela obediência a um mesmo soberano, religião ou classe social. Pertencer a uma nação, diz a autora, seria ser herdeiro de um patrimônio comum e indivisível, o qual o povo deveria reverenciar e reconhecer. A nação se configuraria como “uma espécie de alma protetora de seus herdeiros, dos seus pertencidos ainda que emergidos de outras tantas identidades: de religião, de geração, de sexo, de classes sociais, etc.” (Ibidem, p. 35).

Para que houvesse a Nação, a autora afirma que se investia fortemente em aparatos linguísticos como gramáticas e dicionários, institucionalizando uma língua e criando uma consciência linguística. Essa relação língua com a nação ganhou força a partir do momento em que há o início da formação do Estado- Nação, e, assim, um sistema público de instrução que ensina a língua nacional. Essa afirmação vem de encontro com o que formulamos a partir de Pêcheux e Gadet ([1981] 2010), da língua ser uma questão de Estado.

É no século XX que a nação passa a ser concebida como único fundamento legítimo do Estado. Surgem, conforme Di Renzo (2005), movimentos contra colonizadores europeus, com o objetivo de obter um Estado livre e independente. Para a autora,

A nação é a premissa principal sobre a qual se sustenta a formação do Estado, ou seja, a idéia de nação funciona como o horizonte do Estado. Logo, Estado e nação não se coincidem a princípio, mas o primeiro se significa no imaginário que o recobre: a nação, de tal sorte, que as fronteiras de um Estado não podem transcender a existência da nação, tampouco seu direito à autonomia política (DI RENZO, 2005, p. 53-54).

É essa concepção que no final do século XIX e início do XX se sustenta no fato de que constituir uma Nação-Estado é uma forma de se garantir enquanto nação, enquanto povo. E o Estado produz a delimitação de um espaço geograficamente limitado, de um território.

Podemos compreender que a noção de nação como “comunidade”, como algo “comum”, perpassa pela discursividade produzida pelos autores Ortiz (2000), Andersons (2008), Castells (2010) e Di Renzo (2005). Os sentidos constituídos para nação produzem efeito de unidade, elo, de algo comum, uno, partilhado dentro das fronteiras estabelecidas pelo Estado, este que delimita território, fronteiras geográficas. O Estado-nação constitui-se, assim, por uma unidade, por um elo de pertencimento, que é determinado dentro dos limites geográficos (fronteiras) de um território. Contudo, esses sentidos de Estado-nação passam a ser constituídos de modo diferente pelos sentidos da mundialização/globalização.

Ortiz (2000) argumenta que o conceito de globalização está relacionado à produção, distribuição e consumo de bens e de serviços que se organizam a partir de uma estratégia mundial, voltada para o mercado mundial. A globalização corresponde, assim, “a um nível e a uma complexidade da história econômica, no qual as partes, antes internacionais, se fundem agora numa mesma síntese: o mercado mundial” (Ibidem, p. 16). Quanto à mundialização, conforme o autor, é considerada um processo e uma totalidade. O processo de mundialização consiste em um fenômeno social total que permeia o conjunto de manifestações culturais. Para existir, esse processo deve se localizar, enraizar-se nas práticas cotidianas dos homens, nas relações sociais.

Para o autor, foi durante o século XX que o processo de mundialização aconteceu plenamente, principalmente após a Segunda Guerra mundial. Dois movimentos acentuaram esse processo. O primeiro é a diversificação dos produtos que não mais definem uma região por aqueles cultivados ou fabricados em suas áreas. O segundo movimento é a passagem da cozinha tradicional, com cardápio compostos por pratos típicos, para a cozinha industrializada. Esses dois processos rompem a relação lugar e alimento, de modo que “Não há mais centralidade, a mobilidade das fronteiras dilui a oposição entre o autóctone e o estrangeiro” (ORTIZ, 2000, p. 87).

García-Canclini (2007), também situa a origem da globalização na segunda metade do século XX. Conforme o autor, ela advém da diferença entre a internacionalização e a transnacionalização. A internacionalização começou com as navegações transoceânicas, a abertura comercial das sociedades europeias para o Extremo Oriente e América Latina que resultou nos empreendimentos colonizadores.

No processo de internacionalização, afirma o autor, a maioria das mensagens e bens consumidos nos países eram produzidos neles mesmos e os produtos que vinham de fora, passavam por alfândegas, leis e controles que protegiam a produção local. Em relação ao processo de transnacionalização, este se constituiu frente à internacionalização da economia e da cultura, mas dá alguns passos além a partir da primeira metade do século XX, ao gerar organismos, movimentos e empresas que têm sede em várias nações, não se limitando apenas nas fronteiras de seus países de origem. A tecnologia também teve um papel importante e esteve presente para que isso se desenvolvesse para o processo de globalização.

Pensando nas questões das fronteiras, de territórios, Ortiz (2000) argumenta que o movimento da mundialização percorre caminhos, sendo um deles o da desterritorialização o qual constitui um tipo de espaço abstrato, racional, deslocalizado, preenchido de objetos mundializados que tornam o mundo reconhecível, na sua abstração. Um exemplo da desterritorialização da cultura é a produção de um carro, cada parte do carro é produzida em um lugar do mundo. Contudo, a

desterritorialização não está apenas na produção de produtos, mas também, na base da formação de uma cultura internacional-popular cujo apoio é o mercado consumidor.

Nessa perspectiva, o processo de globalização produz a perda do sentido da centralidade, exigindo mobilidade e descentralização, pontua Ortiz (2000). Além disso, a globalização oculta o movimento de ressignificação das palavras, dos conceitos. Sua universalidade refere-se à quantidade que pode ser mensurada pelas empresas e enquetes de opinião pública. Considera-se, assim, um produto “universal”, quando este possui uma abrangência planetária.

Hardt e Negri (2003) fazem, também, uma reflexão sobre a globalização, pensando, principalmente, a questão do Estado. Para os autores, com o mercado global e com os circuitos globais de produção, surgiu uma nova ordem global, “um regime específico de relações globais que chamamos de Império” (Ibidem, 2003, p. 65).

Os fatores primários de produção e troca, afirmam os autores, estão se comportando cada vez mais à vontade em um mundo acima das fronteiras nacionais, resultando em um poder cada vez menor do Estado-nação. A soberania tomou nova forma, “composta por uma série de organismos nacionais e supranacionais, unidos por uma lógica ou regra única. Esta nova forma global de economia é o que chamamos de Império” (HARDT; NEGRI, 2003, p. 12).

Para os autores, o império difere-se do imperialismo por não estabelecer um centro territorial de poder, nem se basear em barreiras ou fronteiras fixas, “é um aparelho de descentralização e desterritorialização do geral que incorpora gradualmente o mundo inteiro dentro de suas fronteiras abertas e em expansão” (Ibidem, p. 12). Conforme argumentam, “no espaço liso do Império, não há lugar de poder – ele está ao mesmo tempo em todos os lugares e em lugar nenhum. O Império é uma ou-topia, ou, de fato, um não-lugar” (Ibidem, 2003, p. 210).

Nessa esteira, o mercado mundial tende a desconstruir fronteiras do Estado-Nação, fazendo com que não haja divisões, esmagando qualquer divisão binária com suas infinitas multiplicidades. As diferenças, assim, parecem multiplicar-se, mas não atuam livremente no espaço global, sendo “arregimentadas em redes globais de poder, que consistem em estruturas altamente diferenciadas e móveis” (Ibidem, 2003, p. 169).

Já Ortiz (2000), considera que as discussões sobre o “fim” do Estado-Nação ou “desconstrução das fronteiras” não devem ser consideradas ao pé da letra. Elas nos apontam para o rearranjo das relações sociais, sendo o “fim” compreendido como “um sintoma das mudanças ocorridas em nível mundial” (Ibidem, p. 219). Por isso não faz sentido afirmar que as fronteiras não existem mais, mas que há uma nova configuração, que a modernidade “ao romper com a geografia tradicional, cria novos limites” (Ibidem, p. 221).

Castells (2006), ao desenvolver seu trabalho sobre as sociedades em rede, aproxima-se do que Ortiz (2000) formula, ao compreender que existe uma transformação nas instituições políticas que tem relação com o “aparecimento de uma nova forma de Estado que gradualmente vai substituindo os estados-nação da Era Industrial” (Ibidem, p. 25). Segundo o autor, isso está relacionado com a globalização, isto é,

com a formação de uma rede de redes globais que ligam seletivamente, em todo o planeta, todas as dimensões funcionais da sociedade. Como a sociedade em rede é global, o Estado da sociedade em rede não pode funcionar única ou primeiramente no contexto nacional. Está comprometido num processo de governação global mas sem um governo global. (Idem, 2006, p. 25).

Dessa forma, o autor considera que a globalização é “a forma que toma a difusão da sociedade em rede a uma escala planetária, e as novas tecnologias de comunicação e transportes fornecem a infra-estrutura necessária ao processo de globalização” (CASTELLS, 2006, p. 26).

Segundo suas constatações, surgiu, no último quartel do século XX, uma nova economia em escala global chamada de informacional, global e em rede. O autor explica que essa nova economia é informacional pelo fato de a produtividade e a competitividade de unidades ou agentes dependerem “de sua capacidade de gerar, processar e aplicar de forma eficiente a informação baseada em conhecimento” (Idem, 2011, p. 119); é global, pois as principais atividades produtivas, o consumo, a circulação e seus componentes encontram-se organizados em escala global, frente uma rede de conexões entre agentes econômicos; e também é rede porque, nas novas condições históricas, a produtividade e a concorrência são feitas por meio de uma rede global de interação entre redes empresariais.

A economia informacional, nas palavras do autor, é global. Significa que é “uma economia cujos componentes principais têm a capacidade institucional, organizacional e tecnológica de trabalhar em unidade e em tempo real, ou tempo escolhido, em escala planetária” (Ibidem, p. 142). O autor formula que existe uma economia global porque as economias de todo o mundo dependem do desempenho de seu núcleo globalizado que contém os mercados financeiros, o comércio internacional, a produção transnacional, e, em até certo ponto, ciência e tecnologia, mão-de-obra especializada que fazem com que o sistema econômico se interligue globalmente. A globalização, nesse sentido, é uma característica indispensável a esta nova economia, por expandir os mercados e explorar novas fontes de capital e mão-de-obra especializada.

A partir disso, Castells (2011) entende que a globalização tem suas bases em redes. O autor conceitua rede como “um conjunto de nós interconectados”, sendo o nó “o ponto no qual uma curva

se entrecorta. Concretamente, o que um nó é depende do tipo de redes concretas” (Ibidem, p. 566). Essas redes são mercados de bolsas de valores e suas centrais de serviços auxiliares avançados na rede dos fluxos financeiros globais, conselhos nacionais de ministros e comissários europeus da rede política que governa a União Europeia, campos de coca e de papoula, laboratórios clandestinos, pistas de aterrisagens, gangues de ruas, sistema de televisão, estúdios, meios de computação gráfica, equipes e equipamentos para cobertura jornalística transmitindo e recebendo sinais na rede global. Assim, as “redes são estruturas abertas capazes de expandir de forma ilimitada, integrando novos nós desde que consigam comunicar-se dentro da rede, ou seja, desde que compartilhem os mesmos códigos de comunicação” (Ibidem, p. 119), sendo estes, por exemplo, valores ou objetivos de desempenho.

Para Orlandi (2007b; 2009a; 2011b; 2012d), o que há é o surgimento de uma comunidade internacional na qual o capitalismo triunfa. Essa comunidade configura-se por utilizar-se do poder da mídia e da comunicação, filiando-se, assim, a redes planetárias pela internet; “É um mundo das redes mais do que dos territórios” (ORLANDI, 2011b, p. 6). São redes de transporte, de mercadorias, matérias-primas, de energia, telecomunicações, ao mesmo tempo em que “as tecnologias progridem, mas não abolem o tempo e o espaço” (Ibidem, p. 6), os (re)significam. Para a autora, a distância se aprecia em função do equipamento dos lugares em redes, as quais definem sua acessibilidade.

Existe, continua a autora, uma economia virtual desconectada do sistema produtivo que faz com que exista a instantaneidade das transferências de capitais de um lugar bancário a outro em função do lucro rápido, além de mercadorias e capitais que circulam livremente, enquanto que as pessoas são, frequentemente, presas nas fronteiras.

Nesses termos, concordamos com Orlandi (2007b) que a mundialização/globalização é um processo geo-histórico de extensão progressiva capitalista em escala planetária e que é “ao mesmo tempo uma ideologia (o liberalismo), uma moeda (o dólar), um instrumento (o capitalismo), um sistema político (a democracia), uma língua (o inglês)” (ibidem, p. 4). Dessa forma, nas relações internacionais, Orlandi (2012e) afirma que se pratica o relativismo cultural e linguístico, aceitando todas as línguas e culturas, idealmente, enquanto na estrutura política somos dominados pelo monolinguísmo da língua do poder, o inglês. Isso também pode ser pensado em termos nacionais, em que há um reconhecimento imaginário das línguas, enquanto que se pratica uma língua nacional e oficial, afirma Orlandi (2009a).

O Inglês, afirma Ortiz (2000), no processo de globalização, passa a ocupar uma posição de autoridade semelhante ao que acontece com as línguas nacionais em relação às línguas regionais.

Ao se caracterizar como língua mundial, deixa de ser britânico ou americano, ele “perde sua territorialidade original para se construir em uma língua ‘bastarda’, adaptada à ‘distorções’ que as culturas lhe infligem. O inglês falado e escrito no Japão ou nas Filipinas é no fundo uma variedade linguística” (Ibidem, p. 192).

Esta perda de territorialidade que Ortiz (2000) pontua tem relação com as evidências que se formula sobre o Estado-nação. Nas condições de produção da globalização, Castells (2010) aponta que os Estados-nação não irão desaparecer, mas sim que o controle exercido pelo Estado-nação tornar-se-á apenas um meio, entre tantos outros, de assegurar poder, ou seja, “a capacidade de impor um determinado anseio/interesse/valor, independente de consenso” (Ibidem, p. 355). Segundo o autor, os Estados-nação podem reter o poder de decisão, mas “uma vez parte de uma rede e poderes e contrapoderes, tornam-se, por si mesmos, desprovidos de poder: passam a depender de um sistema mais amplo de exercício de autoridade e influência, a partir de múltiplas fontes” (CASTELLS, 2010, p. 354).

O autor considera, assim, que o sistema atual de governança no nosso mundo não é centrado em torno do Estado-nação e sim realizado em uma rede de instituições políticas que partilham a soberania em vários graus. Já para Ortiz (2000), embora seja difícil localizar a centralidade das coisas, não significa a ausência de poder, ou sua partilha, ao contrário, “as relações de autoridade, ao se tornarem descentralizadas, adquirem outra abrangência”, “novas formas de dominação” (Ibidem, p. 104).

Já para Orlandi (2011b), a financeirização das economias produz o protecionismo exercido pelos países ricos para seu próprio favor. Como analisa, “elas se apresentam como uma rede de segurança que permite se inscrever na economia liberal e contribuem para desacreditar o Estado e a Política em prol do ‘comunitarismo’ (da ‘sociedade civil’)” (Ibidem, p. 8). Funciona, desse modo, a evidência de enfraquecimento dos Estados pois o poder que se concentra ao Estado desliza para outra forma de dominação.

Concordamos com Orlandi (2011b) que esta aparente unificação planetária esconde, na verdade, disparidades, de um “espaço hierarquizado de um mundo da concentração: Estados- Unidos, Europa e Japão, e países emergentes” (Ibidem, p. 6). Nessa esteira, o assistencialismo, com seu discurso de “inclusão”, e o comunitarismo são indissociáveis, de modo que, com a privatização da assistência, o laço social se comunitariza e o “Estado democraticamente eleito retrocede assim para a fileira de um ator entre outros” (Ibidem, p. 8), enfraquecendo-o.

Comunidades tomam decisões, aparentemente, no lugar dos Estados-Nações. Há, assim, reforço das desigualdades, em plano espacial e social, reafirmação das identidades locais, reativação

do comunitarismo, fragmentação do mundo, competitividade. Concordamos com Branco (2013) que “comunidade” produz um imaginário de consenso, o qual iguala seus membros por um vínculo que consideram “comum”, como é o caso da CPLP que iguala seus Estados-Membros pela língua.

E como fica a questão da língua, “uma questão de Estado, com uma política de invasão, de absorção e de anulação das diferenças” (PÊCHEUX; GADET, [1981] 2010, p. 37)? Não seria, nessas condições, a língua uma questão de Comunidade (CPLP)? Compreendemos, a partir do que os autores formulam, um deslocamento de poder da dominação da língua pelo Estado para outra forma de dominação. No caso “da” língua portuguesa, temos a constituição da CPLP que, em articulação com o IILP, seu instituto, “toma conta” das questões sobre língua portuguesa em diferentes espaços geográficos, em diferentes territórios, em diferentes Estados. É pela comunidade que os Estados-Membros da CPLP produzem um consenso sobre língua, se igualam e apagam imaginariamente as fronteiras geográficas.

O imaginário da mundialização/globalização produz efeitos de sentidos para o Estado-Nação de enfraquecimento, de não centralidade do poder. Podemos compreender esses sentidos a partir de expressões que recortamos dos autores, tais como “mobilidade das fronteiras”, “perda de sentido de centralidade”, “acima das fronteiras nacionais”, “fronteiras abertas”, “não há lugar de poder”, “não-lugar”, “desconstruir fronteiras do Estado-Nação”.

Esse imaginário da mundialização/globalização de um “não-lugar” produz sentidos para língua(s). Como já destacamos, Ortiz (2000) apresenta que o inglês, ao ser compreendido como língua mundial, perde sua territorialidade americana ou britânica, adaptando-se às culturas em que se insere, porém não se torna outra língua, mas variações.

Compreendemos que não se trata apenas de uma desterritorialização da língua, mas deslizos em sua referenciação, ora a um Estado-Nação, ora a outro, produzindo unidade para língua, unidade “planetária”. Esse imaginário produz o esquecimento do político, do social, da abertura a experiências compartilhadas/divididas/confrontadas entre sujeitos de diferentes formas identitárias, culturais, sociais, ideológicas (ORLANDI, 2009a).

Não há como existir uma unidade mundial/global/internacional da(s) língua(s), “no real, não há o Um” e “tudo não é Um” (Idem, 2012d, p. 26). Produz-se a evidência do Um, de modo que as diferenças se agregam às questões do multilinguismo, multiculturalismo, apagando-se a historicidade, o político. Ortiz (2000), ao compreender que o inglês se desterritorializa e se constitui em uma língua mundial, apaga a historicidade desta língua que, pela evidência produzida pelo imaginário da mundialização/globalização, não se constitui como língua nacional, com sua

referenciação a um Estado-Nação, perdendo sua referencialidade. Apaga-se que a questão da língua é uma questão de Estado.

Porém, compreendemos que esse imaginário que produz esta “aparente unificação planetária” (ORLANDI, 2011b), bem como “aparente unificação da língua”, na verdade, esconde disparidades. São essas disparidades que buscamos compreender, levando em consideração o político, o histórico, a memória.

3 EVENTOS CIENTÍFICOS, MUNDIALIZAÇÃO/GLOBALIZAÇÃO E UNIDADE IMAGINÁRIA DA LÍNGUA PORTUGUESA

3.1 O POLÍTICO E A(S) POLÍTICA(S) DE LÍNGUAS

Neste tópico, temos como objetivo compreender os sentidos para as noções de político, política, política de línguas, noções que mobilizamos em nossa análise do funcionamento discursivo dos eventos internacionais sobre língua portuguesa. Nosso aporte está no que Rancière (1995a, 1995b, 1996a, 1996b) desenvolve como política, enquanto *dissenso*, e Orlandi (2007a, 2012a) sobre o político enquanto divisão do sentido.

Para pensar o político é importante considerar, com Rancière (1995a), que a escrita é um ato político, um ato que não pode ser realizado sem significar. Mais do que o exercício mecânico de uma competência, o ato de escrever é “uma maneira de ocupar o sensível e de dar sentido a essa ocupação”, seu gesto pertence à constituição estética da comunidade que objetiva alegorizar essa constituição (Ibidem, p. 7).

A constituição estética, continua o autor, deve ser entendida como “partilha do sensível” a qual dá forma à comunidade e significa

O modo como se determina no sensível a relação entre um conjunto comum partilhado e a divisão de partes exclusivas. Antes de ser um sistema de formas constitucionais ou de relação de poder, uma ordem política é uma certa divisão das ocupações, a qual se inscreve, por sua vez, em uma configuração do sensível: uma relação entre os modos de *fazer*, os modos de *ser* e os do *dizer* (Ibidem, p. 8, grifos do autor).

A partilha do sensível, explica o autor, é o sistema de evidências que, ao mesmo tempo, revela a existência de um conjunto comum e dos recortes que nele definem lugares e partes, de modo que, fixa um comum partilhado e partes exclusivas. A partilha do sensível constitui-se daquilo que “faz ver quem pode tomar parte do comum em função daquilo que faz, do tempo e do espaço em que essa atividade exerce” (Ibidem, p. 16).

Interpretamos, assim como afirma o autor, a política como um modo de determinação do “sensível”, divisão dos espaços simbólicos destinados a determinada ocupação, uma forma de visibilidade e dizibilidade do que é próprio e do que é comum. A política ocupa-se, assim, do que se vê e do que se pode dizer sobre aquilo que é visto, de quem tem competência e qualidade para

dizer, das propriedades do espaço e do tempo. A escrita seria política, pois traça e significa uma re-divisão entre as posições dos corpos e o poder da palavra soberana.

Nesse viés, Rancière (1996a) pensa a política em relação ao que ele formula como desentendimento, dissenso, que não tem relação com o conflito daquele que diz algo e do outro que diz outra. O desentendimento incide sobre aqueles que falam, tem relação à apresentação sensível do comum, própria qualidade dos interlocutores em apresentá-lo, em que um dos interlocutores, ao mesmo tempo, entende e não entende o dizer do outro.

O dissenso seria para Rancière (1996b) a divisão no núcleo do mundo sensível que institui a política e sua racionalidade, sendo a racionalidade do político um mundo comum, instituído pela divisão. Assim, a política se constitui como um modo de ser da comunidade que se opõe ao outro, dito de outro modo, é um “recorte do mundo sensível que se opõe a outro recorte do mundo sensível” (Ibidem, p. 368). O dissenso constitui-se como o conflito sobre a constituição mesma do mundo comum, sobre o que nele se vê e se ouve, não sendo uma guerra de todos contra todos, “ele dá ensejo a situações de conflitos ordenadas, a situações de discussão e de argumentação” (Ibidem, p. 374).

A política é o que rompe com o lugar do estatuto social de um indivíduo ou grupo, que cria atores novos, objetos novos, em relação a esta lógica, e começa justamente onde se para de igualar as parcelas do comum, de equilibrar lucros e perdas. Ela é “sempre uma ruptura com a autorregulação, com a dominação” (1995b, s/p), uma interrupção a qual institui a política “como o desdobramento de um dano ou de um litígio fundamental”, sendo o dano outro modo de nomear a divisão do sensível (Idem, 1996a, p. 28).

O autor exemplifica que a guerra dos pobres e dos ricos é uma guerra sobre a própria existência do político, em que o litígio sobre a contagem dos pobres como povo e do povo como comunidade, consiste no litígio em torno da existência da política, no qual há política. A política, assim, é a esfera de atividade de um comum que é litigioso, “a relação entre as partes que não passam de partidos e títulos cuja soma é sempre diferente do todo” (Ibidem, p. 29). A política reside naquilo que escapa à medida ordinária que é nada ou tudo.

Rancière (1996a) define que existe política quando há encontro de dois processos heterogêneos: o primeiro é policial e o segundo é da igualdade. A lógica policial e a lógica igualitária devem se encontrar, ter um ponto de encontro para que haja política.

O autor se refere à polícia como a lei, normalmente implícita, que define a parcela ou a ausência das partes, uma ordem dos corpos que define os modos de ser, de dizer e que faz com que esses corpos sejam designados pelos seus nomes a fazerem tal tarefa. A polícia é “uma ordem do

visível e do dizível que faz com que essa atividade seja visível e outra não o seja, que essa palavra seja entendida como discurso e outra como ruído” (Ibidem, p. 42).

O segundo processo, chamado de igualdade pelo autor, diz respeito às práticas guiadas pela suposição e igualdade de qualquer ser falante com outro ser falante no intuito de averiguar essa igualdade. Ela não é algo que a política aplica e sim uma “pressuposição que deve ser discernida nas práticas que a põem em uso” (RANCIÈRE, 1996a, p. 45). Esse princípio, afirma o autor (1996b), só tem efeito quando se considera o dissenso, o qual irrompe uma lógica da dominação que se considera natural.

Gumarães (2005), a partir da própria leitura que faz de Rancière, formula o político como “um conflito entre uma divisão normativa e desigual do real e uma redivisão pela qual os desiguais afirmam seu pertencimento” (Ibidem, p. 16). O autor afirma que o político é, assim, afirmação da igualdade, do pertencimento, num conflito com a divisão desigual do real, para redividi-lo em nome do pertencimento de todos no todo. O político está sempre dividido pelas desmontagens da contradição que o constitui, sendo essa desmontagem um esforço de silenciar a contradição, em vista de um político como ação homogeneizadora que tanto se esgota no administrativo como no que Rancière (1996a) denomina como polícia.

A partir do que Rancière (1996a) pontua sobre polícia e igualdade, entendemos que, nas condições de produção da mundialização/globalização, “cada vez mais há uma saturação ‘policière’ da política, é o que se chama de consenso, nas nossas sociedades” (Idem, 1995b, s/p). O autor exemplifica que grupos entram na lógica de realizar pactos, acordos para fixar os limites do possível, com parceiros sociais definidos, já identificados e integrados. A ausência de política, isto é, a existência dessa regra consensual, é o que podemos ver acontecendo pelo retorno do poder carismático, das guerras étnicas, racismo, xenofobia, ou seja, é a modernidade, que é também o consenso, o mercado, etc.

Rancière (1996a) conceitua o consenso como uma relação de circularidade entre natureza e lei. A lei tem como princípio “estabelecer a permanente conversibilidade do *Um* da lei com o *Um* do sentimento que define o estar-junto” (Ibidem, p. 121, grifo do autor). O sistema consensual, assim, repousa sobre os axiomas “o todo é tudo, o nada não é nada” (Ibidem, p. 123), repousa naquilo que chamamos de democracia. O consenso tem a pretensão de fazer desaparecer a cena política do dissenso, não quer mais sujeitos divididos, mas partes reais do corpo social, corpo e agrupamento enumeráveis, bem identificados a sua raça, etnia. Assim, por exemplo, Rancière (1996b) afirma que em vez de ter a figura política do proletário, aparece o imigrado, identificado pela raça, cor. A ação

política que considera o dissenso é que rompe com os sentidos naturalizados, ditos como evidentes, com o consenso. Assim, a política rompe com a ordem lógica da política.

Disso que tecemos a partir do autor, compreendemos que nos é importante considerar a política enquanto dissenso, como divisão do sensível, que rompe com os sentidos considerados evidentes, naturalizados. Bem como, nos interessa para compreender em que condições de produção o imaginário da mundialização/globalização produz seus efeitos sobre língua(s), os sentidos que produzem o consenso, o apagamento da política pela política, produzindo efeitos nas relações entre língua, Estado e nação.

Nos é importante considerar, assim como Orlandi (2012c), que o político “é o fato de que o sentido é sempre dividido, tendo uma direção que se especifica na história, pelo mecanismo ideológico de sua constituição” (Ibidem, p. 21-22). Dessa forma, continua a autora, a interpretação, lugar próprio da ideologia, acontece de algum lugar da história e da sociedade e tem uma direção política, que faz com que o sentido seja dividido, movimente-se não sendo qualquer um, mas constituído pela língua na história.

Na AD, a compreensão é política, pois dá abertura à problemática do simbólico e do político, trabalhando a contradição, a divisão do sentido, pela desterritorialização da noção de leitura, pela noção de discurso, pontua a autora. A noção de discurso possibilita trabalhar as reflexões sobre sujeito e situação, isto é, as condições de produção em que os sentidos se constituem.

A prática política, diz Pêcheux ([1977] 2012b, p. 24), é a “transformação de relações sociais dadas em novas relações sociais produzidas por meio de instrumentos políticos”, sendo este instrumento de transformação da prática política o discurso. Não significa que a política se reduza ao discurso e sim que toda decisão no sentido político “adquire seu lugar na prática política *como* uma frase em um discurso” (Ibidem, p. 24, grifo do autor). Por prática, o autor entende ser todo o processo de transformação de certa matéria-prima em um determinado produto. Essa transformação é efetuada por um trabalho humano determinado, utilizando também determinado meio de produção.

O político, conforme Orlandi (2012c), é mediador nos confrontos de sentidos, de modo que os lugares os quais correspondem aos gestos de interpretação do político, como nação, Estado, governo, etc., constituem-se como catalizadores desses sentidos. Contudo, com as transformações das relações sociais, das relações entre países, nas condições de produção da mundialização/globalização, em que a noção de nação constitui-se por deslocamentos de sentidos,

há o silenciamento do político, há o que Rancière (1996a) apresenta como o apagamento da política pela polícia, que resulta nas catástrofes, guerras, racismo, lutas nacionalistas.

Nesse sentido, a discussão que consideramos sobre político, política, polícia é essencial porque é na língua que esses confrontos se explicitam, “lugar de relação à história e ao social e lugar de singularidades” (ORLANDI, 2012c, p. 131). Por esta razão, concordamos com Orlandi (2012a, p. 34), que o político se constitui como “relações de força que se simbolizam”, reside no fato de que os sentidos são determinados pela forma da organização social que se impõe para um indivíduo interpelado pela ideologia.

Compreender o político é entender, conforme a autora, que sujeitos e sentidos são divididos, que não há como não estar no discurso sem constituir-se em uma posição-sujeito, a qual se inscreve em formação discursiva. Essa formação discursiva constitui-se como projeção da ideologia no dizer que faz com que sujeito e sentido tenham uma direção em relação com a ideologia.

Consideramos a língua “dividida” (GUIMARÃES, 2005, p. 18), “afetada desde sempre pelo político” (ORLANDI, 2007a, p. 8), uma questão política. Assim quando pensamos em política de línguas damos um sentido político à língua. A partir disso, procuramos com Orlandi (2012a) trabalhar a política da língua materializada na formulação, pelos gestos de interpretação, buscando compreender a determinação histórica dos sentidos, o funcionamento do político.

Subsumindo que a língua é constitutiva do político, compreendemos, à luz de Orlandi (2013), a política de línguas a partir de três posições distintas: da unidade como valor, da diversidade como valor, da dominação como valor. A unidade está relacionada às razões do Estado, das Instituições, como o caso da construção da identidade nacional brasileira, em que uma unidade linguística imaginária foi imposta frente à diversidade regional e às influências de outras línguas, como exemplifica Mariani (2004). Continua a autora, a dominação tem suas razões que regem as relações entre povos, entre nações, e Estados, que podemos exemplificar pelo caso das conquistas das colônias, em que uma língua se impõe pela lei, pela força, pelo contato. A diversidade tange as razões relativas aos que falam as línguas, significa a diversidade concreta das línguas, ou seja, sua forma material.

A unidade e a diversidade são questões que devem ser tratadas de modo inseparável. A unidade não é somente questão do Estado, ela é a condição necessária da constituição de qualquer língua (ORLANDI, 2013). Podemos pensar a língua portuguesa no Brasil em sua unidade, como língua nacional e oficial do Estado, sustentada pelos instrumentos linguísticos, e sua diversidade que considera a coexistência de línguas indígenas, de imigrantes, etc.

Para cada uma dessas posições, Orlandi (2013) argumenta que os princípios éticos são diferentes e estão quase sempre em relação de contradição. E é este ponto que acreditamos ser essencial: considerar a contradição como princípio ético, visto que a produção de um conhecimento sobre a língua e a(s) política(s) de línguas se constituem na relação com esse jogo contraditório, que é político. A política de línguas é um trabalho que relaciona o político, o sujeito, a língua, as línguas e o saber sobre as línguas. Nesse sentido, consideramos o funcionamento dos eventos internacionais sobre a língua portuguesa em sua relação com a questão ética e política de línguas.

Nesse viés, concordamos com Mariani (2004) que uma política linguística (entendida como sinônima de política de línguas) é resultante das condições históricas de relações entre línguas em um determinado momento, em um determinado espaço-tempo de prática discursiva que emerge como resultado de uma tentativa de organização das práticas significativas e das forças sociais que se encontram em jogo.

Por isso, Orlandi (2013, p. 140) afirma que “ao se definir que língua se fala, com que estatuto, onde, quando, e os modos de acesso a ela”, como por exemplo, pela legitimação de acordos, pela construção de instituições linguísticas, está se praticando as diferentes formas das políticas de língua, ao passo que, para identificá-las, “está-se produzindo seu conhecimento, sua análise, e dando a ela configuração singular” (Ibidem, p. 140).

Isso se deve a considerar discursivamente, diz Orlandi (2007a), a língua como um corpo simbólico-político, afetada desde sempre pelo político que faz parte das relações entre sujeitos em sua vida social e histórica. Por isso, pensar em política de línguas é compreender as formas sociais sendo significadas por e para sujeitos históricos e simbólicos, conforme suas formas de existência, de experiência, no espaço político de seus sentidos.

3.2 MUNDIALIZAÇÃO/GLOBALIZAÇÃO E UNIDADE IMAGINÁRIA DA LÍNGUA PORTUGUESA

A partir do que discursivizamos sobre político, política de línguas, bem como no capítulo I a noção de imaginário, buscamos compreender, neste tópico, o funcionamento da unidade imaginária da mundialização/globalização constituindo sentidos sobre língua portuguesa. Conforme Orlandi (2012a), a unidade é resultado de uma construção imaginária, que rege a incompletude e a dispersão real dos sujeitos e dos sentidos “arregimentada pela força organizadora da ideologia, no funcionamento discursivo das relações de poder que se simbolizam” (ORLANDI, 2012a, p. 97).

O imaginário da mundialização/globalização, como analisamos no capítulo anterior, produz efeitos de sentido de unidade da língua e apagamento das fronteiras de Estado, produzindo evidências de “unidade planetária”. Compreendemos esse efeito de unidade, na textualização dos eventos internacionais sobre língua portuguesa, pelo modo como a língua é determinada.

A determinação discursiva de um nome “consiste em saturar-lhe o significado para qualificá-lo a integrar sequências discursivas afetadas por determinada FD” (INDURSKY, 1992, p. 250). Para a autora, a determinação discursiva consiste em um efeito de sentido, no qual intervêm fatores sintáticos, semânticos e ideológicos. Assim, na determinação discursiva, o determinante realiza uma operação de determinação que visa saturar uma expressão nominal para “limitar sua extensão e dotá-la de referencial atual para que se qualifique como elemento de dizer ideologicamente identificado à FD que afeta o discurso em que tal expressão ocorre” (Ibidem, p. 254).

Nos recortes discursivos que fizemos do arquivo, há uma repetição do adjetivo “comum” determinando língua portuguesa. Considerando com Orlandi (2007c, p. 174) a língua como “manifestação das relações de força e de sentidos que refletem os confrontos de natureza ideológica”, compreendemos que ao determinar língua com o adjetivo “comum”, há relações de força e de sentidos funcionando as quais produzem efeitos que silenciam outras determinações, outros sentidos que aí poderiam se inscrever.

Como assinala Orlandi (2007c), o silêncio é parte constitutiva do sujeito e do sentido. A autora afirma que há o silêncio fundador, “o não-dito que é história e que, dada a necessária relação do sentido com o imaginário, é também função da relação entre língua e ideologia” (Ibidem, p. 23). E há a política do silêncio, que envolve o silêncio local e o silêncio constitutivo, em que ao dizer algo apagamos necessariamente outros sentidos possíveis, porém indesejáveis, em determinadas condições.

O silêncio é condição de divisão, de política do dizer, compreendê-lo é observar o funcionamento do político. Como afirma Orlandi (2007a, p. 107), a linguagem é política, pois o sentido, que é sempre dividido, tem necessariamente uma direção determinada. Por outro lado, o poder é acompanhado de um silêncio em seu trabalho simbólico, silêncio que está na base da divisão dos sentidos e que tem consequências que se inscrevem na política do dizer.

Ao dizer “língua comum” sentidos inscrevem-se em uma direção determinada e os outros se mantêm no silêncio. Ao dizer “língua comum”, inscrevemos sentidos em determinada filiação de memória e silenciamos que a língua poderia ser determinada como “língua nacional”, “língua oficial”, “língua estrangeira”, “língua materna”.

Conforme Guimarães (2007), essas noções funcionam dividindo as línguas imaginariamente entre uma nação e outra, configurando-se por ser uma divisão política. Dito de outro modo, “a determinação da palavra língua (língua comum, língua nacional, língua vernacular) é o que vai fazer do conceito de língua um conceito que se pensa apenas pela contradição, logo, como discurso” (MAZIÈRE, 2011, p. 24).

Recortamos seis recortes discursivos (Rd) nos quais há, na formulação (noção desenvolvida no capítulo I), a inscrição do determinante “comum”. Os recortes foram feitos a partir de três textualidades, sendo um texto de palestra de abertura da “II Conferência Internacional sobre a língua portuguesa no sistema mundial”, nomeado “Por uma língua portuguesa a caminho da afirmação mundial”, proferido por António Correia e Silva (CORREIA E SILVA), Ministro Superior de Ciência e Inovação de Cabo Verde, em Macau. Texto do “Colóquio Internacional A língua portuguesa nas organizações internacionais” que fez parte da “Mesa 3: As organizações plurilíngues e as relações com outras fónias”, sob o nome “O Fórum de cooperação económica e comercial entre china e os países de língua portuguesa – ‘Fórum de Macau’”, proferido por Joaquim Pereira da Gama (GAMA), delegado-representante de Angola, junto do secretariado permanente do Fórum de Macau, China. Texto da “II Conferência Internacional sobre a língua portuguesa no sistema mundial”, da sessão de abertura, nomeado “Intervenção do Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros”, proferido pelo Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros de Portugal, Rui Machete (MACHETE). Vejamos os recortes discursivos, destacando as marcas discursivas analisadas:

(Rd1) Paralelamente aos esforços desenvolvidos para o conhecimento e divulgação da **nossa língua comum**, o Fórum de Macau visa também a promoção cultural do mundo lusófono na China, apoiando vários eventos de cariz cultural, artística, literária etc. (GAMA, 2012, p. 12).

(Rd2) Esta 2.^a Conferência, que Portugal tem o prazer de acolher, reúne mais de três centenas de distintos participantes, provenientes do mundo inteiro, em torno de um tema estratégico e primordial desde o nascimento da CPLP: **uma Língua em comum**, o mais profundo dos **vínculos** que existe **entre os nossos povos**. (MACHETTER, 2013, p. 4).

(Rd3) A questão a que não nos podemos furtar é a de saber, em primeiro lugar, onde estamos nós neste processo de globalização, e, em segundo, onde queremos estar? O pressuposto de partida é o de que a nossa posição enquanto **comunidade linguística**, enquanto **comunidade multinacional** constituída na base dum activo “querer partilhar” e valorizar **um património linguístico comum**, depende muito, mas muito, da nossa própria acção. (CORREIA E SILVA, 2013, p. 2).

(Rd4) Aqui é preciso apelar à intervenção de um dos actores incontornáveis da governança de **uma língua portuguesa** a caminho da densificação do espaço lusófono e da sua afirmação planetária: as universidades. Estamos todos persuadidos de que os governos são por si só insuficientes para densificar as relações cooperativas no interior do espaço lusófono e muito menos de sozinhos conseguirem projectar **a nossa língua comum** mais além. (CORREIA E SILVA, 2013, p. 10).

(Rd5) **Herdeiros** de um **legado histórico** largamente **comum**, podemos e temos a obrigação de dar um novo futuro ao nosso passado, instituindo uma cooperação mais forte entre os diferentes arquivos históricos nacionais, coordenando os seus respectivos esforços de digitalização e de disponibilização da documentação via Web. Assim procedendo, estaremos certamente a potenciar as nossas historiografias nacionais que se esclarecem mutuamente devido a **laços históricos** existentes entre as antigas colónias do velho império. (CORREIA E SILVA, 2013, p. 14).

(Rd6) Assim sendo, fazendo jus à ambição de projectar **a nossa língua comum** no sistema mundial e tirando partido das potencialidades das TICs, temos ir mais além no esforço de disponibilização e partilha da produção científica elaborada no espaço lusófono, propiciando às diferentes comunidades científicas nacionais da CPLP o conhecimento recíproco da ciência em português. (CORREIA E SILVA, 2013, p. 12).

Há a repetição do determinante “comum” nos seis recortes discursivos de três diferentes textualidades: “língua comum” (Rd1; Rd4; Rd6), “língua em comum” (Rd2), “património linguístico comum” (Rd3), “legado histórico largamente comum” (Rd5). Compreendemos que há em funcionamento nesses recortes o pré-construído que constitui sentidos de que todos sabem que somos “herdeiros” de uma “língua comum” que temos um “património linguístico”, “laços históricos”, “legado histórico”. O pré-construído, conforme Pêcheux ([1975] 2009), a partir da leitura que faz de Henry, “remete a uma construção anterior, exterior, mas sempre independente, em oposição ao que é ‘construído’ pelo enunciado” (Ibidem, p. 89). Para o autor, o pré-construído remete “àquilo que todo mundo sabe”, ou seja, “àquilo que todo mundo, em uma ‘situação’ dada, pode ser e entender, sob a forma das evidências do ‘contexto situacional’” (Ibidem, p. 158-159).

Além de constituir sentidos pré-construídos, conforme analisado nos recortes discursivos, compreendemos, também, a produção de sentidos que definem, delimitam, significam língua portuguesa como “uma” língua “comum”, conforme analisamos pelo uso dos artigos “um”, “uma”, “a” e pela preposição “da” no singular, marcas discursivas inscritas nos recortes discursivos “uma língua em comum” (Rd2), “da nossa língua em comum” (Rd1), “um património comum”, “uma língua portuguesa”, “a nossa língua” (Rd4), “um legado histórico” (Rd5). Compreendemos que há

em funcionamento nos (Rd1), (Rd2), (Rd4) e (Rd5) a inscrição de sentidos que determinam língua portuguesa como sendo “uma língua comum” que constitui sujeitos e sentidos em diferentes países. Há em funcionamento, uma política de silêncio (ORLANDI, 2007c) que silencia os sentidos de diversidade linguística entre os países e suas línguas oficiais, instaurando sentido de unidade linguística.

Esse efeito de unidade da língua, a partir do que está formulado, é resultante da ideologia da mundialização/globalização, que produz o imaginário de que a questão da língua não tem centro em um Estado, de que não há fronteiras, mas unidade planetária, a língua não possui referencialidade, ela é “comum”. Esse imaginário da mundialização/globalização desloca Portugal do centro da lusofonia e estabelece uma língua portuguesa “comum”, língua de uma “comunidade lingüística” (Rd3), uma “comunidade multinacional” (Rd3).

Para pensar os sentidos de “comunidade linguística”, “comunidade multinacional” (RD3) constituindo este material de análise, nos é importante considerar

A partir justamente desse discurso todo da mundialização [...] essa efusão, eu diria, da noção de comunidade que se espraia de uma vez por todas, recobrando praticamente quase tudo e quase fazendo esquecer a noção de sociedade, tudo é comunidade, [...] então, essa designação que passa a ser indiferenciada, no entanto, [...] está silenciando várias coisas que estão aí [...] eu acho que é preciso ser atento a isso [...] deixar de simplesmente reproduzir as grandes linhas que vêm pela tradição da reflexão e começar a observar realmente, quer dizer, na contemporaneidade a que isso se destina [...] o que comunidade está querendo dizer em todas essas discursividades que a gente ouve atualmente, inclusive, pensando a comunidade lingüística [...] A gente pode aprofundar essas questões e pôr em questão justamente o que recobre a noção de comunidade hoje, (...) procurar ver o que você está falando quando está falando comunidade, em que formação discursiva você está se inscrevendo e que resultados isso tem para pensar a sociedade como ela está hoje porque eu acho que a importância é pensar hoje... (ORLANDI, 2007d).⁹

A partir do que é posto pela autora e considerando que o sentido está sempre em relação com outros sentidos, compreendemos que os sentidos de “comunidade lingüística” (Rd3), “comunidade multinacional” (Rd3) são constituídos em relação a este imaginário de “língua comum” que é significada como “uma”, una. Essa “língua comum” não tem referência a um país ou a outro, destituindo qualquer país como o seu centro de referência. “Comunidade” produz, nestas condições dos eventos internacionais sobre língua portuguesa, conforme o que já afirmamos com Branco (2013), no capítulo I, um imaginário de consenso que liga e iguala seus membros, por meio

⁹ Transcrição feita por Rejane Maria Arce Vargas, em sua tese de doutoramento, de comentário feito por Eni. P. Orlandi com referência à conferência “Políticas Públicas e Linguagens”, de Carolina Alcalá, Labeurb – V Encontro Saber Urbano e Linguagem. Disponível em < <http://www.labeurb.unicamp.br/portal/pages/videos/verVideo.lab?id=18>>.

de um vínculo comum, homogeneizando o que é diferente. Neste caso, o vínculo seria a língua, como podemos analisar pelos recortes, a qual é significada como “legado histórico largamente comum” (Rd5), “laços históricos”, “uma Língua em comum, o mais profundo dos vínculos que existe entre os nossos povos” (Rd2), “patrimônio linguístico comum” (Rd3).

O imaginário da mundialização/globalização produz, assim, a evidência de Estado enfraquecido ou desaparecido. Nessas condições, produz-se pelos sentidos que constituem esse imaginário que é a “comunidade” que possui o “laço”, o “vínculo”, a “língua” que é “comum”. O(s) Estado(s) deixa(m) de ter domínio sobre língua, passa(m) a ser um ator entre outros (ORLANDI, 2012d), bem como a língua deixa de ter sua referência inscrita a um (vários) Estado(s).

O determinante “comum” produz efeito de unidade linguística e universalidade da língua que é uma e é comum, ao mesmo tempo. Ela é uma, mas para produzir sentidos de “laço”, “vínculo”, produzem-se sentidos de língua “comum” de uma “comunidade”. Esse determinante “comum” silencia, pelo imaginário, a divisão das línguas entre as nações. Silencia o que afirmamos com Guimarães (2007), as noções de “língua oficial”, “língua nacional” as quais funcionam dividindo as línguas imaginariamente entre uma nação e outra.

Concordamos com Orlandi (2012d, p. 126) que esses sentidos produzidos pelo imaginário da mundialização/globalização silenciam o fato de que “somos um Estado, uma Nação com suas próprias especificidades, com seu povo, suas diferenças”, considerando-nos uma “massa homogênea” que não possui determinações concretas, históricas e simbólicas (Idem, 2009a, p. 164). A repetição da determinação “comum” funciona silenciando outros sentidos, pois “ao repetir o que todos sabem, permite calar o que cada um entende sem confessar” (PÊCHEUX, [1982] 1990, p. 15). Contudo, questionamo-nos, enquanto “malditos [...] que rompe este pacto de silêncio tagarela” (Ibidem, p. 15), que língua “comum” é essa que constitui esse imaginário de comunidade, de língua?

As marcas discursivas “mundo lusófono” (Rd1), “patrimônio linguístico” (Rd3), “legado histórico” (Rd5), “laços históricos existentes entre as antigas colônias do velho império” (Rd6) nos auxiliam em nosso gesto de interpretação. Essas marcas nos remetem aos sentidos que se inscrevem no discurso fundador da colonização, de uma língua que tem seu “laço” com o “velho império”, de modo que se constitui como “patrimônio” e “legado” deixado por este “velho império” para/nas “antigas colônias”.

Os discursos fundadores são, em relação à história de um país, discursos os quais “funcionam como referência básica no imaginário constitutivo desse país” (ORLANDI, 2003b, p. 7), constituindo referência na construção da memória nacional. O que caracteriza o sentido como

fundador, explica Orlandi (2003b), é que ele cria uma nova tradição, re-significa o que veio antes e, assim, institui uma memória outra. Por isso, o fundador busca a possibilidade de criar um lugar particular na história o qual rompe no fio da história de modo a reorganizar os gestos de interpretação.

A marca discursiva do discurso fundador está na “construção de um imaginário necessário para dar uma ‘cara’ a um país em formação” (ORLANDI, 2003b, p. 17). Podemos compreender a construção desse imaginário de língua una e homogênea, nas condições de produção da colonização, pelos sentidos impostos pela política do *Diretório dos Índios* (conforme capítulo I) que instituiu obrigatoriamente aos habitantes indígenas da colônia a língua do colonizador. Essa língua, imposta como única e uma, constituía-se pela memória da língua portuguesa historicizada em Portugal, silenciando que esta língua produziu deslocamentos, tornando-se outra, pelo processo de descolonização linguística (capítulo I).

Nas condições de produção da mundialização/globalização, sentidos que constituem o discurso fundador continuam produzindo sentidos, porém não dizem respeito à homogeneização da língua apenas no território brasileiro, mas de todas aquelas que constituem os países de colonização portuguesa, como a língua angolana, moçambicana, etc.

Nessa filiação, a língua é significada como “laço” (Rd5), “herança” e nós “herdeiros” (Rd5) da língua do colonizador. Falar em herança é inscrever sentidos na perspectiva do biologismo, do evolucionismo. Compreendemos com Kristeva (1969) que, no século XIX, desenvolveu-se a concepção evolucionista, histórica da ciência da linguagem, na qual a “sociedade é pensada a partir do modelo da linguagem visto como uma linha evolutiva” (KRISTEVA, 1969, 199). A língua, nessa perspectiva, é considerada um organismo, um objeto da natureza, em que seu conhecimento se assemelha à história natural.

A autora afirma que a tese de Darwin sobre a seleção natural dos organismos na luta pela existência era considerada por Shleisher, linguista daquela época, tanto para a língua como para os organismos vivos. As línguas eram significadas como organismos que possuíam parentescos uma com as outras, descendentes de uma mesma origem. As línguas, assim, constituem-se em herança.

Nesse sentido, compreendemos, conforme afirmamos no capítulo I, que o imaginário da mundialização/globalização produz disparidades. Ao passo em que constitui sentidos evidentes de língua sem referencialidade, desterritorializada de Estados aparentemente enfraquecidos em que uma “comunidade” surge, somos dominados por um Estado e por uma língua que tem referência a este Estado, neste caso o “velho império”, Portugal. O determinante “comum” funciona silenciando

a divisão das línguas, como se “desde o nascimento da CPLP” (Rd2) houvesse uma comunhão, consenso de uma língua “comum” em torno desta “comunidade”.

Esse imaginário em torno de uma “língua comum” envolve não apenas os Estados-Nações que fazem parte da CPLP, mas também “Macau” (Rd1), na China, conforme podemos analisar no (RD1) “Fórum de Macau visa também a promoção cultural do mundo lusófono na China”. Conforme Nunes (2012) a expansão marítima portuguesa chegou à costa do sul da China no século XVI, com o interesse de assegurar o comércio com o porto de Catão. Esta costa da China é onde hoje se constitui a Região Administrativa Especial de Macau, em que a língua portuguesa é uma das línguas existentes.

Segundo Águas-mel (2012) em seu trabalho *Um Macau “Imaginado” em Língua Portuguesa*, Macau abarca diversos tipos de bilinguísmos, visto que possui em seu território sujeitos-falantes de português, de inglês, de cantonense, entre outras línguas. Com relação ao português, que é considerado língua oficial, a autora afirma que esta língua foi imposta por decreto, porém seu uso não se generalizou entre a população e sua aprendizagem interessa apenas aos que desejam trabalhar na função pública. A sua utilização praticamente se restringe à redação de documentos oficiais de divulgação pública, ao círculo governativo e a contatos de alto nível com a CPLP. Além disso, a língua deixou de ser usada no seio familiar, sendo substituída por um bilinguismo anglo-chinês.

Para a autora, o processo de construção identitária de Macau constitui-se como “uma máscara que esconde um enorme vazio”, de modo que “a herança portuguesa tangível e intangível de Macau está a ser preservada *para inglês ver*”, ou seja, como um produto turístico que destaca Macau dos demais pontos turísticos (Ibidem, p. 18, grifos da autora). Portugal é considerado algo distante para os macauenses que perderam muito das questões histórico-culturais de Portugal. O que se quer criar é uma “comunidade imaginada”, porém muitas são as dificuldades, afirma a autora.

Esse é funcionamento do imaginário da mundialização/globalização, impondo uma homogeneização a todo custo, uma unidade linguística objetivando questões econômicas, de poder, de mercado, esquecendo-se da produção de sentidos, da historicidade da(s) língua(s), da identidade dos sujeitos.

Os sentidos de unidade linguística, de “uma” língua portuguesa, conformados pelo imaginário da mundialização/globalização inscrevem-se, também, nos recortes discursivos em que o português é significado como uma língua que possui variantes, variáveis, variedades, normas nacionais e não como língua “diversa”. Os (Rd7) e (Rd8) foram recortados do texto de conclusões

feitas a partir das discussões da “II Conferência Internacional sobre a língua portuguesa no sistema mundial”, intitulado “Contributos da sociedade civil”. O (Rd9) foi recortado do resumo “Vocabulário Ortográfico Comum da Língua Portuguesa” que faz parte do Caderno de Currículos e Resumos do “Colóquio Internacional A língua Portuguesa na Internet e no mundo Digital”. O resumo foi desenvolvido por Margarita Correia, José Pedro Ferreira, ambos fazem parte do Instituto de Linguística Teórica e Computacional (ILTEC), Portugal, e Gladis Maria de Barcellos Almeida, do Núcleo Interinstitucional de Linguística Computacional (NILC), Brasil. Destacamos as marcas discursivas dos recortes discursivos:

(Rd7) Recomendar ao IILP que retome a reflexão sobre estratégias de ensino do português que tenham em conta **as diferentes variantes da língua portuguesa** e prossiga a criação de recursos didáticos comuns para o seu ensino como língua estrangeira, que tem sido realizado no âmbito do Portal do Professor de Português Língua Estrangeira (PPPLE). (CONTRIBUTOS, 2013, p. 3).

(Rd8) Garantir aos profissionais a aquisição de uma sólida formação linguística, que os torne explicitamente conscientes das **propriedades das diferentes variedades do português** e da sua **relação** com as **normas nacionais**. (CONTRIBUTOS, 2013, p. 2).

(Rd9) O Instituto Internacional da Língua Portuguesa (IILP), sob os auspícios da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP - <http://www.cplp.org/>), lidera a organização do **Vocabulário Ortográfico Comum da Língua Portuguesa (VOC)**. O VOC pretende ser uma grande base lexical online, sediada no site do IILP (<http://www.iilp.org.cv/>), que contemplará **as variantes dos 8 países lusófonos (Angola, Brasil, Cabo verde, Guiné-Bissau, Moçambique, Portugal, São Tomé e Príncipe e Timor-Leste)**, conforme determinação emanada do Plano de Ação de Brasília (abril de 2010). (CORREIA; FERREIRA; ALMEIDA, 2012, p. 15).

Analisamos, pelas marcas discursivas “as diferentes variantes da língua portuguesa” (Rd7), “diferentes variedades do português” (Rd8) e “as variantes dos 8 países lusófonos” (Rd9), que a língua portuguesa é significada, de certa forma, como heterogênea, pois formula-se que ela possui “diferentes variantes”, “diferentes variedades” e “normas nacionais”. A língua permanece a mesma, uma, uma, “da língua portuguesa” (Rd7), “do português” (Rd8), ao mesmo tempo em que constitui “variantes dos 8 países lusófonos”.

Entendemos na AD, conforme Orlandi (2012a) formula sobre a noção de variante em oposição à variação, que a variante é mais uma escrita, uma outra manuscritura, em que a mão, como corpo, falha, tornando possível outro gesto. Na filologia do texto a variante é tomada como

falha, erro, assim, procura-se o fantasma de uma língua primitiva que tem como traço essencial a perfeição. Já a variação é base do texto, está no texto, de modo que possibilita que o sentido seja outro, em que “todo texto tem pontos de deriva possíveis, deslizamentos que indicam diferentes possibilidades de formulação” (Ibidem, p. 65).

Ao formular-se “diferentes variedades do português” (Rd8), “as variantes dos 8 países lusófonos” (Rd9), considera-se, conforme Orlandi (2012a, p. 83), a escrita, uma manuscritura em que “o sentido labora a sua materialidade nas diferentes versões/manu-escrituras”. A língua permanece a mesma, constituindo-se como “uma língua primitiva” que possui “diferentes versões”, diferentes variedades de uma mesma língua.

Guimarães e Orlandi (1996) argumentam que o poder, em uma forma de Estado como a nossa, funciona sob o modo de um sistema jurídico concentrado em um centro único e sob o modo sociologista que absorve a diversidade. Assim, as diferenças são “reconhecidas, no entanto se anulam no processo de constituição da identidade nacional” (Ibidem, p. 14). Pensando nas condições de produção do discurso da mundialização/globalização, na qual já temos consolidado uma identidade nacional, compreendemos que para se constituir uma “língua comum”, “uma língua portuguesa comum”, uma unidade para a “CPLP”, as outras línguas, como língua brasileira, que constituem os Estados-membros desta comunidade são reconhecidas, porém formuladas como variantes desta língua portuguesa comum, apagando a diversidade linguística da língua portuguesa, com o intuito de produzir uma “unificação planetária”.

Nesse sentido, ao levarmos em conta que as textualidades dos eventos internacionais consideram “a” língua portuguesa constituída por suas “variantes”, questionamo-nos o Português de Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, Portugal, São Tomé e Príncipe e Timor-Leste se constituem como variantes ou variedades de que português “comum”? Em outros termos, que língua portuguesa “comum” é considerada como referência que define as “diferentes variantes” e “diferentes variedades”?

Para compreender nosso questionamento, retornamos ao (Rd9) do qual destacamos “as variantes dos 8 países lusófonos (Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, Portugal, São Tomé e Príncipe e Timor-Leste)”. Tomando para análise a marca discursiva “lusófonos” (Rd9), consideramos que o termo “lusófono”, “lusofonia”, produz “um efeito de sentido hegemônico de um novo espaço-tempo linguístico e culturalmente homogêneo, necessário à constituição da questão nacional e institucional, à universalidade cultural à-histórica” (BRANCO, 2011, p. 5), que segundo a autora, visa à projeção internacional mais influente e significativa dos países da Comunidade de Países de Língua Portuguesa.

Por meio desse imaginário, a autora afirma que “a língua é descolada de suas condições materiais” (BRANCO, 2011, p. 5), sustentando sentidos de que há uma “língua em essência ou uma essência na língua que seria responsável por sua unidade”. As textualidades dos eventos internacionais sobre língua portuguesa produzem efeito de sentido de uma “língua comum”, esta que seria “língua em essência”, responsável pela unidade.

Pensando na origem da língua, mais especificamente do Brasil, Orlandi (2009a) afirma que esta acontece de forma equívoca. Temos duas faces: “a que se estabelece em relação às línguas indígenas e a que se dá em relação à língua imposta pelo colonizador, a língua portuguesa de Portugal” (Ibidem, p. 149). Quando pensamos na origem da língua, segue a autora, desemboca na relação com a colonização, fazendo com que a língua que falamos tenha relação com a língua imposta pelo colonizador, uma língua outra.

O Brasil tem, conforme a autora, como marca de nascença a pluralidade linguística e cultural. Temos uma identidade ideal frente à nossa diversidade linguística concreta, que faz com que possamos afirmar que somos falantes de uma língua latina inscrita na história europeia da língua portuguesa, sendo parte de grupos que falam línguas românicas. Subsumindo essa reflexão, compreendemos que as textualizações dos eventos internacionais sobre língua portuguesa apagam a historicidade das diferentes línguas portuguesas, significando-as apenas como “oito variantes” de “uma língua comum”.

Nessa perspectiva, constituem-se sentidos de que

A língua, enquanto elemento simbólico, sintetiza práticas que são de cunho ideológico, por isso sendo-nos possível dizer que seu valor transcende os limites do semântico em uma perspectiva *stricto sensu*, porque correlacionam-se implicações de ordem econômica e também política. Não obstante essa relação, essas diferentes facetas projetam o efeito de um valor único e soberano, como se uma língua fosse uma entidade homogênea. (RASSIA, 2004, p. 90).

Constituem-se sentidos de uma política de homogeneização da língua que possui um centro “comum” e “variantes” desta. Essa política, ou como diz Rancière (1996a) política, silencia a historicidade da(s) língua(s), o político, a diversidade linguística, que é princípio ético (ORLANDI, 2013). Nos recortes, funcionam sentidos produzidos pelo imaginário da mundialização/globalização, ao afirmar que existe “uma língua comum” e sentidos produzidos pela filiação à lusofonia. Esse imaginário da lusofonia se materializa ao se afirmar na discursividade (RD9) que da “língua comum” resultaram variantes dos “8 países lusófonos”.

Ainda, no (Rd9) temos a marca discursiva “normas nacionais”. Ao formular “normas nacionais”, a textualização do discurso silencia outros sentidos possíveis. Compreendemos que, nas condições de produção em que o imaginário da mundialização/globalização produz sentidos, não é desejável afirmar “língua nacional”, mas “norma nacional”. A língua nacional, conforme formula Guimarães (2007), “é a língua de um povo, enquanto língua que o caracteriza, que dá a seus falantes uma relação de pertencimento a este povo” (GUIMARÃES, 2007, p. 64).

No Brasil, como afirma Orlandi e Guimarães (2001), a questão da língua nacional tem ligação com o processo de gramatização brasileira do português que aconteceu a partir da segunda metade do século XIX. Compreendemos a gramatização como o “processo que conduz a *descrever* e a *instrumentar* uma língua na base de duas tecnologias, que são ainda hoje os pilares de nosso saber metalingüístico: a gramática e o dicionário” (AUROX, 2009, p. 65, grifos do autor).

Segundo Orlandi e Guimarães (2001), a partir da metade do século XIX, no Brasil, começou o processo de gramatização como uma tarefa não mais realizada por portugueses, mas por gramáticos brasileiros, sobre a língua brasileira. O gramático brasileiro passou a constituir um lugar de “produção legítima de conhecimento sobre a língua que corresponde a um gesto de *apropriação* (autoria) dessa língua” (ORLANDI, 2013, p. 177, grifo da autora). A distinção entre o sujeito que fala o português brasileiro e o sujeito que fala o português de Portugal é elaborada pela autoria do gramático brasileiro a partir do final do século XIX.

Nessa perspectiva, a gramatização do português brasileiro, além de ter sido um processo de construção de um saber sobre a língua nacional, também foi definidora para a constituição de um sujeito nacional, como analisa Orlandi (2013). Levando isso em consideração, não é desejável formular “língua nacional” na discursividade dos eventos internacionais sobre língua portuguesa, pois se a língua for significada como nacional, como relativa aos Estados nacionais, cada país que faz parte da CPLP será também significado como possuidor de uma língua diferente. A discursividade da língua nacional produz embaraços à discursividade que formula “comunidade linguística” “comunidade multinacional” (Rd3).

Para formular “língua comum” é preciso silenciar “língua nacional”, é preciso silenciar essa prática política, a divisão da língua. Conforme Guimarães (2007), as línguas se dividem sempre porque seu funcionamento inclui sua relação com seus falantes, estes que praticam suas línguas por uma determinação Estado-Nação, bem como por outras diferentes desta. Os espaços de enunciação nunca são homogêneos, são espaços políticos “de funcionamento de línguas, que se dividem, redividem, se misturam, desfazem, transformam por uma disputa incessante” (Idem, 2005, p. 18).

Silenciar “língua nacional” é silenciar a relação imaginária institucional da(s) língua(s) com seu(s) Estado(s). Entendemos com Guimarães (2007) que há dois modos de funcionamento das línguas em um espaço de enunciação: “um que representa as relações imaginárias cotidianas entre falantes”, nas quais se incluem língua materna, língua alheia, língua franca, e outro que “representa as relações imaginárias (ideológicas) institucionais” (Ibidem, p. 64), que abrangem língua nacional, língua oficial, língua estrangeira.

Compreendemos que “língua nacional” representa a relação imaginária que existe entre língua e Estado constituída sócio-historicamente. O silenciamento dessa relação é um efeito do imaginário da mundialização/globalização que silencia a relação entre língua e Estado, e consequentemente silencia a referenciação, a territorialização desta língua a um Estado ou outro. Por isso não se afirma “língua nacional”, mas “norma nacional”. O silenciamento dessa discursividade da língua nacional, e do pertencimento linguístico e político que ela engendra, produz-se pela homogeneização da escrita, como pode ser compreendido na discursividade (Rd9), sobre “a organização do Vocabulário Ortográfico Comum da Língua Portuguesa (VOC)”.

Orlandi (2013) afirma que a nossa sociedade é uma sociedade de escrita e mesmo o que chamamos de oralidade praticamente já não existe mais, esgueira-se de forma marginal em situações muito particulares, as quais são rupturas frente à nossa ideologia dominante da escrita. Por isso, “mesmo quando pensamos estar na oralidade, estamos na oralização da escrita” (Ibidem, p. 262). A escrita, como assinala Aurox (2009), é considerada a primeira revolução tecnológica, uma representação metalinguística e a condição de possibilidade do saber linguístico.

Subsumindo esse modo de compreender a escrita, atemo-nos aos recortes discursivos nos quais podemos observar que a necessidade do vocabulário comum é formulada no discurso dos eventos internacionais como um modo de consolidação da internacionalização da língua. O (Rd10) foi recortado de um resumo intitulado “Internacionalização da Língua Portuguesa: o papel do VOC”, escrito por Margarita Correia (CORREIA), da Universidade de Lisboa. Esse resumo faz parte do Caderno de Resumos do “Colóquio Internacional A internacionalização da língua portuguesa: concepções e ações”. O (Rd11) foi recortado de um dos temas nomeado “Acordo Ortográfico”, da “II Conferência Internacional sobre a Língua Portuguesa no Sistema Mundial”. O (Rd12) foi recortado do “Plano de Ação de Brasília para a Promoção, a Difusão, e a Projeção da Língua Portuguesa”, desenvolvido na “I Conferência sobre o futuro da Língua Portuguesa no sistema mundial”. Vejamos os recortes discursivos, destacando marcas discursivas:

(Rd10) O *Vocabulário Ortográfico Comum (VOC)*, em curso, constitui um **recurso linguístico** que, pelas suas características, permitirá o reforço e **consolidação do caráter internacional** do português, mas igualmente a sua **promoção** no próprio espaço da CPLP, contribuindo para a **construção de uma cidadania** ativa e participada nesses países. Nesta intervenção, pretendo discorrer sobre as características do VOC que lhe permitem desempenhar estes papéis. (CORREIA, 2013, p. 12).

(Rd11) Pretende-se, neste painel alargado, dar a conhecer os passos que estão a ser seguidos, nos diferentes países, para a implementação do **Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa**. Do mesmo modo se pretende aferir o **estado de desenvolvimento dos instrumentos de apoio à implementação** desse Acordo, nomeadamente os diferentes Vocabulários Ortográficos Nacionais e o **Vocabulário Ortográfico Comum**. (TEMAS, 2013).

(Rd12) O Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa **não prevê a elaboração de vocabulário ortográfico comum**, mas apenas de um **vocabulário comum das terminologias científicas e técnicas**, cuja existência, nos termos do Acordo, não está posta como condição prévia à sua aplicação. (PLANO, 2010, p. 6).

Conforme irrompe nas discursividades (Rd10), (Rd11), (Rd12), o Vocabulário Ortográfico Comum - VOC seria um modo de homogeneização da língua portuguesa que contribuiria para a internacionalização desta língua e para a produção do Acordo Ortográfico o qual reuniria “vocabulário comum de terminologias científicas e técnicas” (Rd12). Compreendermos que o “Acordo Ortográfico” constitui-se como uma política de unificação e homogeneização da escrita de “uma língua comum”, de uma língua imaginária.

Orlandi (2013, p. 295), ao compreender a ideologia positivista e seus efeitos na constituição de um saber sobre a língua e da produção da própria língua no Brasil, bem como na constituição do cidadão brasileiro, afirma que a proposta da reforma ortográfica é um modo de sistematizar alguns aspectos constitutivos da cidadania. A ortografia seria um modo de unidade da língua e do povo. A reforma ortográfica seria “uma imagem da unidade da língua” (Ibidem, p. 313), envolvendo o desejo da unidade, uma ilusão necessária da unidade da língua como unidade do povo.

Conforme Souza e Mariani (1996) a questão da ortografia, até o século XVIII, não era muito discutida, ao contrário do século XIX, em que várias tendências se delinearam, bem como no século XX, principalmente, entre Brasil e Portugal. A característica comum a todas as reformas era “a busca do ideal ortográfico, ou seja, uma norma definitiva que acabasse com a anarquia e que unificasse a ortografia garantindo o prestígio e a expansão de um idioma nacional” (Ibidem, p. 91).

Compreendemos que o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa não tem como propósito unificar a língua, ele considera a língua como una, conforme Silva Sobrinho (2009), ao analisar a orientação argumentativa do documento que aprovou o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa assinado, em 1990, entre os Estados que fazem parte da CPLP. O acordo “(se) sustenta (n)o imaginário segundo o qual haveria uma essência na língua que seria responsável por sua unidade nos vários países onde é falada sob diferentes condições de produção” (Ibidem, p. 240).

Por esse imaginário, afirma o autor, a língua é pensada fora da história, ou seja, não se considera a historicidade da língua. Com isso, apaga-se a heterogeneidade da língua portuguesa, a qual se tornou outras línguas em diferentes territórios, brasileiro e africanos.

Disso que Orlandi (2013), Souza e Marini (1996) e Silva Sobrinho (2009) afirmam, compreendemos que o Acordo Ortográfico, bem como o Vocabulário Ortográfico Comum da Língua Portuguesa significam a língua como una, e as línguas de cada país membro da CPLP como variáveis desta Língua Portuguesa imaginária.

A produção de um “Acordo Ortográfico” constitui-se pelos sentidos de uma língua imaginária. A língua imaginária, formulada por (ORLANDI, 2009a, p. 18), refere-se à língua sistema que é fixada em suas regras e fórmulas, em suas sistematizações pelos analistas de linguagem os quais têm produzido ao longo de sua história. É a língua gramatical, línguas-sistemas, normas, línguas-instituição, sujeitas à sistematização que fazem com que elas se fixem como línguas-imaginárias. O “Acordo ortográfico” é uma política linguística que fixa uma língua imaginária, uma língua “comum”, que tem como referência a língua do “velho império”, do colonizador.

Como assinala Orlandi (2012d), a noção de “acordo” face à mundialização é uma questão de política de línguas. Com um “acordo” estabelecem-se condições mútuas para uma finalidade negociada, a qual não engaja a vontade, mas os fins objetivados, negociações que visam resultados. Neste caso, os fins objetivados, os resultados, são a difusão, a promoção da língua portuguesa nos organismos internacionais, na internet, no sistema mundial. É o apagamento das fronteiras, a homogeneização, a unidade (imaginária).

Podemos compreender, a partir do que analisamos neste tópico, que internacionalizar língua portuguesa é instaurar uma política de línguas, uma política entre línguas e Estados. Essa política visa regulamentar “a língua com que os sujeitos vão fazer a história significar e, ao mesmo tempo, serão significados por essa mesma história” (MARIANI, 2003, p. 78). A política de línguas que constitui os eventos internacionais sobre língua portuguesa visa uma unidade linguística entre os

Estados-Nações que constituem a CPLP e Macau por meio de processos de imposição de uma língua imaginariamente “comum” da comunidade “CPLP”.

3.3 LÍNGUA E UNIVERSALIDADE: A CONSTITUIÇÃO DAS FRONTEIRAS EQUÍVOCAS DA MUNDIALIZAÇÃO/GLOBALIZAÇÃO

Compreendemos no tópico anterior que o imaginário da mundialização/globalização produz a evidência de unidade da língua portuguesa como “língua comum” da “comunidade transnacional” (RD3) composta por Portugal, Brasil, Angola, Moçambique, Timor-Leste, São Tomé e Príncipe, Cabo Verde e Guiné-Bissau. Esse imaginário produz sentidos evidentes de que a língua portuguesa se constitui na dispersão de lugares, não se referenciando como língua de um país ou outro.

Para Orlandi (2012e), na ideologia da globalização “a noção de território se desloca, transcendendo os limites das celebradas noções de Estado e Nação” (Ibidem, p. 164). Essa ideologia, afirma a autora, consiste em uma estratégia de concretizar o ideário burguês da “universalidade”. Ou seja, não existe um lugar, é universal, uno, uma. Os conceitos de Estado e Nação passam a organismos internacionais, não governamentais, empresas transnacionais. Há um jogo perverso entre igualdade e unidade (uniformidade), em que o histórico (dominante) passa a universal, de modo que essa universalidade se historiciza em sua generalidade, produzindo apagamento do que seria local.

Os sentidos produzidos pela discursividade dos eventos internacionais sobre língua portuguesa significam uma língua que está em toda a parte, sem fronteiras, em um (não)lugar, produzindo o efeito imaginário de “uma” língua portuguesa. Compreendemos esse funcionamento do imaginário de “unidade planetária” da língua nos recortes que fizemos de algumas denominações dos eventos internacionais:

(Rd13) I Conferência internacional sobre o futuro **da** língua portuguesa **no sistema mundial**.

(Rd14) Colóquio Internacional **A** língua portuguesa **nas organizações internacionais**.

(Rd15) Colóquio Internacional **A** língua portuguesa **nas diásporas**.

(Rd16) Colóquio Internacional **A** língua portuguesa **na internet e no mundo digital**.

Compreendemos pelos sentidos produzidos pelas marcas discursivas “no sistema mundial” (Rd13), “nas organizações internacionais” (Rd14), “nas diásporas” (Rd15), “na internet e no mundo

digital” (Rd16) o imaginário da dispersão/difusão da língua portuguesa como língua que não mais se constitui nas/pelas fronteiras dos países que a têm como língua oficial. Produz-se o efeito de sentido de apagamento das fronteiras nacionais, produzindo a evidência de que a língua não produz referência a um Estado específico, mas a diferentes lugares: “no sistema mundial”, “nas organizações internacionais”, “nas diásporas”, “na internet” e “no mundo digital”.

Esse funcionamento ideológico pode ser compreendido, também, pela análise do nome de alguns trabalhos de comunicações e mesas-redondas recortados da programação da “II Conferência Internacional sobre o Futuro da Língua Portuguesa no Sistema Mundial”, produzindo uma rede parafrástica pela repetição do enunciado “A língua portuguesa na” e “O português no”. Entendemos a paráfrase como a reprodução de um sentido por meio de diferentes formulações, fazendo com que algo do dizer sempre se mantenha, “isto é, o dizível, a memória” (ORLANDI, 2012e, p. 36). A autora argumenta que o dizer é historicamente determinado pela memória, pelo que fala antes, pelas palavras já-ditas e esquecidas (Idem, 2012a).

Com essa compreensão de paráfrase, analisamos a constituição da rede parafrástica que se forma nos títulos de alguns trabalhos recortados de programações dos eventos:

(Rd17) Comitê Assessor de Políticas Linguísticas: **o Português no contexto do MERCOSUL.**

(Rd18) A ILP Paz-Andrade e o Estatuto **do Português na Galiza.**

(Rd19) O Português **no mercado global de tecnologias de língua.**

(Rd20) Ensino **de Língua portuguesa na China.**

(Rd21) O ensino **de português língua de herança na Alemanha.**

(Rd22) O Ensino **de Português no Estrangeiro (EPE).**

(Rd23) Leitura e Literatura no ensino **de língua portuguesa no Brasil:** uma proposta crítica com base no modelo de oficinas.

Compreendemos que a rede parafrástica, como já afirmamos, conforma sentidos de uma língua portuguesa dispersa/difundida em diferentes lugares: “no contexto do MERCOSUL” (Rd17), “na Galiza” (Rd18), “no mercado global de tecnologias de língua” (Rd19), “na China” (Rd20), “na Alemanha” (Rd21), “no Estrangeiro (EPE)” (Rd22), “no Brasil” (Rd23). Já as preposições da/de/do e os artigos a/o, na forma singular, conformam sentidos de unidade desta língua portuguesa, apagando a historicidade da língua, que se constitui de modo diferente em cada país de colonização portuguesa.

Com Orlandi (2013, p. 31), compreendemos que a desterritorialização do português de Portugal deslocou “sua validade inicial e o destitui de sua posição dominante de vocação totalizante (no imaginário da colonização)”. Com sua historicização em outro território, o Brasil, afirma a autora, o processo de constituição da língua portuguesa se remeteu à sua prática real em um novo espaço-tempo de práticas discursivas. O vislumbre desse processo nos permite afirmar que o português do Brasil, bem como nos outros países, não é uma contextualização do português de Portugal, é uma historicização singular, que se deu em um espaço-tempo que não era de Portugal.

Na situação discursiva que estamos analisando, não se trata mais da desterritorialização da língua portuguesa resultante de sua transferência para o Brasil, mas da desterritorialização da língua portuguesa pelo funcionamento da ideologia da mundialização/globalização, que significa essa língua como “língua comum” de uma “comunidade transnacional”. Língua imaginária que está “em” alguns espaços (“no contexto do MERCOSUL”, “na Galiza”, “no mercado global”, “na China”, “na Alemanha”, “no estrangeiro”, “no Brasil”), mas não é “de”, não pertence a qualquer lugar específico.

Há em funcionamento, constituindo sentidos nas denominações dos trabalhos e eventos internacionais, o imaginário da mundialização/globalização que produz a evidência da não existência de um poder de Estado ou de uma língua dominante. Este efeito do imaginário da mundialização/globalização constitui sentidos sobre língua portuguesa, efeito de uma língua que está em todos os lugares, sem fronteiras, uma língua sem Estado, sem referência, produzindo apagamento do trabalho do político e do simbólico, o apagamento de que, como consideramos com Pêcheux e Gadet ([1981] 2010), a questão da língua é uma questão de Estado.

Esse imaginário se reinscreve também nas imagens que representam alguns dos eventos. Compreendemos a imagem discursivamente, conforme formula Orlandi (2012d, p. 60), como “parte do funcionamento da memória discursiva (e acentuo discursiva) na relação com o acontecimento”. A imagem é uma materialidade significante, tem seu próprio funcionamento, não é transparente, “interpreta-se”:

A questão da imagem encontra assim a análise de discurso por um outro viés: não mais a imagem legível na transparência, porque um discurso a atravessa e a constitui, mas a imagem opaca e muda, quer dizer, aquela da qual a memória ‘perdeu’ o trajeto de leitura (ela perdeu assim um trajeto que jamais deteve em suas inscrições). (PÊCHEUX,[1983] 2010c, p. 55).

A partir das palavras de Pêcheux (Ibidem), entendemos que pela análise da imagem, podemos, pelos gestos de interpretação, compreender as filiações de sentidos, o funcionamento da

memória. A imagem, enquanto materialidade, permite-nos “observar a relação do real com o imaginário, ou seja, a ideologia, que funciona pelo inconsciente” (ORLANDI, 2012d, p. 72).

Souza (2001), ao compreender a imagem como materialidade discursiva, afirma que analisar a imagem possibilita-nos entender os elementos visuais como operados de discurso, considerados conjunto de elementos visuais possíveis de recortes. A interpretação de um texto não-verbal é constituído por efeitos de sentidos que se instituem entre o olhar, a imagem, a possibilidade de recorte, conforme as formações sociais em que se inscrevem o sujeito-autor deste texto e o sujeito-espectador. É considerar a imagem como discurso, é produzir um gesto sobre, pois

A interpretação está presente em toda e qualquer manifestação da linguagem. Não há sentido sem interpretação. Mais interessante ainda é pensar os diferentes gestos de interpretação, uma vez que as diferentes linguagens, ou as diferentes formas de linguagem, com suas diferentes materialidades, significam de modos distintos (ORLANDI, 2012c, p. 9).

Nessa esteira, conforme nosso gesto de interpretação, pelas imagens que recortamos dos eventos internacionais sobre língua portuguesa, compreendemos o funcionamento do imaginário da mundialização/globalização pela textualização do mapa mundi constituindo as imagens. Anderson (2008) afirma que o mapa, juntamente com o censo e o museu, foi importante instituição para a criação do Estado colonial. Sendo inventado antes mesmo do século XIX, o mapa foi uma instituição de poder que moldou a maneira pela qual o Estado colonial imaginava seu domínio quanto à geografia de seu território.

Entendemos discursivamente que o mapa mundi textualiza um imaginário de espaço e das fronteiras territoriais de Estados. Ele (re)produz o imaginário da totalidade do mundo, sua completude. O mapa mundi, nesse sentido, é constitutivo de processo ideológico que produz, conforme Orlandi (2012c), a saturação, o efeito de completude. Ele se constitui pela evidência de um modo de produção do espaço, evidência que esquece, discursivamente, que a divisão do espaço é política, é determinada sócio-historicamente. Funcionam sentidos pré-construídos (PÊCHEUX, [1975] 2009) de que a divisão do espaço, dos Estados, dos territórios sempre se constituiu da forma como conhecemos hoje o mapa, esquecendo-se que este é uma construção na história.

A partir dessa compreensão do mapa mundi, analisamos as imagens, as quais consideramos recortes discursivos de dois eventos, sendo o (Rd24) do “Colóquio Internacional A Língua Portuguesa nas Diásporas” e o (Rd25) “Colóquio Internacional A internacionalização da Língua Portuguesa”:

(Rd24):

Imagem 3: Colóquio Internacional A Língua Portuguesa nas Diásporas



Fonte: Página eletrônica do Instituto Internacional da Língua Portuguesa.

(Rd25):

Imagem 4: Colóquio Internacional A internacionalização da Língua Portuguesa



Fonte: Página eletrônica do Instituto Internacional da Língua Portuguesa.

O imaginário de unidade da língua portuguesa é compreendido pelo modo como as imagens dos eventos relacionam língua portuguesa ao planeta (mapa mundi como imagem de fundo). A associação da língua ao mapa é efeito do funcionamento da ideologia da mundialização/globalização, que produz o imaginário de uma “unificação planetária” (ORLANDI, 2011, p. 6) que apaga disparidades concretas. O efeito de sentido é o de uma língua portuguesa espalhada pelo mundo, uma língua que se constitui nesta aparente unificação totalizante produzida pelo mapa mundi, produzindo efeito de unidade linguística, efeito de “Um”.

Contudo, ao mesmo tempo em que temos sentidos que se constituem pelo imaginário da mundialização/globalização, chamam a atenção as expressões “a Língua Portuguesa” (Rd24) e “da Língua Portuguesa” (Rd25) inscritas sobre a imagem do mapa mundi. Consideramos a partir das marcas discursivas “a” e “da” que há sentidos que significam uma língua portuguesa constituindo sujeitos e sentidos em todo o mundo.

Compreendemos pela determinação da língua como “Portuguesa” (Rd24; Rd25) e pela preposição “da” (Rd25) que a língua imaginária que se constitui pela evidência de uma língua que não se referencia nem como língua do Estado brasileiro, nem de outros Estados da CPLP tem sua unidade filiada à lusofonia. Concordamos com Mariani (2007) que há em funcionamento um discurso reiterador de uma unidade linguística entre Portugal e suas ex-colônias, que é marcado pelo termo lusofonia, bem como “por atividades políticas que procuram sustentar uma ideia de unidade na diversidade” (Ibidem, p. 84). Pelos sentidos que constituem o imaginário da lusofonia, a língua portuguesa é uma, homogênea, a mesma língua em todos os países de colonização portuguesa, no sistema mundial, nas organizações internacionais, nas diásporas, na internet, no mundo digital.

O imaginário da mundialização/globalização funciona produzindo efeito de um não-lugar para a língua e, por outro lado, sustenta o domínio da língua do “velho império” (Rd5), isto é, da língua do colonizador. Essa língua flui pelo mundo, constitui-se além das fronteiras de Estados, apaga a historicidade, o político, a divisão constitutiva das línguas. Ao dizer “língua portuguesa” silenciemos que os países de colonização portuguesa possuem a sua própria língua, historicizada, gramatizada, instrumentada, como a língua brasileira.

Para Orlandi (2008), o silêncio também significa, o que não é falado produz sentidos, porque a linguagem é política e em todo poder há um silêncio, dito de outro modo, “há história no silêncio porque há sentido no silêncio” (Ibidem, p. 52). Ao silenciar as línguas oficiais e nacionais existentes nos países de colonização portuguesa, silencia-se que ao mesmo tempo em que a colonização impõe uma língua, “a historicização da língua faz com que essa mesma colonização sofra um deslocamento visível no processo de gramatização” (Idem, 2013, p. 142). Pelo processo de gramatização, a língua ganhou visibilidade, tornou-se um saber legítimo e instituído, conforme as condições de produção das colônias.

Compreendemos pela denominação “Língua Portuguesa” (Rd24, RD25), que há em funcionamento, constituindo o imaginário da mundialização/globalização, sentidos que constituem o discurso fundador, o discurso da colonização linguística que impõe um imaginário de unidade linguística entre o “velho império” (Rd5) e as “antigas colônias” (Rd5). Assim, os eventos

internacionais que analisamos significam a língua, que visam internacionalizar, como uma língua portuguesa que tem sua filiação à língua do colonizador. Internacionalizar a língua significa instituir uma política de unidade, uma política de língua que visa unificá-la, considerá-la “uma língua comum”, silenciando a diversidade linguística.

Afirmamos que o imaginário da mundialização/globalização constitui-se por sentidos da lusofonia, da colonização linguística. Os países colonizados e suas línguas continuam sendo dominadas pelo “velho império” por meio de organismos e comunidades, como a CPLP e o IILP que surgem nas condições de produção da mundialização/globalização, destituindo o(s) Estado(s) como responsáveis sobre as questões de língua, passando a organismos internacionais, não governamentais, empresas transnacionais (ORLANDI, 2012e).

Said (2011), ao compreender as questões sobre imperialismo e cultura, afirma que há um ambiente global constituído por uma quantidade grande de pressões ecológicas, econômicas, sociais, políticas que levam a destrutividade em massa. Nessas condições, percebe-se que a velha autoridade não pode ser simplesmente substituída por uma nova, o que estão surgindo são novos alinhamentos “independentes de fronteiras, tipos, nações e essências” (Ibidem, p. 28).

Para o autor, nas condições de produção mundializadas/globalizadas as nações da Ásia, da África e da América Latina são politicamente independentes, porém, em alguns aspectos, permanecem “tão dominadas e dependentes quanto eram na época em que viviam governadas diretamente pelas potências europeias” (Ibidem, p. 56). O autor continua afirmando que, por mais que não exista espaço vazio, ou fronteiras a expandir, o ciclo imperial (entendido imperialismo no sentido de colonizar, controlar terras que não são nossas) parece se repetir sob alguns aspectos. Existem ainda resíduos do imperialismo, “um resíduo de uma história densa e interessante, paradoxalmente global e local ao mesmo tempo, e é também um sinal da sobrevivência do passado imperial, gerando argumentos e contra-argumentos com uma intensidade surpreendente” (Ibidem, p. 58).

O autor traz como exemplo disso a divisão do mundo que se faz entre Norte-Sul que não deixa de ser uma relação entre colonizador e colonizado, relação constituída de combate retórico e ideológico que vem desencadeando guerras devastadoras. Os discursos universalizantes dos Estados Unidos e da Europa pressupõem o silêncio do mundo não europeu, que faz com que raramente admita-se que o povo colonizado seja ouvido.

Um modo de silenciar os colonizados e que permanece nas condições de produção da mundialização/globalização se dá pela língua que é significada como sendo a mesma língua do colonizador. Somos ainda dominados pelos sentidos constitutivos da colonização linguística que

impõe como língua dominante a língua do colonizador por meio de comunidades, instituições que surgem nessas condições e que produz evidências que ultrapassam os sentidos das fronteiras dos Estados-Nações e de seu poder.

Os sentidos constitutivos do imaginário da colonização linguística reduzem a alteridade a diferenças socioculturais, econômicas e políticas e, assim, apagam a historicidade da língua portuguesa. O (Rd26) é um recorte do Discurso do ministro das relações exteriores de Luanda, Georges Rebelato Pinto Chicoti (CHICOTI), no “Colóquio Internacional A Língua Portuguesa nas Organizações Internacionais”. O (Rd27) foi recortado do texto do “Colóquio Internacional A língua portuguesa nas organizações internacionais” que fez parte da “Mesa 3: As organizações plurilíngues e as relações com outras fónias”, sob o nome “O Fórum de cooperação económica e comercial entre china e os países de língua portuguesa – ‘Fórum de Macau’”, proferido por Joaquim Pereira da Gama (GAMA). O (RD28) é uma imagem recortada do Colóquio Internacional A Diversidade Linguística nos Países da CPLP:

(Rd26) O lema da Presidência de Angola na CPLP “Solidariedade na Diversidade” vem no intuito de, através do primado **no Acto Constitutivo da CPLP, continuar a promover a união dos nossos povos que apesar das diferenças socioculturais, políticas e económicas encontram-se unidos pela língua portuguesa e os fenómenos** daí decorrentes. (CHICOTI, 2012, p.1)

(Rd27) Em breve, estas acções promovidas pelo Fórum de Macau, cujo objectivo primário é a cooperação económica e comercial, permitem que em conjunção com este desígnio geral, **as culturas lusófonas e a língua portuguesa** ganhem um estatuto de destaque **na China**, o que por si é muito apreciável e altamente louvável. (GAMA, 2012, p. 13).

(Rd28):

Imagem 5: Colóquio Internacional A Diversidade Linguística nos Países da CPLP



Fonte: Instituto Internacional da Língua Portuguesa

É interessante analisar que no (Rd26) as diferenças entre os países que constituem a CPLP encontram-se nas questões “socioculturais, políticas e económicas” (Rd26) e não na língua que, pelo contrário, funciona como aquilo que faz os países serem “unidos” (Rd26). Esse funcionamento repete-se no (Rd27) em que se produz sentidos de que a CPLP constitui-se de uma língua, “a língua portuguesa” e de várias “culturas lusófonas”. A língua é a mesma, o que se constitui como diferente entre os países é a cultura de cada um deles.

Instaura-se, pela marca discursiva “apesar das” (Rd26), sob a forma de pré-construído, que as diferenças entre os países que constituem a CPLP são diferenças socioculturais, políticas, económicas. O pré-construído “corresponde ao ‘sempre-já-aí’ da interpelação ideológica que fornece-impõe a ‘realidade’ e seu ‘sentido’ sob a forma de universalidade” (PÊCHEUX, [1975] 2009, p. 151).

Pela inscrição do imaginário da mundialização/globalização, as diferenças entre os países que fazem parte desta comunidade não são identificadas na língua, mas na economia, na política e na cultura, de modo que se apaga a diversidade da língua portuguesa. Esses sentidos inscrevem-se, também, na imagem (Rd28) na qual formula-se que há “diversidade linguística nos países da CPLP”, mas não que há diversidade da língua portuguesa nos países da CPLP. Há uma diversidade de línguas, mas não uma diversidade da língua portuguesa. E, como analisamos anteriormente, quando se formula, no material em análise, que há diversidade na língua portuguesa, essa diversidade refere-se a variantes, e não à existência de línguas portuguesas diferentes.

A língua que afirmamos como diferente é significada na discursividade (Rd26), “fenómenos” que derivam da língua portuguesa. A língua portuguesa do Brasil, da Angola, e dos outros países colonizados, constitui-se apenas de fenômenos que derivam da língua portuguesa de Portugal. Concordamos com Orlandi (2008) que isso acontece pelo fato de que há o apagamento do histórico, que considera os conflitos, as imposições, os deslocamentos, as diferenças, o político, produzindo-se um discurso sobre a cultura. Produz-se, assim, um discurso da singularidade que é o discurso da cultura.

Ao mesmo tempo em que há um efeito de reconhecimento da diversidade cultural e de línguas dos países da CPLP, há o funcionamento do imaginário da unidade da língua portuguesa. Podemos analisar o funcionamento deste imaginário pelas paráfrases produzidas a partir do recorte que produzimos na imagem (Rd28) em que há textualizado a denominação do evento “A diversidade linguística nos países da CPLP”. Utilizamos metodologicamente a paráfrase porque nos permite, conforme Orlandi (2008), observar a relação entre os diferentes, no que diz respeito tanto

no interior das mesmas formações discursivas, como entre as distintas formações discursivas. A paráfrase é “matriz em que o um remete ao outro, mas sem porto originário” (Ibidem, p. 49). Vejamos as paráfrases:

(RD28’) A **diversidade linguística** nos países da CPLP.

(1) A diversidade linguística **do português separa os países da CPLP**.

(2) A unidade linguística **do português une os países da CPLP**.

Levando em consideração que não é a diversidade linguística da língua portuguesa que está em discussão nos eventos, mas as outras línguas existentes nos países da CPLP, conforme essa discursividade, o que une os oito países, segundo os sentidos em (2), é a unidade da língua portuguesa e é esta que se quer internacionalizar. A diversidade da língua portuguesa, conforme (1), separaria os países, pois assim se consideraria que no Brasil, temos a língua brasileira. Os sentidos analisados das paráfrases (1) e (2) filiam-se ao imaginário da lusofonia, este que “se aplica a situações de domínio das línguas sob a colonização” e que “preserva a noção de homogeneidade e alimenta o repertório da colonização, referido a Portugal” (ORLANDI, 2009a, p. 179).

O que une os países da CPLP é o que resultou do processo de colonização linguística que impôs a língua portuguesa como língua oficial e que nas condições de produção em que os eventos internacionais se constituem passa a ser “língua comum”. O imaginário da unidade da língua portuguesa une oito países em prol da difusão, valorização e internacionalização dessa língua. Nessa perspectiva, os sentidos que se filiam à paráfrase (1) significam que a diversidade linguística da língua portuguesa estaria na contramão dos objetivos de expandir a língua, ou melhor, de internacionalizá-la.

A partir desta análise, concordamos com Orlandi (2009a) que estamos observando um amplo desenvolvimento do sociologismo hoje. Com a globalização há desenvolvimento das tecnologias da escrita, um investimento forte na quantidade de informação circulando por todo o lugar, com o intuito de “apagar as diferenças sócio-históricas, simular o acesso ao conhecimento a todos e visa-se expandir a potencialidade das múltiplas línguas”, valorizando todas essas, quando na verdade apenas uma é que constitui o posto dominante (Ibidem, p. 162-163).

Conforme Pêcheux e Gadet ([1977] 2012b) a sociolinguística se desenvolveu depois da Guerra Fria, nos Estados Unidos, e depois na Europa, a partir de dois fenômenos: i. o que veio a se chamar Terceiro Mundo, com a transformação parcial do colonialismo clássico em neo-colonialismo, trazendo questões sociolinguísticas do multilinguismo e da política linguística

objetivando estabelecer a instauração e a *standardização* das línguas nacionais suscetíveis a integrar e veicular os elementos científico-técnicos; ii. pelo “desenvolvimento das contradições nos sistemas escolares dos países capitalistas desenvolvidos, com as diferentes formas de escolarização das massas abrindo para a questão do dito fracasso escolar”, a qual atinge os des-herdados por causa de suas origens sócioeconômica (Ibidem, p. 305).

Para os autores, a sociolinguística propõe contribuir para resolver os desvios e suprimir as desigualdades. O sociologismo faz aparecer a dispersão e alteridade no tempo e no espaço, efetua uma descrição, realizando um estudo empirista dos dados e estudos comparatistas. Orlandi (2009a) acrescenta que o sociologismo recobre a questão do Estado pela substituição da análise das relações de produção por uma teoria das relações sociais que é na verdade uma psicossociologia das relações interindividuais, as quais englobam status, prestígio, atitude, etc., trabalhando com relações de parentesco, de idade, de sexo, de nível cultural, etc. Por isso, a língua portuguesa é compreendida como “herança”, “laço” da qual resultaram diferentes variantes. As outras línguas existentes nos Estados-nacionais que constituem a CPLP são imaginariamente valorizadas, tendo um colóquio abarcando somente este assunto: “a diversidade linguística nos países da CPLP” (Rd28’).

Outra questão que nos chama a atenção tem relação à palavra “países” no enunciado “a diversidade linguística nos países da CPLP” (Rd28’). Questionamo-nos o que é preciso silenciar para se dizer “países”, “país” nas condições de produção da mundialização/globalização. Orlandi (2012d, p. 132, grifo da autora), ao analisar o enunciado “País rico é país sem pobreza”, afirma que a palavra “*país* é de difícil circunscrição em seus processos de significação”. Em geral, considera-se o país como uma região geográfica, ligado “mais particularmente à ideia de território” (Ibidem, p. 133).

Pensando na conjuntura atual, a autora analisa que esta palavra está vinculada a “desenvolvimento”, “aceleração do crescimento”, por isso as classificações país desenvolvido, países emergentes. Porém, a autora salienta que dada sua abrangência, a denominação “país” pode “adquirir nuances que se dão relativamente às condições de produção. E deixa sempre uma margem de in-significação” (Ibidem, p. 132).

Na discursividade no (Rd29’) “países” está determinado por “da CPLP”. Não são quaisquer países, mas aqueles que se constituem pelo vínculo com a comunidade “CPLP”. Não são países que constituem determinados Estados Soberanos, mas uma instituição. Como afirma Orlandi (2012d) o país é uma região geográfica considerado território de uma Estado Soberano. A marca discursiva “países” na discursividade do (Rd29’) conforma sentidos de “território” que constitui uma instituição, a “CPLP”, e não um Estado.

Podemos compreender o deslizamento de sentidos de Estado, aquele que trata das questões de língua, para Organismos, neste caso, a CPLP. Os países são territórios que pertencem à CPLP e não a seus Estados-nações. Assim, quem toma conta da questão da língua não seria mais o Estado e sim os organismos internacionais, as comunidades, a CPLP.

Nessa perspectiva, o imaginário da mundialização/globalização significa a língua portuguesa como uma mesma língua que constitui sujeitos e sentidos nos países da CPLP, nas diásporas, no mundo. Há a produção de unidade do português, pela produção de um imaginário segundo o qual essa língua não pertence aos Estados-Nações que constituem a CPLP, como se não existissem fronteiras nacionais, como se constituísse de forma universal. Esse é o funcionamento ideológico do imaginário da mundialização/globalização, que apaga que a filiação desta língua que se quer internacionalizar é a filiação à lusofonia, à memória do colonizador. Concordamos com Orlandi (2009a, p. 163) que “o que se apresenta como universal é justamente o que resulta do poder dominante”.

Os sentidos que se filiam à memória da colonização se formulam, também, nesses outros recortes. O (Rd29) foi recortado do resumo “A internet: a nova caravela da lusofonia”, disponível no Caderno de Resumos e Currículos do “Colóquio Internacional A Língua Portuguesa na Internet e no Mundo Digital”. Este resumo foi desenvolvido por Afonso João Miguel, doutor em linguística na área de Sociolinguística Variacionista, do Instituto Superior de ciência em Educação de Luanda. O (Rd30) também foi recortado do Caderno de Resumos e Currículos do “Colóquio Internacional A Língua Portuguesa nas Diásporas”. O resumo é intitulado “Os caminhos da língua portuguesa na África do Sul”, proferido por Mila Olivier, da Universidade da Cidade de Cabo Verde, fundadora e coordenadora do Playgroup Português pra Você, um grupo supervisionado para crianças de famílias multilingues entre 0 e 5 anos, que visa estimular as crianças a falar e a interagir socialmente na Língua Portuguesa. O terceiro recorte discursivo (Rd31) faz parte da agenda cultural da “I Conferência Internacional sobre a língua portuguesa no sistema mundial”:

(Rd29) Se, **no passado, esta língua portuguesa viajou de caravelas, hoje** meios mais eficazes são-nos fornecidos pela ciência e pela técnica, dentre as quais **a internet**. E é um facto inquestionável que, em pleno século XXI, a internet facilita a divulgação **da língua portuguesa, une** os falantes desta língua e **anula as distâncias temporais e geográficas**, criando um espaço virtual comum. (MIGUEL, 2012, p. 13).

(Rd30) Assim, na sua apresentação, a jornalista brasileira pós-graduanda em Educação na Universidade da Cidade do Cabo, Mila Olivier, criadora deste projeto inovador [Português pra você], vai discursar um pouco sobre a realidade **da**

Língua Portuguesa na África do Sul, ao mesmo tempo que falará desta e de outras iniciativas que visam a **dar continuidade aos Caminhos** da Língua Portuguesa nesta região do continente africano. (OLIVIER, 2011, p. 3).

(Rd31) Paralelamente à Conferência Internacional, será organizada uma semana cultural da língua portuguesa, cuja programação envolverá exposição intitulada “**Língua Viagem – em português todos se encontram**”, mostra de cinema, apresentações musicais e encontros de escritores, com participação de todos os Estados membros da CPLP. A exposição sobre a língua portuguesa ocorrerá no Palácio Itamaraty e os demais eventos no Centro Cultural Banco do Brasil, em Brasília (CCBB DF). (AGENDA, 2010).

Compreendemos a inscrição do discurso da lusofonia conformado por sentidos da colonização, constituindo a discursividade no (Rd29). Entendemos que a noção de discursividade, segundo Orlandi (2012d), tem como característica o fato de que os sujeitos, conforme suas posições, e os sentidos, constituem-se pela sua inscrição em diferentes formações discursivas.

Nessa perspectiva, formula-se no (Rd29) que “esta língua portuguesa”, a da CPLP, é a mesma que “viajou de caravelas” à época dos “descobrimientos”, permanece como a mesma língua e que, hoje, viaja por meio da internet. A “internet” é significada como a “caravela” na conjuntura contemporânea, com a vantagem que “anula as distâncias temporais e geográficas”.

As marcas discursivas “passado” e “hoje” significam um modo de compreender o tempo constitutivo de passado, presente e futuro, de modo linear, uma cronologia, apagando as retomadas, as disjunções, os deslocamentos. Esse modo de compreender o tempo produz apagamento da historicidade da língua portuguesa que se constituiu nesses retornos, movimentos, deslocamentos.

A história é significada, assim, de forma cronológica, é contínua, “continuidade” (Rd30), desconsiderando a história como produção de sentidos, constitutiva de retornos, movimentos, sem começo, meio e fim. Concordamos com Henry (2010) que a história enquanto tal não existe, fazer história significa produzir sentidos aos fatos, “não há ‘fato’ ou ‘evento’ histórico que não faça sentido, que não peça interpretação” (Ibidem, p. 47).

Ainda, concordamos com Orlandi (2008) ao afirmar que a história é algo da ordem do discurso, pois é pelo discurso que a história é sentido. Dito de outro modo, a história tem relação ao que diz respeito às práticas e não ao tempo em si, “ela se organiza tendo como parâmetro as relações de poder e de sentidos, e não a cronologia: não é o tempo cronológico que organiza a história, mas a relação com o poder (a política)” (Idem, 2012d, p. 42).

A língua é significada, na discursividade (Rd30), em uma continuidade, como a mesma língua no “passado” e no “hoje”, apagando a produção de sentidos sobre esta língua. O que mudou foi a forma de sua difusão: não são mais as caravelas, são as redes, a internet.

O imaginário da mundialização/globalização produz efeito de apagamento das distâncias. É pela rede, pela internet que se “anula as distâncias temporais e geográficas” e a língua viaja. Ao mesmo tempo, sentidos que constituem colonização linguística produzem seus efeitos, conforme discursividade em (Rd30), na qual se formula uma história linear, de continuidade – “dar continuidade aos Caminhos da Língua Portuguesa”. A língua continua caminhos e permanece, no mesmo. A língua portuguesa do Brasil, de Portugal e dos outros países da CPLP é considerada a mesma, aquela que “une” (Rd29), apagando a historicização das línguas.

Orlandi (2013) argumenta que a Língua Portuguesa foi historicizada de forma diferente no Brasil e em Portugal, o que nos permite dizer que falamos a mesma língua, de forma diferente. A autora, ao propor essa reflexão, desloca o conceito de heterogeneidade enunciativa de Authier (1987) para heterogeneidade linguística, com o objetivo de compreender o funcionamento da Língua Portuguesa. Conforme a pesquisadora, “joga em ‘nossa’ língua um fundo falso, em que o ‘mesmo’ abriga no entanto um ‘outro’”, produzindo “um diferente histórico que o constitui ainda na aparência do ‘mesmo’ (Ibidem, p. 23). Esse “fundo falso” produz a ilusão de que “em português todos se encontram” (Rd31).

Questionamo-nos sobre quem são aqueles que constituem “todos” (Rd31), produzindo efeito de totalidade, completude, efeito do imaginário da mundialização/globalização. Para compreender nosso questionamento, os sentidos possíveis para o pronome “todos”, utilizamos como instrumento metodológico a paráfrase, pela qual analisamos o efeito metafórico, conforme desenvolvido por Pêcheux ([1969] 2010a).

O autor define efeito metafórico como “o fenômeno semântico produzido por uma substituição contextual para lembrar que esse ‘deslizamento de sentido’ entre x e y é constitutivo do ‘sentido’ designado x e y” (Ibidem, p. 96). Nesse sentido, a metáfora é concebida como transferência, deslize de sentidos, como analisamos:

(Rd31’) “Língua Viagem – em português **todos** se encontram”

- (1) os falantes dos países da CPLP.
- (2) os falantes de Portugal.
- (3) os falantes do Brasil.

(4) os falantes da língua na internet, nas organizações internacionais, no mercado global, no sistema mundial.

Em (1), há a inscrição dos sentidos que se filiam ao imaginário da lusofonia, considerada por Branco (2011) como um projeto de criação de um homogêneo espaço de falantes de mesma língua que “toma por base 'a língua portuguesa' de Portugal como a língua que hoje promove a unidade mantendo a diversidade cultural no espaço lusófono formalizado pelos países membros da CPLP” (Ibidem, p. 3). O pronome “todos”, conforme (1), abrange os falantes de língua portuguesa dos países que fazem parte da CPLP, vinculados pelo laço de uma língua que “viajou” por cada um desses países.

Os sentidos que constituem (1) silenciam os sentidos em (2) e (3) que significam a língua como sendo de Portugal, do Brasil e não “compartilhada” pelos países da CPLP. Em (2) e (3) há sentidos da língua que se constitui nesses espaços de enunciação, Portugal e Brasil. Para Guimarães (2005) o espaço de enunciação é um espaço regulado e de disputas pelas línguas e pela palavra, constituindo-se como um espaço político em que a língua é necessariamente atravessada pelo político e normativamente dividida.

Se os sentidos conformados em (1) silenciam os sentidos em (2) e (3), os sentidos de (2) e (3) também produzem uma homogeneização e unidade frente às outras línguas existentes nesses países. Essa construção imaginária da unidade e da homogeneidade, afirma Orlandi (2013), é necessária para se ter uma identidade em um país específico, com suas formas específicas de governo e com uma língua nacional.

Nessa perspectiva, em (3) temos sentidos que se constituem pelo imaginário da descolonização linguística, em que a língua do Brasil constitui-se por sua unidade imaginária e sua diversidade concreta, bem como Portugal, em (2), que também se constitui por sua língua imaginária, a língua portuguesa gramatizada, e pela sua diversidade concreta.

Com relação à discursividade em (4), constituem-se sentidos que têm sua filiação ao imaginário da mundialização/globalização. Esse imaginário destitui a língua de uma vinculação a um Estado, como Brasil, Portugal, Angola, e os demais países da CPLP, produzindo uma universalidade imaginária.

Como afirma Orlandi (2012d) ao compreender o funcionamento discursivo do enunciado “Brasil, um país de todos”, o “todos” funciona de forma ambígua, de modo que não significa nós, povo brasileiro, em nossa igualdade social, mas um “todo indeterminado, parte do discurso da mundialização”, em que “todos é cada um e ninguém” (Ibidem, p. 127). A marca discursiva “todos”

funciona silenciando a divisão do sentido, por um efeito de homogeneização, universalização, indeterminação, efeitos do trabalho do imaginário da mundialização/globalização e colonização linguística que silencia cada povo com sua própria língua, constituída pelo processo de descolonização linguística.

A discursividade dos eventos internacionais sobre língua portuguesa produz sentidos que silenciam a relação contraditória entre unidade e diversidade linguística, instaurando uma política de unificação de “uma língua comum”, imaginária, em tempos de mundialização/globalização. Aqui observamos a questão da ética como universal e homogênea, separada do político, não sobrando espaço “para pensar a heterogeneidade linguística no plano das ações de governo e das relações internacionais, a não ser como procedimento de hegemonias entre culturas” (GUIMARÃES, 1997, p. 5).

Compreendemos que internacionalizar “uma língua comum” é desconsiderar o trabalho do político, da ética, da divisão dos sentidos. E assim podemos compreender que a língua está, na verdade, “marcada por uma geografia hierarquizada” (Ibidem, p. 6), uma geografia em que o território de referência (ainda) continua sendo o do “velho império”, em uma comunidade “CPLP”.

4 RESISTÊNCIA NA/DA LÍNGUA NOS EVENTOS INTERNACIONAIS SOBRE LÍNGUA PORTUGUESA

4.1 EFEITOS DE UNIDADE E DIVERSIDADE NA DETERMINAÇÃO DO NOME DA LÍNGUA

Compreendemos que o nome da língua é “uma questão de poder, questão de identidade, questão de memória e, portanto, de ideologia e inconsciente” (ORLANDI, 2009a, p. 193). Pensar o nome da língua, afirma a autora, é levar em consideração a história do saber produzido sobre ela, é conhecer a história da própria língua, é analisar as injunções da conjuntura política e social, é compreender a constituição de seu sujeito.

As designações para língua são inscritas na história, marcada pelo político, pela memória, por processos de significação. É na relação entre língua(s) que sujeitos e sentidos se constituem. Línguas se constituem: pela unidade e pela diversidade, pelo que é diverso e pelo o que é instável, pelo que é normatizado e imaginário, pelo o que desliza e permite o movimento, a fluidez constitutiva da língua. Compreender o funcionamento das designações para língua portuguesa é compreender as redes de filiações de sentidos, a produção dos sentidos, a constituição de discursos *sobre* língua.

Concordamos com a autora que “a questão da língua que se fala, a necessidade de nomeá-la, é uma questão necessária e que se coloca impreterivelmente aos sujeitos de uma dada sociedade de uma dada nação” (Idem, 2005, p.1). Essa questão do nome da língua no Brasil, conforme a autora, se coloca desde os princípios da colonização, adquirindo maior força ao longo do século XIX.

Conforme Dias (2001), no século XIX começaram a surgir alguns estudos chamando a atenção para as diferenças entre a língua falada em Portugal e a língua falada no Brasil. Era claro para alguns intelectuais que a língua falada no Brasil adquiria uma nova identidade, proporcionando debates sobre o nome desta língua.

Nesses debates, havia duas posições que se sobressaíam a dos separatistas e a dos legitimistas. Os separatistas consideravam as diferenças linguísticas entre Brasil e Portugal como positivas. Por outro lado, os legitimistas defendiam o cultivo da vernaculidade, amenizando as diferenças.

Contudo, afirma Dias (2001), somente nas décadas de 30 e 40 do século XX o nome da língua nacional do Brasil se tornou questão de Estado, de forma mais consistente, por meio de três

projetos. O primeiro projeto foi apresentado e discutido na Câmara do Distrito Federal, no ano de 1935, aprovado, porém não se tem registro de que foi cumprido. O segundo projeto foi discutido também em 1935, na Câmara dos Deputados, durante meses, entretanto, não chegou a ser votado, pois o Congresso foi fechado por Getúlio Vargas, em 1937. A terceira tentativa de mudar o nome da língua surgiu em 1945, na Assembleia Nacional Constituinte, porém a Comissão responsável pelo projeto se pôs contrária a este, dando fim à tentativa de mudar o nome.

A justificativa dos legitimistas para não mudar o nome era que designar a língua nacional do Brasil como língua brasileira “significaria configurar um identidade para a nação a partir de um domínio de língua relativamente a ‘povo ignaro, ‘poviléu’, ‘cozinheira’, ‘caipira’, etc” (Ibidem, p. 195). Para os opositores do projeto, a língua deveria continuar com o nome “língua portuguesa”, sob o argumento de que esse nome estaria adequado a toda uma tradição de escrita cultivada pelos grandes nomes da literatura brasileira.

Depois desses projetos, o nome da língua não veio mais a discussão, permanecendo Língua Portuguesa, o que “não deixa de nos importunar, e há sempre alguma razão, um pretexto, ou alguém que a levanta em momentos diferentes de nossa história” (ORLANDI, 2005, p. 2). A língua portuguesa nos foi imposta e tivemos que nos acomodar com ela. Contudo, essa acomodação se faz com dificuldade, conforme Orlandi (2008), que busca nos conceitos de língua imaginária e língua fluida compreender imagens da língua que têm distintos endereços. Esses endereços são atravessados pelo político: a língua para a ciência e para o dia a dia, as quais têm relação com a construção da identidade para o cidadão brasileiro.

Subsumindo este modo de reflexão sobre o nome da língua, é interessante o fato de que a discursividade dos eventos internacionais sobre língua portuguesa formula diferentes modos de designar essa língua. Compreendemos com Guimarães (2005) que a designação é a “significação de um nome”, enquanto uma relação linguística que é remetida ao real, “enquanto uma relação tomada na história” (Ibidem, p. 9). Concordamos, também, com Scherer (2012), ao afirmar que

Essa procura pela designação x, y, z traz a ideia de controle, de limite, de zona fronteira para se falar da língua e dos sujeitos. Fronteira perene, porosa, com limites, bordas e normas da nomeação, no sentido de ordenar, classificar, categorizar e mais, representar um valor simbólico. (Ibidem, p. 162).

O processo de designação constitui-se nas relações de força em determinada formação social, bem como produz sentidos conforme as condições de produção em que se inscrevem. Denominar, nos diz Branco (2013, p. 235) ao analisar o discurso da CPLP *sobre* língua portuguesa,

“representa um dizer ideologicamente marcado, é um modo de construir discursivamente o referente, é uma forma de significar que se organiza na ordem do discurso”.

Produzimos, a partir do arquivo, cinco recortes discursivos nos quais encontramos esses diferentes modos de designar. Os (Rd32), (Rd34), (Rd35) constituem as textualidades do “Colóquio A internacionalização da língua portuguesa: concepções e ações”, realizado em Florianópolis-SC, Brasil, 2013. O (Rd32) foi recortado da circular 1; o (Rd34) constitui o resumo “Desafios para a promoção e internacionalização da língua portuguesa”, escrito por Ataliba Teixeira de Castilho, professor de filologia e língua portuguesa da USP; O (Rd35) também foi recortado de um resumo intitulado “Observatório de políticas linguísticas para o ensino-aprendizagem e para a formação de professores de português como língua estrangeira em contexto de internacionalização”, incluso no Caderno de Programação e Resumos eletrônico, escrito por Kleber Aparecido da Silva, da UNB.

O (Rd33) faz parte do resumo “Perspectivas sobre o ensino do português brasileiro nos Estados Unidos. Uma visão histórica e tendências da atualidade”, escrito por Ana Clotilde Thomé-Williams, da Northwestern University, encontrado no Caderno de resumos e currículos eletrônicos do “Colóquio Internacional A Língua Portuguesa nas Diásporas” Praia, Cabo Verde, 2011. O (Rd36) constitui o resumo, escrito por Manuel Fonseca de Sam Bento Ribeiro, linguista computacional no Centro Microsoft para o Desenvolvimento da Linguagem, intitulado “Desenvolvimento de novas tecnologias em português”, do caderno de resumos e currículos do “Colóquio Internacional A língua Portuguesa na Internet e no mundo Digital” Guaramiranga, Brasil, 2012. Vejamos os recortes discursivos:

(Rd32) O reposicionamento dos países da CPLP (Comunidade dos Países de Língua Portuguesa) no mundo tem levado a uma valorização rápida da **língua portuguesa** e a novas demandas pela sua internacionalização. Trata-se do momento ideal para se fazer uma reflexão mais elaborada sobre as políticas públicas voltadas para a divulgação do **português**. (CIRCULAR, 2013, p. 1).

(Rd33) Nesta apresentação, eu enfoco aspectos históricos do ensino do **português brasileiro** nos Estados Unidos, e novas tendências curriculares em função de um crescente interesse pelo Brasil. Implicações desse interesse têm ocorrido no oferecimento e re-estruturação de cursos **de língua portuguesa**, bem como em projetos interdisciplinares. (THOMÉ-WILLIAMS, 2011, p. 4).

(Rd34) O **português europeu** é um problema do Instituto Camões. O **português africano** é, sobretudo, um problema de Angola e Moçambique. O **português brasileiro** é um problema do Brasil, cuja política linguística poderia ser definida de um dos seguintes modos: ou fortalecendo o escritório brasileiro do IILP, ou criando um órgão próprio, com sede em Brasília. (CASTILHO, 2013, p. 12).

(Rd35) Esta apresentação visa apresentar e discutir o conceito de geopolítica, que diz respeito ao alcance, sobretudo político, econômico e ideológico do **português do Brasil**. [...] Também se abordam os desafios do poder da **língua portuguesa** tanto no Oriente quanto no Ocidente, em meio à herança da colonização e ao papel do **português** na sociedade glocalizada/globalizada em que estamos inseridos/imbricados. (SILVA, 2013, p. 8).

(Rd36) A fundação do Centro Microsoft para o Desenvolvimento da Linguagem (MLDC – *Microsoft Language Development Center*) em Lisboa reflete a importância dada pela Microsoft à relevância da Língua Portuguesa nas novas tecnologias e no panorama tecnológico internacional. Ativo desde Novembro de 2005, o MLDC tem contribuído para o desenvolvimento, promoção e enriquecimento de novas tecnologias em várias **variantes da Língua Portuguesa**. Ao longo dos últimos anos, o MLDC esteve envolvido no desenvolvimento de Sistemas de Síntese de Fala para **Português Europeu** (*Microsoft Héliá*) e **Português do Brasil** (*Microsoft Heloísa*), incluídos no *Microsoft Exchange* e atualmente disponíveis *online* com a *Microsoft Speech API*. Além de módulos de síntese de fala, o MLDC gerou regras de Normalização de Texto, aplicáveis ao desenvolvimento de tecnologias de fala e informação, assim como modelos de língua e gramáticas para sistemas de Reconhecimento de Fala. (BENTO RIBEIRO, 2012, p. 7)

Nestes recortes discursivos, formulam-se, portanto, as seguintes designações para língua:

- (a) Língua Portuguesa
- (b) Português
- (c) Português Europeu
- (d) Português do Brasil
- (e) Português Brasileiro
- (f) Português Africano

Nos cinco recortes discursivos, temos formulados seis modos de designar língua. Em (a) Língua Portuguesa e (b) Português, compreendemos sentidos que se filiam à discursividade que produz a unidade imaginária da língua portuguesa “comum” entre os países da CPLP, nos quais há a constituição de “variantes” (Rd36) desta língua. As designações “Língua Portuguesa” e “Português” silenciam outros modos de designar a língua que se inscrevem em diferentes filiações de sentidos, significando-a, assim, como una, universal. As designações “apaga[m] necessariamente outros sentidos possíveis, o que mostra que o dizer e o silenciamento são inseparáveis” (ORLANDI, 2007c, p. 74).

O silêncio constitutivo, determinado pelo caráter fundador do silêncio, pertence à própria ordem de produção do sentido, representando a política do silêncio como “um efeito de discurso que instala o antiimplícito: se diz ‘x’ para não (deixar) dizer ‘y’, este sendo o sentido a se descartar do dito” (Ibidem, p. 73). Com isso, apagam-se os sentidos a serem evitados, aqueles que poderiam, afirma a autora, instalar o trabalho significativo de uma outra formação discursiva.

As denominações “Língua Portuguesa” e “Português” inscrevem sentidos conformados pelo imaginário da mundialização/globalização. Em relação às denominações em (c), (d), (e), (f), há em funcionamento os determinantes “Europeu”, “do Brasil”, “Brasileiro” e “Africano”. Como propõe Orlandi (2013), a determinação se constitui na base do efeito de estabilidade do referente, na ilusão referencial “a que nos faz crer na objetividade da linguagem” (Idem, 2009a, p. 342). A autora afirma que é sobre o mecanismo da determinação que se assenta o efeito de evidência, de literalidade, de unicidade produzido pela ideologia.

Consideramos importante, também, para compreendermos a determinação, a reflexão que Henry (1990) propõe ao analisar o funcionamento das construções relativas nas gramáticas clássicas. As gramáticas descrevem o funcionamento das relativas classificando-as em relativas restritivas e relativas explicativas. Essa categorização não é uma simples classificação, segundo o autor, mas duas concepções antagônicas da determinação.

Conforme o autor, o que distinguiria as duas relativas, conforme formuladas nas gramáticas, seria que a restritiva especifica uma particularidade do antecedente, o qual estaria em questão no enunciado, uma particularidade que tornaria possível a sua identificação prática no mundo das coisas ou do pensamento. A restritiva interviria, como “outras formas de determinação, na função designativa ou referencial”, contribuindo na constituição do objeto do discurso (Ibidem, p. 43). Já a relativa explicativa enunciaria uma particularidade do que está em questão no discurso, “mas supõe-se que esta particularidade não intervém na identificação prática do que está em questão no discurso”, de modo que esta identificação, na prática, se daria a partir de substantivo ou grupo nominal denominado antecedente (Ibidem, p. 43).

Em um dos casos, a identificação prática do objeto do discurso depende de correlacionar as unidades na cadeia discursiva, de modo que “o determinante é o antecedente de que a relativa particulariza a designação” (Ibidem, p. 44). Em outro caso, a identificação prática é independente da correlação das unidades na cadeia, e o determinado considerado “a relativa e o determinante é o antecedente que especifica a designação da relativa” (Ibidem, p. 44).

O autor compreende que a concepção da determinação está ligada ao duplo problema da definição das categorias e da categorização das unidades, de modo que a determinação é definida

“quer como relação gramatical ligando no encadeamento categorias como Substantivo e Adjetivo, quer enquanto substância” (Ibidem, p. 47). A partir desta análise, o autor propõe, na perspectiva discursiva, desenvolver uma concepção da determinação que se “constrói pondo em jogo tanto fatores semânticos quanto fatores sintáticos” (Ibidem, p. 58), sendo os fatores sintáticos “os efeitos de sentido da sintaxe à medida que ela é uma das manifestações do que se pode chamar de autonomia relativa da língua” (Ibidem, p. 58). O autor considera que todo o discurso “concreto”, ou seja, toda sequência discursiva, é duplamente determinada pelas formações ideológicas e pela autonomia relativa da língua.

A partir dessa análise de Henry (Ibidem), analisamos as denominações em (c), (d), (e) e (f), na qual o nome “Português” (b) é saturado pelos determinantes “Europeu”, “do Brasil”, “Brasileiro” e “Africano”. Face aos sentidos produzidos pelo imaginário da mundialização/globalização sobre língua, esses determinantes constituem efeitos de sentido de territorialidade para língua, de modo que a língua tem sua referência pelas denominações “português” e “portuguesa” à língua “comum” e as saturações conformam sentidos de pertencimento desta língua a uma territorialidade.

Orlandi (1997), ao analisar o papel fundamental da posição-autor de gramática no final do século XIX, compreende o deslocamento que acontece no enunciado “A língua portuguesa **do** Brasil/Língua Portuguesa **no** Brasil”. As primeiras gramáticas, feitas até o início do século XIX, por gramáticos portugueses, tinham referência à língua portuguesa do colonizador e não à língua do Brasil. Foi no século XIX que se iniciou a institucionalização da língua do Brasil por meio de gramáticas feitas por gramáticos brasileiros sobre a língua brasileira. A língua portuguesa, nesse sentido, não era mais a Língua Portuguesa de Portugal, mas a Língua Portuguesa do Brasil.

Nesta primeira fase, fazia sentido o enunciado “Língua Portuguesa do Brasil”, constituindo a “identidade lingüística, a identidade nacional, a identidade do cidadão na sociedade brasileira [que] traz entre os componentes de sua formação a constituição (autoria) de gramáticas brasileiras no século XIX” (Ibidem). Como analisa a autora, com a língua institucionalizada e com suas garantias dadas pelo Estado, o enunciado “Língua Portuguesa no Brasil” especifica apenas a localização de uma história particular.

Nos recorte discursivos desta pesquisa, não há a formulação da determinação pelo sintagma “no Brasil”, mas há em funcionamento os determinantes “do Brasil”, “Brasileiro”, “Europeu” e “Africano”. Silva Sobrinho (2011), em sua tese sobre o funcionamento discursivo do Museu da Língua Portuguesa, analisa que, no Museu, também não há a determinação pelo sintagma “no Brasil” e sim “do Brasil” e “brasileiro”. O autor questiona como compreender a afirmação da pertinência da língua Portuguesa ao Brasil no momento em que o Estado brasileiro e sua língua já

estão institucionalizados, não se pondo mais em questão se o Estado brasileiro tem uma língua historicizada, própria.

Silva Sobrinho (2011) compreende que já não é mais necessário afirmar a pertinência da língua portuguesa ao Brasil. Podemos depreender que “o sintagma ‘do Brasil’, na designação ‘Língua Portuguesa do Brasil’, não significa hoje o que significou para nossos gramáticos no final do século XIX. Ele perdeu o sentido de luta pela língua” (Ibidem, p. 87). Para o autor, não se trata de discursivização do que é específico, o que singulariza e produz mudança linguística, mas apenas uma localização geográfica da língua.

Considerando essa afirmação em relação a esta pesquisa, compreendemos que as determinações ou saturações recortadas dos eventos internacionais sobre língua portuguesa constituem-se como um modo de resistência aos sentidos produzidos pelo imaginário da mundialização/globalização. Como analisamos nos capítulos I e II, este imaginário produz efeito de apagamento das fronteiras, de unidade imaginária da língua e do planeta, de universalismo. Concordamos com Orlandi (2013a p. 109) que a mundialização/globalização reduz o universal a seu aspecto pragmático que desconsidera “a historicidade e a materialidade dos fatos simbólicos, apagando o político como tal”.

As determinações “Brasileiro”, “do Brasil” “Europeu” “Africano” inscrevem um modo de resistir à universalização, estabelecendo/constituindo fronteiras “europeias”, “africanas” e “brasileiras” de pertencimento da língua. Como compreende Pêcheux ([1975] 2009), “não há dominação sem resistência” (Ibidem, p. 281). Frente ao discurso dominante da mundialização sujeitos e sentidos resistem (ORLANDI, 2012d). A contradição é constitutiva da resistência que se formula nos recortes analisados, não se desloca da posição discursiva segundo a qual a língua é “portuguesa”.

Com Pêcheux e Gadet (2012a, p. 96), entendemos que considerar a ideologia do ponto de vista das “relações de produção” implica, também, em considerá-la em relação à resistência à reprodução, isto é “da perspectiva de uma multiplicidade de resistências e revoltas heterogêneas que se entocam na ideologia dominante, ameaçando-a constantemente” (Ibidem, p. 96). Isso implica, afirma o autor, considerar as ideologias dominadas como uma série de efeitos ideológicos, os quais “emergem da dominação e que trabalham contra ela por meio das lacunas e das falhas no seio dessa própria dominação” (Ibidem, p. 97).

Os sentidos inscritos nas denominações (c) Português Europeu, (d) Português do Brasil, (e) Português Brasileiro, (f) Português Africano constituem-se na relação entre dominação e resistência. Os sentidos conformados pela denominação “português” inscrevem-se na memória da

mundialização/globalização que produz um imaginário de unidade da língua. Ao mesmo tempo, os determinantes “do Brasil”, “brasileiro”, “europeu” e “Africano” funcionam como um modo de resistir aos sentidos constitutivos deste imaginário da mundialização/globalização, um modo de construir fronteiras pelo nome da língua.

Sériot (2001) faz uma importante reflexão sobre a construção de fronteiras identitárias, sociais e políticas por meio da construção discursiva dos nomes do povo, da língua, na Europa do Leste. O autor analisa que as nações, as fronteiras e os limites não são objetos naturais, “uma nação é uma categoria que existe antes de tudo no nome que uma comunidade se dá a ela própria” (Ibidem, p. 16), de modo que o autor considera que há relação entre o nome da língua e da nação. Afirma que “discutir o nome de uma língua é o mesmo que discutir o nome de uma nação” (Ibidem, p. 17).

O autor compreende que “é o nome que faz a fronteira” (Ibidem, p. 17), que agrupa ou separa, por isso afirma que nem todas as palavras são aceitas para designar comunidades. Portanto, o “nome é um objeto simbólico que dá existência a um grupo, cria uma descontinuidade numa continuidade” (Ibidem, p. 17).

Nessa perspectiva formulada pelo autor, nos é importante considerar que as determinações “do Brasil”, “Brasileiro”, “Europeu” e “Africano”, produzem efeitos de sentidos de fronteiras para língua portuguesa, desestabilizando a evidência da “comunidade transnacional” constituída pelo imaginário da mundialização/globalização. As determinações funcionam como um modo de produzir fronteiras, constituindo limites, pelo nome.

Ao mesmo tempo em que se constituem como um modo de resistir aos sentidos produzidos pelo imaginário da mundialização/globalização, constituindo fronteiras pelo nome da língua, a determinação “Africano” produz efeito de homogeneidade e unidade da língua portuguesa nas diferentes nações africanas. O português é significado como o mesmo em todo o espaço africano, produzindo apagamento das diferenças que constituem a língua portuguesa em Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, São Tomé e Príncipe e Timor-Leste. Podemos compreender que, ao mesmo tempo em que a determinação “Africano” funciona produzindo fronteiras, em resistência ao imaginário da unificação planetária, inscreve sentidos desse imaginário da mundialização/globalização, apagando as fronteiras entre os países do continente Africano e entre as diferentes línguas.

Sentidos de unidade linguística inscrevem-se, também, em outro recorte discursivo. Recortamos outras duas designações que constituem o (Rd37), retirado do resumo “Lusofonia ao sul: imigração e experiências culturais”, escrito por Adrià Cateros, professor de língua portuguesa

na Universidad Nacional de Rosario e na Universidad Nacional de Entre Rios, Argentina. Este resumo faz parte do Caderno de Currículos e Resumos eletrônico do “Colóquio Internacional A Língua Portuguesa nas Diásporas”, Praia, Cabo Verde, 2011:

(Rd37) Para tanto, em primeiro lugar exploraremos o processo imigratório que levou para a Argentina diferentes povos de **fala portuguesa**, como **os portugueses, os caboverdianos e os brasileiros**, tentando identificar as causas do esquecimento desses fluxos imigratórios e a sua contribuição à formação da sua população atual; e em segundo lugar, analisaremos as práticas culturais que, ao longo do século XX permitiram que a **língua e a cultura do Brasil**, de diferentes maneiras segundo os diferentes momentos históricos, tivessem uma forte presença em diferentes âmbitos da sociedade nacional. (CANTEROS, 2011, p. 4)

Do recorte discursivo, retiramos as seguintes designações:

- (g) fala portuguesa
- (h) língua do Brasil

Em (g) pelo modo como “fala” é determinada como “portuguesa”, compreendermos que esta língua portuguesa falada por “portugueses”, “brasileiros” e “cabo-vedianos” (Rd37) é significada como uma, igual, filiando sentidos de unidade da língua portuguesa, apagando a diversidade da língua. Consideramos a língua “um corpo simbólico-político que faz parte das relações entre sujeitos na sua vida social e histórica” (ORLANDI, 2007a, p. 8). Desse modo, a “fala portuguesa” de portugueses, brasileiros e cabo-verdianos não tem como ser homogênea, a unidade é imaginária, efeito do funcionamento ideológico.

Com relação à denominação (h) Língua do Brasil, consideramo-la sujeita ao equívoco. Concordamos com Pêcheux e Gadet ([1981] 2010) que o equívoco é “o ponto em que a língua atinge a história” (Ibidem, p. 64). O equívoco, afirma Orlandi (2012c), é estruturante e nos remete ao modo de funcionamento da ideologia, pelo qual podemos trabalhar a interpretação como exposição do sujeito à historicidade em sua relação com o simbólico.

Nesse viés, entendemos que o nome da língua “recobre uma multiplicidade de instâncias em que seu poder e o modo de sua prática se inscrevem de formas diferentes na sociedade e na história (em) que elas (se) constituem” (Idem, 2007a, p. 8). Esta designação “Língua do Brasil”, que apaga que no Brasil se fala mais de uma língua, pode tanto estar referenciando a língua portuguesa, como também a língua brasileira. A língua brasileira constitui-se, conforme Orlandi (2009a) pelo processo

de descolonização linguística, em que o lugar de significação da língua passa a ser o Brasil e não mais Portugal.

No processo de descolonização linguística, “há um giro no regime de universalidade da língua portuguesa que passa a ter referência no Brasil” (Ibidem, p. 213). Nos sentidos constitutivos do imaginário da mundialização/globalização, arriscamos a afirmar que a universalidade da língua portuguesa tem como referência uma língua portuguesa imaginária “comum”, constituída por oito variantes.

Para compreendermos melhor o funcionamento do equívoco na designação em (h), retornamos ao recorte discursivo (Rd37):

(Rd37’) em primeiro lugar exploraremos o processo migratório que levou para a Argentina diferentes povos de **fala portuguesa, como os portugueses, os caboverdianos e os brasileiros** (CANTEROS, 2011, p. 4).

Compreendemos no (Rd37’) uma discursividade segundo a qual “Língua do Brasil” significa a língua portuguesa imaginária “comum” aos portugueses, caboverdianos e brasileiros, silenciando os sentidos constituídos pelo imaginário da descolonização linguística. O determinante “do Brasil” funciona conformando sentidos que resistem ao imaginário da mundialização/globalização, como analisamos nos determinantes em (c), (d), (e) e (f).

A partir dos sentidos conformados nas diferentes designações e determinações analisadas compreendemos que a diversidade da língua portuguesa, historicizada em Angola, Brasil, Portugal, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, São Tomé e Príncipe e Timor-Leste inscreve-se na discursividade dos eventos internacionais sobre língua portuguesa em forma de resistência ao imaginário da mundialização/globalização.

Compreendemos que a unidade e a diversidade são questões que devem ser tratadas de modo inseparável. Podemos pensar, conforme Orlandi (2013a), a língua portuguesa no Brasil em sua unidade, como língua nacional e oficial do Estado, sustentada pelos instrumentos linguísticos, e sua diversidade concreta que considera a coexistência de línguas indígenas, de imigrantes, etc. Pensando nos países da CPLP, cada um tem suas línguas, com sua unidade e diversidade linguística.

Nas textualizações dos eventos internacionais, os sentidos de unidade, homogeneidade da língua portuguesa constituem-se como sentidos dominantes, o que não significa que o imaginário da diversidade linguística deixe de produzir sentidos. Frente à dominação, há sempre resistência, sentidos que deslizam pelo equívoco, pela falha da língua na história.

4.2 CONTRADIÇÃO CONSTITUTIVA DOS EVENTOS: ENTRE O NACIONAL E O MUNDIAL-GLOBAL, ENTRE A COLONIZAÇÃO E A DESCOLONIZAÇÃO LINGUÍSTICA

Entendemos, como afirma Pêcheux ([1975] 2009, p. 134, grifos do autor), que a contradição não pode “ser pensada como a oposição de duas forças que se exercem uma contra a outra *em um mesmo espaço*”. A contradição é o funcionamento do diferente no mesmo, a tensão entre os processos parafrásticos e polissêmicos, constitutivos do funcionamento da língua (ORLANDI, 2012b).

A paráfrase é o que funciona na ordem da estabilização, do mesmo, e a polissemia é o diferente, o deslocamento, a ruptura, jogando com o equívoco. Entendemos que o equívoco “irrompe como um lugar de resistência que é inerente à língua e à sua constituição e compatível com a natureza instável, heterogênea e contraditória de um sistema não-fechado” (FERREIRA, 1994, p. 2). A autora afirma que a relação com o equívoco afeta toda a língua, que é passível de jogo, ou seja, de deslocamentos, transgressões e rearranjos. Dito de outro modo “todo enunciado é intrinsecamente suscetível de tornar-se outro, diferente de si mesmo, se deslocar discursivamente de seu sentido para derivar para um outro” (PÊCHEUX, [1969] 2010a, p. 53).

No material de análise dessa pesquisa, ao mesmo tempo em que sentidos se inscrevem no imaginário da mundialização/globalização se inscrevem, também, no imaginário do nacionalismo, como na imagem que constitui uma das textualidades do evento “Colóquio Internacional A Língua Portuguesa nas Organizações Internacionais”:

(Rd38):

Imagem 6: Colóquio Internacional A Língua Portuguesa nas Organizações Internacionais.



Fonte: Instituto Internacional da Língua Portuguesa.

Pela inscrição das discursividades analisadas, no terceiro capítulo, o mapa mundi produz o efeito de unificação planetária, significando a língua como universalizada. No (Rd38), imagem do/no mapa mundi, ao mesmo tempo em que temos a localização espacial dos Estados que são membros da CPLP, temos as imagens das bandeiras desses Estados. As bandeiras nacionais, representando os países, inscritas na mesma imagem em que há o desenho do mapa mundi, funcionam na desestabilização do sentido universalizante para língua portuguesa, circunscrevendo-a espacialmente nas fronteiras desses países, significando-a como língua de Estado, de nação. As bandeiras, signos nacionais, produzem e inscrevem os sentidos no imaginário do nacionalismo.

O Estado constitui fronteiras, delimita um espaço geográfico. Os Estados que participam da CPLP são representados, na discursividade que se inscreve na imagem do evento (Rd38), pelas bandeiras nacionais e identificados no mapa mundi pelos pontos em vermelhos, produzindo efeito de fronteiras territoriais e linguísticas. A língua é assim significada como língua de Estado, língua nacional.

Analisando a relação língua e Estado, Pêcheux e Gadet ([1981] 2010, p. 37) afirmam que a formação das línguas nacionais iniciou com as empresas de cristianização da igreja medieval e continuou com o colonialismo. Essa questão ganhou a forma de um projeto político, no momento em que houve a constituição dos Estados nacionais, por meio da alfabetização, aprendizagem e utilização dessa língua pelas instituições estatais.

Conforme os autores, para os sujeitos se tornarem cidadãos, deveriam se liberar de particularismos históricos, como seus costumes locais, suas concepções ancestrais, seus preconceitos e sua língua materna. Por meio da imposição da língua, o Estado organizava a sua própria ordem, de um lado, proclamava o ideal da igualdade diante da língua, como uma forma de liberdade dos cidadãos, por outro, organizava uma desigualdade real, reproduzida por uma divisão política no ensino da gramática. Desse modo,

A questão da língua é, portanto uma questão de Estado com uma política de invasão, de absorção e de anulação das diferenças, que supõe antes de tudo que estas últimas sejam reconhecidas: a alteridade constitui na sociedade burguesa um estado de natureza quase biológica, a ser transformada politicamente (Ibidem, p. 37).

Trazendo esta questão para o Brasil, para a constituição do Estado brasileiro e da língua nacional, Di Renzo (2005) analisa que a ideia de Língua Nacional está relacionada à ideia de Estado, de modo que seus limites e fronteiras, muito antes que territoriais, são linguístico-imaginários. Conforme a autora, “É constitutiva da noção de Estado a idéia de unidade, específica e

especialmente lingüística; justamente por isso se diz que fronteiras se dão no espaço do imaginário” (Ibidem, p. 25-26).

No Brasil, a autora argumenta que foi o sentimento nacional que impulsionou a luta pela independência, constituindo o Estado Brasileiro. É pelo próprio governo, o qual fazia da colônia brasileira a sede da monarquia, deu-se o início às bases da autonomia brasileira, da constituição da nação. No final do século XIX que a nação foi tida como único fundamento legítimo do Estado. Esse é o momento em que se tem o início dos movimentos contra colonizadores europeus, frente à ideia de obter um Estado livre e independente.

A língua nacional, com o Estado livre e independente, passa a ser muito importante tendo, pelo menos, duas funções na nação: “substituir/uniformizar a diversidade lingüística utilizada” e “encarnar a nação, de modo a assegurar uma comunicação horizontal e vertical no interior da nação, que sendo de caráter geográfico ou social, todos os cidadãos devem compreendê-la e utilizá-la de maneira bem sucedida” (DI RENZO, 2005, p. 42).

Nessa perspectiva, concordamos com Guimarães e Orlandi (1996), para quem língua e instrumentos lingüísticos, dicionários e gramáticas, são objetos históricos ligados à formação do país, da nação, do Estado. A noção de nação que se constitui a partir das revoluções do final do século XVIII possui como um ponto crucial de sua identidade a questão da língua nacional.

Orlandi (2013a) afirma que Língua, Ciência e Política estabelecem entre si relações importantes na constituição dos sujeitos e da forma da sociedade. O saber lingüístico se constitui como ciência, ao mesmo tempo em que a língua é afetada pela relação do sujeito com o Estado. Essa relação pode ser apreendida na formulação específica das políticas lingüísticas de invasões, exclusões, hierarquizações, interdições. As políticas lingüísticas são praticadas pelo ensino, pela participação em rituais da linguagem, pelos instrumentos lingüísticos, que dão à língua uma configuração singular.

Considerando essa relação histórica, portanto política, entre língua, Estado e nação é que analisamos a contradição na imagem do evento (Rd38). Os sentidos são conformados pelo imaginário da mundialização/globalização e, também, pelo imaginário do nacionalismo.

Compreendemos que as bandeiras circunscrevem a língua portuguesa espacialmente, produzindo fronteiras imaginárias de Estado e de língua, desestabilizando os sentidos universalizadores do imaginário da mundialização/globalização. Compreender como esses sentidos se constituem é considerar o funcionamento do político, a divisão dos sentidos, o dissenso. É, como assinala Pêcheux ([1982]1990), reconhecer “que não há ritual sem falha, desmaio ou rachadura” em que “um ritual chega a se quebrar no lapso ou no ato falho” (Ibidem, p. 17).

As bandeiras funcionam “quebrando” os sentidos do imaginário da mundialização/globalização de unificação planetária e linguística, unificação que separa o político e a ética, fazendo com que esta última constitua-se como universalista, afirma Guimarães (1997, p. 5). Constituindo-se como universalista, “ela é incapaz de produzir princípios que levem em conta as divisões sociais, suas diferenças e oposições”.

Da mesma forma que pudemos analisar processos discursivos contraditórios em que sentidos filiam-se ao imaginário da mundialização/globalização e do nacionalismo, produzimos outros recortes discursivos, pelos quais analisamos a equivocidade dos sentidos que se filiam, na mesma discursividade, ao imaginário da colonização e da descolonização linguística. É o que compreendemos no recorte retirado da textualização resumo “Novas territorialidades construídas em língua portuguesa no espaço de Macau”, que faz parte do caderno de resumos e currículos do “Colóquio Internacional A Língua Portuguesa nas Diásporas”, Praia, Cabo Verde, 2011. Este resumo foi escrito por Roberval Teixeira e Silva, professor Auxiliar e Pesquisador do Centro de Estudos Luso-Asiáticos do Departamento de Português da Universidade de Macau:

(Rd39) **A nossa apresentação aponta primeiramente para a discussão da Macau de hoje como um espaço ainda português e/ou ainda de língua portuguesa.** Perspektivaremos, então, o **português** em Macau como uma língua internacional e como uma língua franca que cria, entre as comunidades imigrantes de países de língua portuguesa, novas territorialidades simbólicas (Haesbaert, 2002, 2004). Para ilustrar, discutiremos o papel do governo da RAEM no processo de integração dessas comunidades, focando **a língua portuguesa enquanto herança linguístico-cultural herdada de Portugal e transformada em cada ex-colônia.** (SILVA, 2011, p. 10).

Compreendemos, por uma interpretação das formulações “o português em Macau” e “a língua portuguesa [...] herança linguístico-cultural herdada de Portugal” a filiação do dizer à memória da colonização linguística, memória que silencia que colonização produziu “uma clivagem – disjunção obrigada” – a qual afetou a materialidade da língua brasileira (ORLANDI, 2013, p. 28). Nessa filiação, a língua é significada como “herança” da colonização, uma língua, “o” português. A marca linguística “herança” inscreve sentidos na perspectiva teórica do biologismo, do evolucionismo, como já afirmamos (cap. II) com Kristeva (1969). Essa perspectiva desconsidera que a história é movimento, deslocamento.

No mesmo recorte discursivo, em que se significa a língua portuguesa como “herança”, filiando sentidos à memória da colonização linguística, compreendemos sentidos que se constituem pelo imaginário da descolonização linguística na formulação “transformada em cada ex-colônia”. A

inscrição desse enunciado na ideologia da descolonização produz efeitos de sentidos de que a língua do colonizador não é a mesma língua dos colonizados, ela transformou-se “em cada ex-colônia”.

Silva Sobrinho (2011), também, analisa que existe um espaço de equívoco no museu, em que há a constituição contraditória de diferentes posições-sujeitos: a posição-sujeito que funciona no imaginário da colonização linguística e outra no imaginário da descolonização. Os enunciados analisados significam a língua como aquela que “nasceu em Portugal” e é “falada por mais de 200 milhões de pessoas”, produzindo sentidos de universalidade desta língua. Contudo, há uma segunda parte do recorte discursivo em que se formula que a língua que foi transferida com a colonização para o Brasil mudou, conformando sentidos de descolonização linguística, afirma o autor.

Para Orlandi (2009b), a questão da língua brasileira, na perspectiva da descolonização, não é mais posta em relação à lusofonia enquanto um modo de homogeneização linguística. A descolonização linguística, com suas condições de produção, é um acontecimento linguístico, historicização da língua, esta que é “um sistema que adquire corporeidade, significado, isto é, materialidade, inscrevendo-se na história” (Idem, 2013, p. 55).

Com o processo de gramatização brasileira da língua no século XIX, se produziu um saber sobre a língua nacional do Brasil, por um gesto de apropriação legítima dessa língua, de modo que “o país, seu saber, seu sujeito político-social e suas instituições se individualizaram” (Ibidem, p. 218). Assim, a língua brasileira se difere da língua portuguesa em sua forma material, base dos processos discursivos diferenciados, que faz com que a língua não signifique da mesma maneira em português e em brasileiro. Isso acontece porque a gramatização em um país de colonização trabalha no eixo da universalização e do deslocamento.

A língua brasileira se universaliza e se institui, se torna unidade no Brasil e paralelamente tem seus usos variados começa a reconhecer-se em suas variedades. Como afirma Orlandi (2012c, p. 130) esse processo advém da relação “de uma língua imposta pelo colonizador e a história que vai expondo o brasileiro a essas diferentes ordens simbólicas sem, no entanto, deixar de representar a necessidade da unidade”, unidade ilusória, mas necessária.

Porém, ainda há sentidos da colonização que tentam silenciar a descolonização linguística, como compreendemos pela marca linguística “ainda”, conforme formula-se no enunciado “Macau de hoje como um espaço **ainda** português e/ou **ainda** de língua portuguesa”. A marca discursiva “ainda” funciona inscrevendo sentidos no imaginário da colonização linguística, afirmando que Macau é sim “ainda” um “espaço de Língua Portuguesa”, impondo uma língua, uma história portuguesa em um espaço que se constitui por muitas outras línguas e não somente pelo português que, da mesma forma que no Brasil, produziu deslocamentos.

A análise desse enunciado “Macau de hoje como um espaço **ainda** português e/ou **ainda** de língua portuguesa”, no (Rd39), reforça o que apresentamos no terceiro capítulo, baseando-nos em Água-Mel (2012). Impõe-se, em Macau, a permanência desta língua, vinda de Portugal, como língua oficial, sem ter a consolidação de uma política de língua que considere o sujeito, a fluência, a movência da língua, as condições de produção em que esta língua se constitui. Apaga-se, mais uma vez, o político, a divisão da língua, impondo uma homogeneização entre colonizador e colonizado.

O equívoco que constitui o recorte discursivo (Rd39) inscreve-se, também, em outras textualizações dos eventos, como neste outro recorte feito da palestra de abertura “Por uma língua portuguesa a caminho da afirmação mundial”, proferida por Antonio Correia e Silva, realizada na “II Conferência Internacional sobre a língua portuguesa no sistema mundial”, Lisboa, Portugal, 2013:

(Rd40) Em muitas sociedades, a língua portuguesa está ligada à memória, é preciso dizê-lo, da escravatura, do colonialismo, do etnocentrismo e do **desprezo por expressões culturais locais**. Não nos esqueçamos: a língua portuguesa foi a língua do patrão, do roceiro, do administrador do posto, do cobrador do imposto, do professor de uma escola que inferiorizava os meninos que tinham outras línguas maternas e estavam proibidas de as usar, ela estava ligada a tudo aquilo que se pode chamar, à falta de melhor, de “aparelhos ideológicos do Estado imperial/colonial”. Acontece, **porém**, que os **dominados apropriaram-se da língua de Fernão Mendes Pinto, fazendo-a sua, aclimatando-a a novas regiões, confrontando-a com outras línguas, moldando-a, umas vezes, crioulizando-as, outras**. Assim, a própria luta pela emancipação que se iniciou, quer no Brasil quer em África – é verdade que em temporalidades bem diversas –, com a afirmação das elites crioulas do império, **utilizou a língua portuguesa como via de reivindicação das diferenças e especificidades relativamente ao centro imperial**, processo que não constituiu senão a antecâmara da reivindicação da autonomia e depois da própria independência. [...] Com as independências, os estados nascentes queriam uma língua que permitisse a unidade nacional, que potencializasse a administração pública, que desse acesso à modernidade e facilitasse o desenvolvimento das relações internacionais com os novos estados. Assim, **adoptaram o português**. (CORREIA E SILVA, 2013, p. 6-7).

Analisamos no (Rd40) sentidos que se filiam aos processos discursivos da colonização e da descolonização linguística. As formulações “apropriaram-se da língua de Fernão Mendes Pinto” e “adoptaram o português” inscrevem a memória da colonização linguística. Essa memória da colonização linguística apaga os conflitos entre Brasil e Portugal, bem como o modo como a língua portuguesa foi imposta pelos colonizadores.

O Brasil não “adotou” e nem “apropriou-se” da língua portuguesa de Fernão Mendes Pinto. Como já mencionamos, a língua portuguesa foi imposta, no período de colonização, por meio do

Diretório dos Índios. Conforme Mariani (2004), o *Diretório dos Índios* foi um instrumento político e legislativo de dominação linguística instituído por Pombal, resultando na imposição geral do uso e do ensino da língua portuguesa.

A autora analisa que o *Diretório* encontra-se filiado a um imaginário histórico constituído “pela vontade de uma universalidade que relaciona língua, nação conquistadora e nação conquistada” (Ibidem, p. 147). A língua, nessa discursividade, significa o idioma de um povo conquistador e um elemento constitutivo da civilização europeia. Essa imposição da língua faz com que as diferenças linguísticas sejam significadas como “expressões culturais locais”, conforme analisado no recorte discursivo (Rd40).

Nesse sentido, compreendemos com Mariani (2004) que o *Diretório*, sem dúvida, conseguiu intervir na utilização da língua geral, deixar as outras línguas indígenas no esquecimento e institucionalizar a Língua Portuguesa. Contudo, o que ele não conseguiu, de fato, foi “abolir de modo radical o processo de historicização do português brasileiro, sobretudo no que diz respeito aos resíduos de oralidade” (Ibidem, p. 173).

Podemos depreender na discursividade no (Rd40) esses sentidos “não abolidos” que se inscrevem no imaginário da descolonização linguística, pelas marcas discursivas “aclimatando-a”, “confrontando-a com outras línguas”, “moldando-a”, “crioulizando-as”. A língua portuguesa, ao chegar ao Brasil, confrontou-se com outras línguas, como as indígenas, moldou-se conforme as condições de produção que aqui existia, tornou-se outra.

Podemos exemplificar esse funcionamento a partir do que Orlandi (2013) desenvolve como situação enunciativa I e situação enunciativa II. Quando os portugueses chegaram ao Brasil, nomearam o que aqui existia por meio da sua memória linguística, transportada de Portugal, fenômeno marcado como situação enunciativa I. Contudo, com o tempo, isso tomou outra forma e no Brasil começou a se nomear de forma diferente de Portugal. A memória linguística não era mais transportada, mas transferida, deslocada, produzindo efeitos metafóricos. A unidade se referia ao Brasil, a partir da sua unidade e variedades. O que temos, pois, é a situação enunciativa II.

Entendemos que a constituição da língua do/no Brasil passou por diferentes conflitos impostos pelo Estado. Ao mesmo tempo, constituiu resistência, memória que nos possibilita afirmar que falamos a língua brasileira. Essa língua é constituída pelas línguas indígenas, de imigrantes, do colonizador. É uma língua que flui, desliza, transforma-se ao passo que sujeitos e sentidos se constituem por ela. É pela diversidade linguística que nos constituímos e constituímos a língua brasileira.

Conforme nosso gesto de interpretação, das análises desenvolvidas a partir dos recortes discursivos (Rd39) e (Rd40), compreendemos com Silva Sobrinho (2008, p. 60) que “a nossa memória da língua produzida na história do conhecimento linguístico é heterogênea”. Entendemos a memória da língua enquanto “discurso sobre a(s) língua(s), discurso relativo a diferentes e divergentes imaginários de língua que determinam historicamente nossa relação com a(s) língua(s), com o Estado e com os outros falantes” (Ibidem, p. 53).

A nossa memória da língua é heterogênea, assinala o autor, não somente por ser constituída de contraditórios processos discursivos, referente aos diferentes modos de significar a unidade e a diversidade linguística, mas, também, pelo fato dos processos discursivos que a constituem manterem complexas relações entre si, relações complexas em que “um processo discursivo acaba se inscrevendo no modo mesmo como o outro se configura” (Ibidem, p. 53).

Sentidos conformados pelo imaginário da colonização (unidade) e da descolonização (diversidade) constituem sujeitos e sentidos nos eventos internacionais sobre língua portuguesa. Como afirma Orlandi (2009b), descolonização e colonização tem relação com o modo como se estruturam politicamente as sociedades em relação aos países, aos Estados, às tribos. Dito de outro modo, “tanto a colonização como a descolonização são fatos da relação entre a unidade e a diversidade concreta em um mesmo território. Relação da língua fluida e da língua imaginária” (ORLANDI, 2009b, p. 214).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Muitas são as maneiras pelas quais podemos inserir um ponto final a uma pesquisa, muitos são os gestos (ORLANDI, 2012) que podemos produzir e muitos foram os questionamentos que nos colocamos ao pensar em como finalizar a escrita deste trabalho, porque a escrita, como nos diz Rancière (1995a) é um ato político, um ato que não pode ser realizado sem significar. É um gesto de interpretação, gesto pelo qual sujeito e sentidos se constituem na e pela língua. Língua que consideramos dividida, constituída pela unidade e pela diversidade, pelo que é normatizado e pelo que é instável, pelo o que desliza e permite o seu movimento, a sua fluidez. E, assim, observamos o funcionamento do político, ou seja, a divisão dos sentidos.

Subsumindo este modo de reflexão sobre a língua, sobre o político, que se inscreve na perspectiva teórico-metodológica da Análise de Discurso, fundada nos trabalhos de Michel Pêcheux e Eni Orlandi, entre outros, articulada à História das Ideias Linguísticas, compreendemos o funcionamento discursivo de eventos internacionais sobre língua portuguesa, organizados e promovidos pelo Instituto Internacional da Língua Portuguesa – IILP, a partir das textualizações das páginas eletrônicas desses eventos. Para tanto, retomamos as duas questões norteadoras da pesquisa: (i) que política(s) de línguas constitui(em) sentidos sobre língua portuguesa nos eventos internacionais? (ii) que filiações de sentidos conformam a relação entre a unidade e a diversidade da língua portuguesa nos eventos analisados?

A partir dessas questões, construímos o arquivo da pesquisa, composto por documentos disponíveis na *web*, mais especificamente, nas páginas eletrônicas dos eventos internacionais sobre língua portuguesa, sendo um arquivo digital. Dessa forma, analisamos o funcionamento discursivo dos eventos internacionais a partir do que está arquivado nas páginas eletrônicas desses eventos.

Os eventos internacionais sobre língua portuguesa constituem-se, assim, como parte de um arquivo, memória institucionalizada, arquivada, de discursos sobre língua(s). Mais especificamente constituem-se como parte de um “grande arquivo da *web*”, que, conforme Romão, Leandro-Ferreira e Dela-Silva (2011), se mantém sob o imaginário da completude e da impossibilidade de delimitar e quantificar esses arquivos que constituem a *web*.

Embora não possamos delimitar e quantificar os arquivos que estão na *web*, interpretamos que a instituição responsável pelas páginas eletrônicas dos eventos que analisamos produz um recorte, delimita o arquivo que constitui essas páginas. Entendemos esse funcionamento quando temos determinadas textualizações constituindo as páginas eletrônicas desses eventos, bem como determinados *links* que nos levam a determinadas páginas eletrônicas e não a outras, selecionando-

se o que pode ou deve ser dito, arquivado sobre língua portuguesa, produzindo a ilusão de tudo reunir.

Compreendemos, também, que os eventos internacionais sobre língua portuguesa funcionam como instrumentos linguísticos que constituem, formulam e circulam determinados sentidos sobre língua portuguesa. Eles funcionam como uma tecnologia da(s) língua(s), não se constituindo como um processo de gramatização, com o objetivo de descrever a língua, como apresenta Aurox ([1992] 2009). Os eventos científicos, por meio do arquivo que constituem, estabilizam uma memória à língua, instituem um imaginário, configurando-se como instrumentos linguísticos.

Subsumindo esta reflexão sobre os eventos internacionais sobre língua portuguesa, os quais funcionam como parte de um arquivo sobre língua e como instrumentos linguísticos, compreendemos que os eventos internacionais analisados institucionalizam uma política de línguas que visa à universalização, difusão, projeção mundial de “uma” língua portuguesa imaginária e homogênea. A língua é significada em sua unidade, como uma única língua que constitui sujeitos e sentidos nos países da CPLP e no mundo. A evidência da “unificação planetária” é produzida pelas filiações de sentidos aos imaginários da mundialização/globalização e por sentidos da lusofonia que se inscrevem, também, no imaginário dominante da mundialização/globalização.

O imaginário mundialização/globalização funciona produzindo efeitos de sentidos de “unificação planetária”, de consenso entre Estados e Língua(s), por meio de instituições, organizações, como IILP e CPLP. Como afirma Branco (2013), apagam-se as outras línguas, impõe-se a ideia de uma única língua portuguesa comum e naturalizam-se as relações sociais, como se, nos Estados-membros da CPLP, elas funcionassem sem disputa de poder ou litígio interno.

A língua tomada como referência, como “uma” língua portuguesa constitui-se pela língua do colonizador, inscrevendo sentidos no imaginário lusófono, retomando sentidos do discurso fundador. Este imaginário significa língua portuguesa como uma mesma língua que permanece igual a língua do colonizador. As línguas dos outros Estados-membros da CPLP são significadas como variações de uma mesma língua portuguesa.

Contudo, essas filiações que produzem efeitos de sentidos unidade “da” língua portuguesa não se inscrevem sem equívocos, sem contradições, sem resistência. Analisar a ordem da língua, a língua com a sua exterioridade, passível de jogo, é compreender a inscrição do político em funcionamento, a divisão da(s) língua(s). A diversidade da língua, lugar político, produz efeitos que desestabilizam as discursividades da mundialização/globalização e da lusofonia.

Sentidos da descolonização linguística resistem, produzindo brechas que permitem deslocamentos e observação da diferença, de que não há como existir “uma língua comum”. A

diversidade linguística desestabiliza a “aparente unificação planetária” de que somos “todos” ligados por um “vínculo” linguístico “comum” e por uma comunidade, “CPLP”.

REFERÊNCIAS

- ÁGUA-MEL, C. Um Macau “Imaginado” em Língua Portuguesa. In: *Fragmentum*, n. 35, parte I. Laboratório Corpus: UFSM, out./dez. 2012.
- ALTHUSSER, L. **Aparelhos Ideológicos de Estado**. Rio de Janeiro, RJ: Editora Graal, 1985.
- ANDERSON, B. **Comunidades Imaginadas**: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.
- AUROUX, Sylvain. **A revolução tecnológica da gramatização**. Tradução: Eni P. Orlandi. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2009.
- BRANCO, L. K. C. **A língua em além-mar**: sentidos à deriva: o discurso da CPLP sobre a língua portuguesa. Tese de Doutorado. Universidade Estadual de Campinas. Campinas, SP, 2013.
- BRANCO, L. K. A. C. B. Sentidos em disputa: o nome "lusofonia" e Os nomes das línguas nos países da CPLP. In: **Seminário de estudos em Análise do Discurso: O acontecimento do discurso: filiações e rupturas**, 5, 2011, Porto Alegre. Anais eletrônicos Porto Alegre: UFRGS, 2011. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/analisedodiscurso/anaisdosead/5SEAD/POSTERES/LuizaKatiaAndradeCastell%20Branco.pdf>>. Acesso em: 14 mai. 2014.
- CASTELLS, M. **A Sociedade em Rede**: do conhecimento à política. In: CASTELLS, M; CARDOSO, G. A Sociedade em rede: do conhecimento à acção política. Imprensa nacional da Casa-Moeda, 2006.
- _____. **O poder da identidade**: a era da informação: economia, sociedade e cultura. vol. 2. 7 ed. São Paulo: Paz e Terra, 2010.
- _____. **A Sociedade em rede**: a era da informação: economia, sociedade e cultura. vol. 1, 6 ed. São Paulo: Paz e Terra, 2011.
- DIAS, C. **Arquivos digitais**: da des-ordem narrativa à rede de sentidos. In: GUIMARÃES, E.; BRUM-DE-PAULA, M. R. (org.) Sentido e Memória. Campinas, SP: Pontes, 2005.
- DIAS, L. F. O nome da língua no Brasil: uma questão polêmica. In: Orlandi, E. P. (org.) **História das Ideias Linguísticas**: construção do saber metalinguístico e constituição da língua nacional. Campinas: Pontes; Cáceres: UNEMAT Editora, 2001. P. 185-198.
- DI RENZO, A. M. **A Constituição do Estado brasileiro e a imposição do português como língua nacional**: uma história em Mato Grosso / Campinas, SP : [s.n.], 2005. Tese – Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Estudos da Linguagem. Campinas, SP, 2005.
- FERREIRA, Maria Cristina Leandro. **A resistência da língua nos limites da sintaxe e do discurso**: da ambigüidade ao equívoco. 1994. Unicamp: Campinas, SP: [s.n], 1994. Tese– Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Estudos da Linguagem. Campinas, SP, 1994.

FUCHS, C.; PÊCHEUX, M. A propósito da análise automática do discurso: atualização e perspectiva In: GADET, F.; HAK, T. **Por uma análise automática do discurso**. Tradução: Pérciles Cunha. 4 ed. Campinas, SP: Editora Unicamp, 2010.

GADET, F.; PÊCHEUX, M. **A língua inatingível**: o discurso na história da linguística. 2 ed. Tradução: Bethânia Mariani e Maria E. C. de Mello. Campinas, SP: Editora RG, 2010.

_____. Há uma via para a linguística fora do logicismo e do sociologismo? In: **Análise de Discurso Michel Pêcheux**. Textos escolhidos por: Eni Puccinelli Orlandi, Tradução: Eni. P. Orlandi. 2 ed. Campinas, SP: Pontes, 2012b.

_____. A língua inatingível. In: ORLANDI, E. (org.). **Análise de Discurso: Michel Pêcheux**. Textos escolhidos por: Eni Puccinelli Orlandi. Tradução: Sérgio A. F. de Souza. 3 ed. Campinas, SP: Pontes, 2012a.

GARCÍA- CANCLINI, N. **A globalização Imaginada**. São Paulo, SP: Iluminuras, 2007.

GUILHAMOU, J.; MALDIDIER, D. Efeitos do arquivo. A análise do discurso no lado da história. In: ORLANDI, E. (org.). **Gestos de Leitura**. Tradução: Suzy Lagazzi e José H. Nunes. 3 ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2010.

GUIMARÃES, E. Política de Línguas na América Latina. In: **Congresso sobre Política Linguística na América Latina**, Universidade Federal de Buenos Aires, Argentina, 1997.

Disponível em: <

http://www.iel.unicamp.br/cefiel/alfaletras/biblioteca_professor/arquivos/42Politica%20de%20Linguas%20na%20America%20Latina.pdf >. Acesso em: 30 jul. 2014.

_____. **O Acontecimento para a grande mídia e a divulgação científica**. In: GUIMARÃES, E. (org.). Produção e Circulação do conhecimento. Vol I, Campinas, SP: Pontes, 2001.

_____. **História da Semântica**. Campinas, SP: Pontes, 2004.

_____. **Semântica do Acontecimento**. 2 ed. Campinas, SP: Pontes, 2005.

_____. Política de Línguas na Linguística brasileira. In: Orlandi, E. (org.). **Política Linguística no Brasil**. Campinas, SP: Pontes, 2007.

GUIMARÃES, E.; ORLANDI, E. Identidade Linguística. In: GUIMARÃES, E.; ORLANDI, E. P. **Língua e Cidadania**: o português no Brasil. Campinas, SP: Pontes, 1996.

_____. Formação de um espaço de Produção Linguística: A gramática no Brasil. In: ORLANDI, E. (org.). **História das Ideias Linguísticas**: Construção do Saber Metalinguístico e Constituição da Língua Nacional. Campinas SP: Pontes; Cáceres, MT: Unemat Editora, 2001.p. 21-38.

HARDT, M.; NEGRI, A. **Império**. 5 ed. Rio de Janeiro: Editora Record, 2003.

HENRY, P. Construções relativas e articulações discursivas. In. **Caderno de Estudos Linguísticos**. Campinas, n. 19, p. 43-64, jul-dez, 1990.

_____. **A história não existe?** In: ORLANDI, E. Gestos de Leitura. 3 ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2010.

INDURSKY, Freda. **A fala dos quartéis e as outras vozes: uma análise do discurso presidencial da terceira república brasileira (1964-1984).** Tese (Doutorado em Ciências) – Universidade Estadual de Campinas. Campinas, SP, 1992.

KRISTEVA, Julia. **História da Linguagem.** Tradução de Maria Margarida Barahona. Lisboa (Portugal): Edições 70, 1969.

MARIANI, B. Políticas de Colonização Linguística. In: **Letras** [online], n. 27, UFSM, jul./dez. 2003.

_____. **Colonização Linguística: Línguas, política e religião no Brasil (séculos XVI a XVIII) e nos Estados Unidos (século XVIII).** Campinas, SP: Pontes, 2004.

_____. Quando as línguas eram corpos – Sobre a colonização linguística portuguesa na África e no Brasil. In: ORLANDI, E. (org.). **Política linguística no Brasil.** Campinas, SP: Pontes, 2007.

_____. Arquivo e língua nacional: percursos de pesquisa. In: TEDESCO, M. T.; MEDEIROS, V. G. (org.). **Travessias nos estudos de língua portuguesa: homenagem a Evanildo Bechara e Olmar Guterres.** Rio de Janeiro: Dialogarts, 2010.

_____.; MEDEIROS, V. G. DE . Notícias de duas pesquisas: idéias lingüísticas e o governo JK (meio digital). **Veredas** (UFJF), v. 1/2007, p. 66-85, 2007.

MAZIÈRE, F. **A Análise do Discurso: história e práticas.** São Paulo: Parábola Editoria, 2007.

_____. A Análise do Discurso: O Político e a Língua. In: INDURSKY, F. MITTMANN, S. FERREIRA, M. C. L. (org.) **Memória e História na/da análise do discurso.** Campinas, SP: Mercado de Letras, 2011.

MORELLO, R. Definir e Linkar: em que sentido? In: ORLANDI, E. (org.). **Para uma enciclopédia da cidade.** Campinas, SP: Pontes, 2003.

NUNES, J. H. Uma articulação da análise de discurso com a história das ideias linguísticas. In: **Letras** [online], v. 18, n. 2. UFSM, jul./dez. 2008.

NUNES, M, P. Herança cultural e linguística dos macaenses: considerações em torno das suas origens, evolução e continuidade. In: **Fragmentum**, n. 35, parte I. Laboratório Corpus: UFSM, out./dez. 2012.

ORLANDI, Eni P. Segmentar ou recortar? In: **Linguística: questões e controvérsias.** Uberaba, Fiube, 1984, p. 9-26.

_____. O lugar das sistematicidades linguísticas na Análise de Discurso. **D.E.L.T.A**, vol. 10, n. 2, 1994a.

- _____. Discurso, imaginário social e conhecimento. **Em Aberto**, Brasília, ano 14, n.61, jan./mar. 1994b.
- _____. A Análise de Discurso: Algumas Observações. **D.E.L.T.A**, vol. 2, n. 1, 1996.
- _____. O Estado, a gramática, a autoria. **Relatos**. Campinas, n. 4, 1997. Não paginado. Disponível em < http://www.unicamp.br/iel/hil/publica/relatos_04.html >. Acesso em: 30 abr. 2014.
- _____. Apresentação. In: ORLANDI, E. (org.) **História das Ideias Linguísticas: Construção do Saber Metalinguístico e Constituição da Língua Nacional**. Campinas, SP: Pontes; Cáceres, MT: Unemat Editora, 2001.
- _____. Ir ao Congresso: fazer história das ideias linguísticas? In: GUIMARÃES, E e ORLANDI, E. (org.) **Institucionalização dos estudos da linguagem: a disciplinarização das ideias linguísticas**. Pontes Editores, Campinas, 2002.
- _____. Ler a cidade: o arquivo e a memória. In: ORLANDI, E. (org.) **Para uma enciclopédia da cidade**. Campinas, SP: Labeurb/Pontes, 2003a.
- _____. Vão Surgindo Sentidos. In: ORLANDI, E. (org.) **Discurso Fundador: a formação do país e a construção da identidade nacional**. 3 ed, Campinas, SP: Pontes, 2003b.
- _____. A língua brasileira. **Ciência e Cultura [online]**. São Paulo, vol. 57, n. 2, abri/jun., 2005. Disponível em: < http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?pid=S0009-67252005000200016&script=sci_arttext >. Acesso em: 01 mai. 2014.
- _____. Apresentação. In: Orlandi, E. (org.). **Política Linguística no Brasil**. Campinas, SP: Pontes, 2007a.
- _____. Historicidade, Indivíduo e Sociedade: o sujeito na contemporaneidade. In: **Anais do III Seminário de Estudos em Análise do Discurso**. [recurso eletrônico] – Porto Alegre: UFRGS, 2007b. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/analisedodiscurso/anaisdosead/sead3.html>>. Acesso em: 27 abr. 2014.
- _____. **As formas do silêncio: No movimento dos sentidos**. 6 ed. Campinas, SP: Editora Unicamp, 2007c.
- _____. A noção de materialidade. **Reunião de trabalho**, Grupo DICIT, 05 dez. 2007. Labeurb/Nudecri/Unicamp, 2007d. [Video]. Disponível em: <<http://www.labeurb.unicamp.br/portal/pages/videos/verVideo.lab?id=28> >.
- _____. **Terra à vista**. 2 ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2008.
- _____. **Língua brasileira e outras histórias: Discursos sobre a língua e ensino no Brasil**. Campinas, SP: Editora RG, 2009a.
- _____. Processos de descolonização linguística: as representações da língua nacional. In: GALVES, C.; GARMES, H.; RIBEIRO, F. R. (org.) **África-Brasil: caminhos da língua portuguesa**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2009b.

_____. Maio de 1968: Os silêncios da memória. In: NUNES, J. H. (org.). **Papel da Memória**. Campinas, SP: Pontes, 2010a.

_____. Apresentação. In: _____. (org.). **Discurso e políticas públicas urbanas: a fabricação do consenso**. Campinas, SP: Editora RG, 2010b.

_____. **A linguagem e seu funcionamento: as formas do discurso** 6 ed. Campinas, SP: Pontes, 2011a.

_____. Língua, Comunidade e Relações sociais no espaço digital. In: DIAS, C. (org.) **E-urbanos: Sentidos do espaço urbano/digital** [online], 2011b.

_____. **Discurso e texto: formulação e circulação dos sentidos**. Campinas, SP: 3. ed. Pontes Editores, 2012a.

_____. **Análise de Discurso: Princípios e procedimentos**. 10 ed. Campinas, SP: Pontes, 2012b.

_____. **Interpretação: autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico**. 6 ed. Campinas, SP: Pontes Editores, 2012c.

_____. **Discurso em Análise: Sujeito, Sentido e Ideologia**. Campinas, SP: Pontes Editores, 2012d.

_____. Espaços Linguísticos e seus desafios: convergências e divergências. In: **RUA** [online], no. 18. Volume 2, 2012e. Consultada no Portal Labeurb – Revista do Laboratório de Estudos Urbanos do Núcleo de Desenvolvimento da Criatividade <http://www.labeurb.unicamp.br/rua>.

_____. **Língua e conhecimento linguístico: para uma história das ideias no Brasil**. 2 ed. São Paulo, SP: Editora Cortez, 2013.

ORTIZ, R. **Mundialização e Cultura**. São Paulo: Brasiliense, 2000.

PÊCHEUX, M. Delimitações, inversões, deslocamentos. Tradução: José H. Nunes. In: **Cadernos de estudos linguísticos**, n. 19. Campinas, SP: Unicamp, 1990.

_____. **Semântica e Discurso: uma crítica à afirmação do óbvio**. Tradução: Eni P. Orlandi, 4 ed. Campinas, SP: Editora Unicamp, 2009.

_____. Análise Automática do Discurso. In: GADET, F.; HAK, T. (org.) **Por uma análise automática do discurso**. Tradução: Eni P. Orlandi. 4 ed. Campinas, SP: Editora Unicamp, 2010a.

_____. Ler o arquivo hoje. In: ORLANDI, E. (org.). **Gestos de leitura**. Tradução: Maria G. L. M. do Amaral. 3 ed. Campinas, SP: Editora Unicamp, 2010b.

_____. Papel da memória. Tradução: José Horta Nunes. In: ACHARD, P. *et al.* **Papel da memória**. Campinas: Pontes, 2010c.

_____. **O discurso: estrutura ou acontecimento**. Tradução: Eni P. Orlandi. Campinas, SP: Pontes, 2012a.

_____. Reflexões Sobre a Situação Teórica das Ciências Sociais e, especialmente, da Psicologia Social. In: ORLANDI, E. (org.) **Análise de Discurso Michel Pêcheux**. Textos escolhidos por: Eni Puccinelli Orlandi. Tradução: Mariza V. da Silva e Laura A. P. Parisi. 2 ed. Campinas, SP: Pontes, 2012b.

PFEIFFER, C. ABRALIN, GEL E ANPOLL – Espaços de Institucionalização da Linguística. In: MALUF-SOUZA, O.; SILVA, V. ALMEIDA, E.; BISINOTO, L, S (org.). **Discurso, sujeito e memória**. Pontes; UNEMAT, 2012.

RASIA, G. L. S. **Os discursos sobre língua e ensino no Brasil da 1ª e 2ª República: o duplo lugar da determinação e da contradição**. Tese de Doutorado. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, RS, 2004.

RANCIÈRE, J. **Políticas da Escrita**. São Paulo, SP: Editora 34, 1995a.

_____. **Os riscos da Razão**. Rancière em entrevista a Vinicius Torres Freire. Folha de São Paulo, 10 set. 1995b. Disponível em <http://almanaque.folha.uol.com.br/entrevista_filosofia_jacques_ranciere.htm>, Acesso em: 05 ago. 2014.

_____. **O Desentendimento**. Política e Filosofia. São Paulo, SP: Editora 34, 1996a.

_____. O Dissenso. In: NOVAES, A. (org.) **A Crise da Razão**. São Paulo, SP: Companhia das Letras, 1996b.

ROMÃO, L. M. S. Nós e Fios do Discurso Eletrônico: Tentativa de uma Costura. **Anais do III Seminário de Estudos em Análise do Discurso**. [recurso eletrônico] – Porto Alegre: UFRGS, 2007. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/analisedodiscurso/anaisdosead/sead3.html>>. Acesso em: 18 abr. 2014.

ROMÃO, L.; FERREIRA, M.; SILVA, S.D. Arquivo. In: MARIANI (org.). **Discurso, arquivo e...** Rio de Janeiro: 7letras, 2011.

SCHERER, A. E.; TASCETTO, T. R. O Papel da Memória ou a Memória do Papel de Michel Pêcheux para os Estudos Linguísticos Discursivos. In: **Estudos da Língua(gem)**. Michel Pêcheux e Análise de Discurso. Vitória da Conquista, n. 1, jun. 2005.

SCHERER, A. E. A procura da língua universal: entre a memória e a história. In: ZANDWAIS, A. (org.) **História das ideias: diálogos entre linguagem, cultura e história**. Passo Fundo, RG: Ed. Universidade de Passo Fundo, 2012.

SAID, E. W. **Cultura e Imperialismo**. São Paulo, SP: Companhia das Letras, 2011.

SERIOT, P. Ethnos e demos: a construção discursiva da identidade coletiva. Tradução Eni P. Orlandi, **RUA**, Campinas, n. 7, 2011. Disponível em <<http://www2.unil.ch/slav/ling/recherche/biblio/01Ethnos-Campinas.html>>. Acesso em: 10 mai. 2014.

PETRI, V. Por um acesso fecundo ao arquivo. In: **Letras** [online], n. 21, UFSM, dez. 2000.

_____. GRAMATIZAÇÃO DAS LÍNGUAS E INSTRUMENTOS LINGUÍSTICOS: A ESPECIFICIDADE DO DICIONÁRIO REGIONALISTA. In: **Revista Línguas e Instrumentos Linguísticos**, n. 29, 2012. Disponível em: <<http://www.revistalinguas.com/edicao29/artigo2.pdf>>. Acesso em: 29 jul. 2014.

SOUZA, T. C. C.; MARIANI, B. S. C. Reformas ortográficas ou acordos políticos? In: GUIMARÃES, E.; ORLANDI, E. P. (Orgs.) **Língua e cidadania: o português no Brasil**. Campinas: Pontes, 1996. p. 85-93.

SOUZA, T. C. A análise do não verbal e os usos da imagem nos meios de comunicação. In: **RUA**, n. 7 Campinas, 2001.

SILVA SOBRINHO, J. S. Memória(s) da Língua e Ensino de Língua Portuguesa. In: COX, M. I. P. (org.) **Que português é esse? Vozes em conflito**. São Carlos, MT: Pedro & João Editores/Cuiabá, MT: EdUFMT, 2008.

_____. Acordo Ortográfico e a Unidade Imaginária Da Língua Portuguesa. **Revista do GEL**. São Paulo, v.6, n. 2, p. 232-242, 2009.

_____. “A língua é o que nos une”: língua, sujeito e Estado no Museu da Língua Portuguesa. 2011. Tese (Doutorado em Linguística)–Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 2011.

_____. Museu da Língua Portuguesa: instrumento linguístico em tempos da ideologia do lazer. **Letras** [online], v. 23, n. 46, jan./jun. 2013.

VARGAS, R. M. A. **Designação e Dessignificação**: a filiação de sentidos na fraseologia contemporânea. Tese de doutorado. Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, RS, 2011.

VENTURINI, M.C. Rememoração/Comemoração no Discurso Urbano. **RUA** [online]. 2009, no. 15, vol. 1. Disponível em <<http://www.labeurb.unicamp.br/rua/pages/home/capaArtigo.rua?id=71>>. Acesso em: 15 jul. 2014.

ZOPPI-FONTANA, M. G. Acontecimento Linguístico: o discurso político e a comemoração da língua. **Anais do IV Seminário de Estudos em Análise do Discurso**. [recurso eletrônico] – Porto Alegre: UFRGS, 2009. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/analisedodiscurso/anaisdosead/sead4.html>>. Acesso em: 16 jul. 2014.